

CARTA SOCIAL

Rede de Serviços e Equipamentos

Relatório 2021

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social



REPÚBLICA
PORTUGUESA

TRABALHO, SOLIDARIEDADE
E SEGURANÇA SOCIAL

® **Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)**

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS)

CARTA SOCIAL – REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS 2021

Coordenação: GEP/MTSSS

Colaboração: ISS, IP – Instituto da Segurança Social, IP (MTSSS), SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (MTSSS) e CPL – Casa Pia de Lisboa (MTSSS)

Email: cartasocial@gep.mtsss.pt

Página: www.cartasocial.pt; www.gep.mtsss.gov.pt

ISBN: 978-972-704-474-0

Título: CARTA SOCIAL - Rede de serviços e equipamentos - Relatório 2021

Autor: GEP - Gabinete de Estratégia e Planeamento

Suporte: Digital (PDF)

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor por GEP/MTSSS

Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)

Praça de Londres, n.º 2 - 5.º andar

1049-056 Lisboa

Tel.: (+351) 211 155 000

Fax: (+351) 211 155 150

Lisboa, 31 de março de 2023

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

CARTA SOCIAL

Rede de Serviços e Equipamentos

Relatório 2021

Índice

1. Nota introdutória	11
2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos.....	12
2.1 Entidades Proprietárias.....	12
2.1.1. Entidades Proprietárias: lucrativas e não lucrativas	12
2.1.2. Distribuição territorial	13
2.2 Equipamentos Sociais	15
2.2.1. Equipamentos sociais de entidades lucrativas e não lucrativas.....	15
2.2.2. Distribuição territorial	16
2.2.3. Equipamentos sociais novos e encerrados.....	17
2.3 Respostas Sociais	18
2.3.1. Respostas sociais por população-alvo	19
2.3.2. Distribuição territorial	20
2.3.3. Respostas sociais novas	21
2.3.4. Evolução da capacidade instalada e do número de utentes	23
3. Respostas sociais por população-alvo	24
3.1 Crianças e Jovens.....	24
3.1.1. Número de respostas sociais	24
3.1.2. Capacidade	26
3.1.3. Distribuição territorial	27
3.1.4. A resposta social Ama.....	29
3.1.5. Taxa de cobertura.....	30
3.1.6. Taxa de utilização.....	31
3.1.7. Funcionamento	34
3.1.8. Caracterização dos utentes	37
3.1.9. A resposta social Educação Pré-Escolar	38
3.2 Pessoas com Deficiência ou Incapacidade.....	40
3.2.1. Número de respostas sociais	40
3.2.2. Capacidade	42
3.2.3. Distribuição territorial	43
3.2.4. Taxa de cobertura.....	44
3.2.5. Taxa de utilização.....	45
3.2.6. Funcionamento	46
3.2.7. Caracterização dos utentes	49
3.3 Pessoas Idosas	52

3.3.1. Número de respostas sociais	52
3.3.2. Capacidade	53
3.3.3. Distribuição territorial	54
3.3.4. Taxa de cobertura	56
3.3.5. Taxa de utilização.....	58
3.3.6. Funcionamento	60
3.3.7. Caraterização dos utentes	61
3.4 Família e Comunidade	65
3.4.1. Número de respostas sociais	65
3.4.2. Capacidade	66
3.4.3. Distribuição territorial	66
3.4.4. Taxa de utilização.....	67
3.4.5. A resposta/atividade de distribuição de Ajuda Alimentar	68
3.4.6. A resposta social Acolhimento Familiar	69
3.5 Pessoas com Comportamentos Aditivos	71
3.5.1. Número de respostas sociais	71
3.5.2. Capacidade	71
3.5.3. Distribuição territorial	72
3.5.4. Taxa de utilização.....	73
3.6 Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias	73
3.6.1. Número de respostas sociais	73
3.6.2. Capacidade	74
3.6.3. Distribuição territorial	74
3.6.4. Taxa de utilização.....	75
3.7 Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico	75
3.7.1. Respostas sociais	76
3.7.2. Capacidade	76
3.7.3. Distribuição territorial	77
3.7.4. Taxa de utilização.....	77
3.8 Unidades e Equipas de Cuidados Continuados Integrados	78
4. Despesas de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: o esforço público.....	80
4.1. Despesa de funcionamento.....	80
4.2. Comparticipação da Segurança Social através dos acordos de cooperação	81
Nomenclaturas e Conceitos	84

Índice de Figuras

Figura 1	Evolução do número de entidades proprietárias segundo a natureza jurídica, Continente – 2000-2021 ¹	12
Figura 2	Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica, Continente – 2021	13
Figura 3	Distribuição territorial das entidades proprietárias por NUTS II, segundo a natureza jurídica – 2021	13
Figura 4	Distribuição territorial das entidades proprietárias por distrito – 2021	14
Figura 5	Distribuição territorial das entidades proprietárias por concelho – 2021	14
Figura 6	Evolução do número de equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2000-2021	15
Figura 7	Distribuição percentual dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2021	15
Figura 8	Distribuição territorial dos equipamentos sociais por NUTS II, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária – 2021	16
Figura 9	Distribuição territorial dos equipamentos sociais por distrito (A) e concelho (B) – 2021	16
Figura 10	Evolução da distribuição percentual do número de equipamentos sociais novos e encerrados, Continente – 2010-2021	17
Figura 11	Distribuição percentual do número de equipamentos sociais novos (A) e de equipamentos sociais encerrados (B), segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2021	17
Figura 12	Distribuição percentual do número de equipamentos sociais novos e encerrados, por distrito – 2021	18
Figura 13	Evolução do número de respostas sociais por população-alvo, Continente – 2000-2021	19
Figura 14	Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo, Continente – 2021	19
Figura 15	Distribuição territorial das respostas sociais por população-alvo e distrito – 2021	20
Figura 16	Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo e NUTS II – 2021	20
Figura 17	Evolução do número de respostas sociais novas, Continente – 2010-2021	21
Figura 18	Distribuição percentual do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2021	21
Figura 19	Distribuição do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por distrito – 2021	22
Figura 20	Distribuição percentual das respostas sociais novas, por tipologia, Continente – 2021	22
Figura 21	Evolução da capacidade e do número de utentes, Continente – 2000-2021	23
Figura 22	Evolução do número das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente – 2000-2021 ¹	24
Figura 23	Evolução do número de respostas de Creche, Continente – 2000-2021 ¹	25
Figura 24	Distribuição percentual do número de respostas de Creche segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2021	25
Figura 25	Evolução da capacidade das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente – 2000-2021 ¹	26
Figura 26	Evolução da capacidade, número de utentes e utentes participados na resposta social Creche, Continente – 2000-2021 ¹	26
Figura 27	Relação entre a população dos 0 aos 3 anos e a população total, distrito e concelho – 2021	27
Figura 28	Distribuição territorial das respostas sociais para as Crianças e Jovens, por concelho – 2021	28
Figura 29	Distribuição territorial da resposta social Creche, por concelho – 2021	28
Figura 30	Distribuição percentual da resposta social Creche, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito – 2021	28
Figura 31	Evolução da taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, Continente – 2010-2021 ¹	30
Figura 32	Taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito e concelho – 2021	31
Figura 33	Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, Continente – 2010-2021 ¹	31
Figura 34	Evolução do número de crianças dos 0-3 anos, do número de utentes e da capacidade em Creche, Continente – 2000-2021 ¹	32
Figura 35	Evolução da taxa de cobertura e da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2000-2021 ¹	32
Figura 36	Taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito e concelho – 2021	33
Figura 37	Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2021	34
Figura 38	Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por período de funcionamento, Continente – 2021	34

Figura 39	Distribuição percentual das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens com encerramento para férias, Continente – 2021.....	35
Figura 40	Distribuição percentual das Creches por horário de abertura, Continente – 2021	35
Figura 41	Distribuição percentual das Creches por horário de encerramento, Continente – 2021	35
Figura 42	Distribuição percentual dos CATL por horário de abertura, Continente – 2021.....	36
Figura 43	Distribuição percentual dos CATL por horário de encerramento, Continente – 2021	36
Figura 44	Distribuição percentual das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens por número de horas em funcionamento, Continente – 2021.....	36
Figura 45	Distribuição percentual das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens por tempo médio de frequência diária das crianças, Continente – 2021	36
Figura 46	Distribuição percentual dos utentes das principais respostas para Crianças e Jovens por escalão etário, Continente – 2021	37
Figura 47	Evolução do número de respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2000-2021	40
Figura 48	Evolução do número de respostas sociais CACI e Lar Residencial, Continente – 2000-2021	41
Figura 49	Evolução da capacidade das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2000-2021	42
Figura 50	Evolução da capacidade, número de utentes e utentes participados na resposta social CACI, Continente – 2000-2021	42
Figura 51	Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, por distrito – 2021	43
Figura 52	Distribuição territorial da resposta social CACI, por distrito – 2021	43
Figura 53	Evolução da Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2010-2021	44
Figura 54	Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, distrito – 2021	44
Figura 55	Evolução da taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2010-2021	45
Figura 56	Taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, por distrito – 2021	46
Figura 57	Distribuição percentual das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2021	46
Figura 58	Distribuição percentual das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade por período de funcionamento, Continente – 2021	47
Figura 59	Distribuição percentual das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade com encerramento para férias, Continente – 2021	47
Figura 60	Distribuição percentual dos CACI por horário de abertura, Continente – 2021	48
Figura 61	Distribuição percentual dos CACI por horário de encerramento, Continente – 2021	48
Figura 62	Distribuição percentual dos CACI por tempo médio de frequência diária dos utentes, Continente – 2021	48
Figura 63	Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade por escalão etário, Continente – 2021	49
Figura 64	Distribuição percentual dos utentes em respostas para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade por tempo de permanência, Continente – 2021	49
Figura 65	Distribuição percentual dos utentes em CACI por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2021	50
Figura 66	Distribuição percentual dos utentes em Lar Residencial por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2021	50
Figura 67	Distribuição percentual dos utentes em CACI (A) e em Lar Residencial (B) por existência de problemas nas funções do corpo, Continente – 2021.....	51
Figura 68	Distribuição percentual dos utentes em CACI com participação em atividades/projetos de inclusão na sociedade, Continente – 2021	51
Figura 69	Evolução do número das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2000-2021	52
Figura 70	Evolução do número de respostas sociais ERPI e SAD, Continente – 2000-2021	52
Figura 71	Evolução da capacidade das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2000-2021	53
Figura 72	Evolução da capacidade, do número de utentes e utentes participados na resposta social SAD, Continente – 2000-2021	53

Figura 73	Relação entre a População Idosa (≥ 65 anos) e a População Total, por distrito e por concelho – 2021.....	54
Figura 74	Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2021	55
Figura 75	Distribuição territorial da resposta social SAD, por concelho – 2021	55
Figura 76	Distribuição percentual da resposta social SAD, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito – 2021	55
Figura 77	Evolução da taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2010-2021	56
Figura 78	Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2021	57
Figura 79	Evolução da taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2010-2021	58
Figura 80	Taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2021	59
Figura 81	Distribuição percentual das principais respostas para as Pessoas Idosas por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2021	60
Figura 82	Distribuição percentual das principais respostas para as Pessoas Idosas por período de funcionamento, Continente – 2021	60
Figura 83	Distribuição percentual dos utentes das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas por escalão etário, Continente – 2021	61
Figura 84	Distribuição percentual dos utentes das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas por tempo de permanência na resposta, Continente – 2021	61
Figura 85	Distribuição percentual dos utentes em Centro de Dia (A), ERPI (B) e SAD (C) por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2021	62
Figura 86	Distribuição percentual dos utentes em SAD (A) e em ERPI (B) por existência de problemas nas funções do corpo, Continente – 2021	63
Figura 87	Distribuição percentual dos utentes em ERPI por serviços prestados, Continente – 2021	64
Figura 88	Distribuição percentual dos utentes em SAD por serviços prestados, Continente – 2021	64
Figura 89	Evolução de algumas das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2000-2021	65
Figura 90	Evolução da capacidade de algumas das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2000-2021	66
Figura 91	Distribuição territorial das respostas sociais para a Família e Comunidade, distrito – 2021	66
Figura 92	Evolução da taxa de utilização de algumas das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2010-2021	67
Figura 93	Distribuição da resposta social Família de Acolhimento por distrito – 2021	70
Figura 94	Distribuição percentual das pessoas acolhidas por grupo-alvo, Continente – 2021	70
Figura 95	Distribuição percentual das pessoas acolhidas por grupo-alvo, por distrito – 2021	70
Figura 96	Evolução das respostas sociais para as Pessoas com Comportamentos Aditivos, Continente – 2000-2021	71
Figura 97	Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas com Comportamentos Aditivos, Continente – 2000-2021	71
Figura 98	Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com Comportamentos Aditivos, distrito – 2021	72
Figura 99	Evolução da taxa de utilização da resposta Apartamento de Reinserção Social, Continente – 2010-2021	73
Figura 100	Evolução das respostas sociais para as Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2000-2021	73
Figura 101	Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2000-2021	74
Figura 102	Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias, distrito – 2021	74
Figura 103	Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2010-2021	75
Figura 104	Evolução das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2021	76
Figura 105	Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2021	76
Figura 106	Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, distrito – 2021	77
Figura 107	Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2021	77
Figura 108	Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação, Continente – 2000-2021	80

Figura 109 Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população-alvo, Continente – 2000-2021	80
Figura 110 Distribuição percentual da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população alvo, Continente – 2021	80
Figura 111 Evolução da comparticipação da Segurança Social, por resposta social e utente, com base nos acordos de cooperação, Continente – 2000-2021	82

1. Nota introdutória

A **Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES)**, enquanto elemento fundamental na promoção e no desenvolvimento da proteção social, concretiza-se na oferta de um conjunto alargado de respostas sociais, direcionadas sobretudo para os grupos mais vulneráveis. Esta, tem um papel determinante no combate às situações de pobreza, assim como na promoção da inclusão social e da conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar.

A **Carta Social (CS)** – ferramenta essencial ao estudo da dinâmica da RSES – apresenta-se como um instrumento de informação privilegiado de caracterização e análise, essencial para o processo de conceção e adequação das políticas sociais, para o apoio ao planeamento territorial e à preparação da tomada de decisão, afirmando-se também como meio fundamental na linha de informação ao cidadão.

A atualização da informação da CS é realizada por via eletrónica, anualmente, pelas entidades que desenvolvem respostas sociais enquadradas na RSES, entidades com a resposta social Educação Pré-Escolar, desde 2015, e na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), desde 2019, possibilitando que as referidas entidades acessem a uma plataforma informática, através da *internet*, que lhes permite atualizar ou inserir novos elementos associados à atividade desenvolvida, modelo que, para além de desburocratizar o processo e reduzir os procedimentos administrativos, apresenta menos encargos financeiros. Paralelamente, é também considerada informação proveniente de outros serviços do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), designadamente o Instituto de Segurança Social, IP (ISS, IP) e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP (IGFSS, IP), que vem complementar a informação atualizada pelas entidades.

O presente relatório, que tem por base a informação obtida por referência a **31 de dezembro de 2021**, pretende dar a conhecer a dinâmica da evolução recente da RSES no território continental, apresentando as principais variáveis e indicadores de caracterização do comportamento das entidades, dos equipamentos sociais de suporte e das diferentes respostas sociais, assim como o esforço público que tem sido realizado ao nível do funcionamento.

2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos

2.1 Entidades Proprietárias

No âmbito da RSES, é considerada **entidade proprietária** qualquer entidade, individual ou coletiva, a quem pertence (dono) um ou mais equipamentos (instalações) onde se desenvolvem respostas sociais.

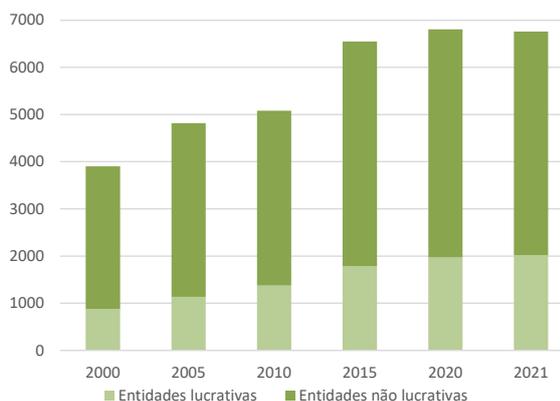
2.1.1. Entidades Proprietárias: lucrativas e não lucrativas

As entidades proprietárias de equipamentos sociais, no contexto da análise deste Relatório, são agrupadas segundo a natureza jurídica em entidades lucrativas e entidades não lucrativas. As **entidades lucrativas** congregam as entidades particulares com fins lucrativos, enquanto as **entidades não lucrativas** compreendem as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), outras entidades sem fins lucrativos (entidades equiparadas a IPSS e outras organizações particulares sem fins lucrativos), as Entidades Oficiais, que prosseguem fins de ação social, os Serviços Sociais de Empresas e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML).

O número de entidades proprietárias de equipamentos sociais apresentou, para o período em análise (2000-2021), um crescimento de 73,3 %, mantendo-se, à semelhança do ano anterior, significativo o peso relativo das entidades não lucrativas.

Em 2021, por referência a 31 de dezembro, o universo de entidades¹ era de 6761, das quais 70 % correspondiam a entidades não lucrativas.

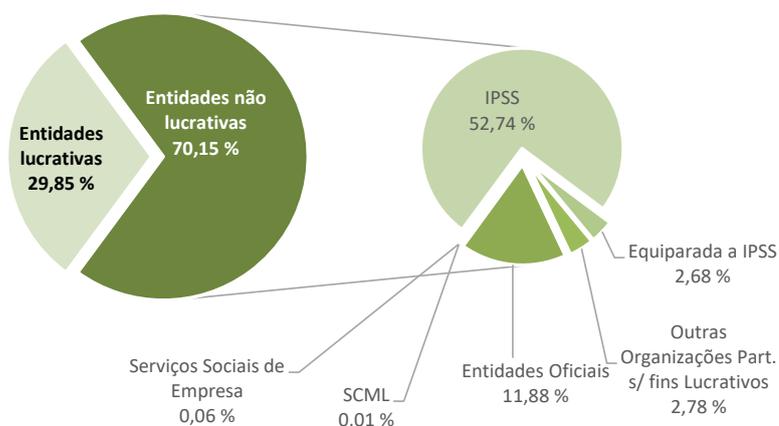
Figura 1 – Evolução do número de entidades proprietárias segundo a natureza jurídica, Continente – 2000-2021¹



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Nota: ¹Revisão de série, com efeitos a partir de 2000, em função de alteração metodológica (contabilizadas apenas as entidades com equipamentos sociais).

¹ O universo engloba todas as entidades incluídas na RSES, entidades com a resposta social Educação Pré-Escolar, integradas na CS em 2015, entidades com unidades e/ou equipas que compõem a RNCCI, integradas na CS em 2019, e entidades que desenvolvem a resposta de Ajuda Alimentar no âmbito do POAPMC, integradas na CS em 2020.

Figura 2 – Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica, Continente – 2021


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

2.1.2. Distribuição territorial

Do total de entidades com equipamentos sociais em funcionamento no Continente em 2021, cerca de 87 % situavam-se nas regiões Norte, Centro e Área Metropolitana de Lisboa (AML). Na região Norte encontravam-se 30,1 % dos equipamentos, seguindo-se a região Centro com 28,6 % e Área Metropolitana de Lisboa com 27,9 %. A análise por natureza jurídica das entidades, revela que as entidades não lucrativas têm um maior peso relativo no Norte e Centro, representando cerca de 65 % das entidades não lucrativas existentes. Em sentido contrário, as entidades lucrativas tinham uma presença mais acentuada na AML, representando 46,7 % do universo de entidades lucrativas.

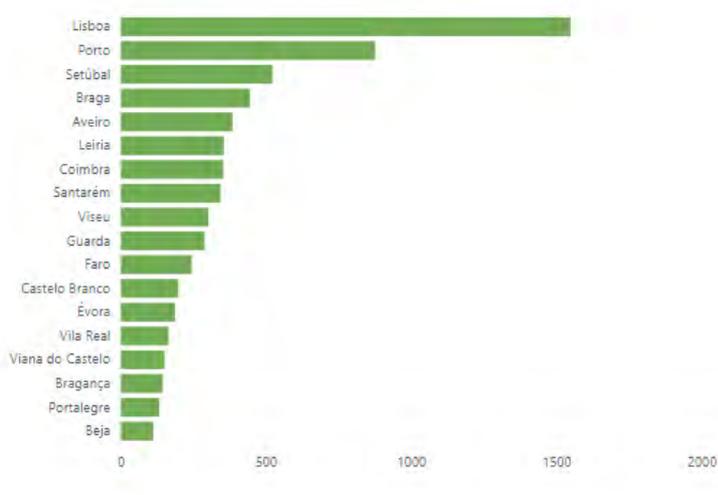
Figura 3 – Distribuição territorial das entidades proprietárias por NUTS II, segundo a natureza jurídica – 2021

NUTS II	Total (%)	Entidades lucrativas (%)	Entidades não lucrativas (%)
Norte	30,1	23,7	32,8
Centro	28,6	20,4	32,1
Área Metropolitana de Lisboa	27,9	46,7	20,0
Alentejo	9,8	5,4	11,6
Algarve	3,6	3,8	3,5
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A nível distrital, em 2021, o maior número de entidades proprietárias de equipamentos sociais, concentravam-se em Lisboa e Porto, que reuniam, em conjunto, 2425 entidades, o que correspondia a 36 % do total.

Figura 4 – Distribuição territorial das entidades proprietárias por distrito – 2021

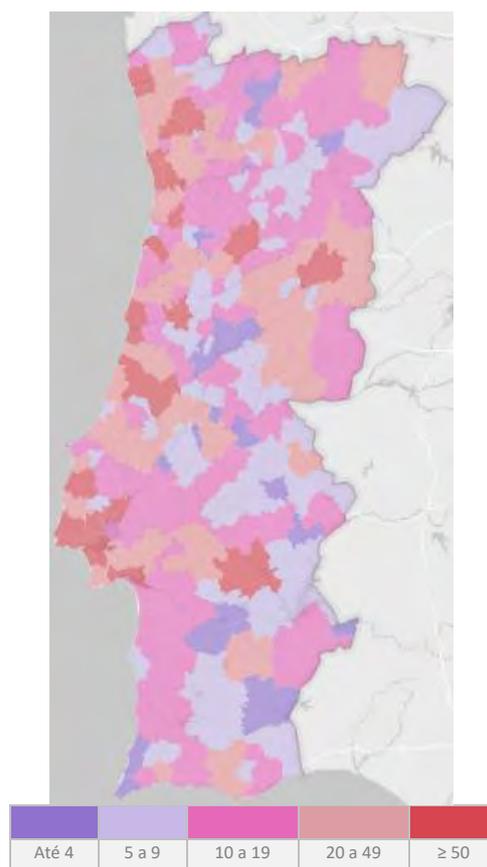


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A nível concelhio, embora não se identificasse um padrão claro de distribuição, verificava-se uma maior concentração de entidades proprietárias de equipamentos sociais nos municípios ao longo da faixa litoral, com destaque para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

Em 2021, 63 % dos 278 concelhos do Continente, reuniam 10 ou mais entidades proprietárias de equipamentos.

Figura 5 – Distribuição territorial das entidades proprietárias por concelho – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

2.2 Equipamentos Sociais

No contexto da análise deste Relatório é considerado **equipamento social** toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais, ou, onde estão instalados os serviços de enquadramento de determinadas respostas².

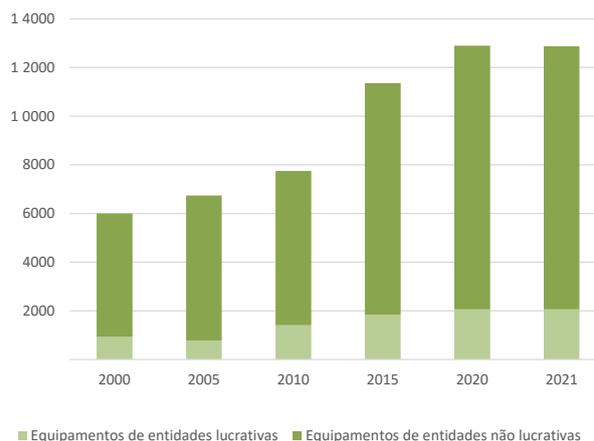
2.2.1. Equipamentos sociais de entidades lucrativas e não lucrativas

O número de equipamentos sociais em funcionamento tem registado um crescimento considerável (114 %) entre 2000 e 2021, verificando-se, contudo, um ligeiro decréscimo face ao número de equipamentos existentes em 2020 (- 24 equipamentos).

Em 2021, encontravam-se em funcionamento 12 872 equipamentos sociais. Destes, 84 % eram propriedade de entidades não lucrativas, i.e., equipamentos das redes pública e solidária, o que revela a preponderância destes setores no âmbito da proteção social às populações.

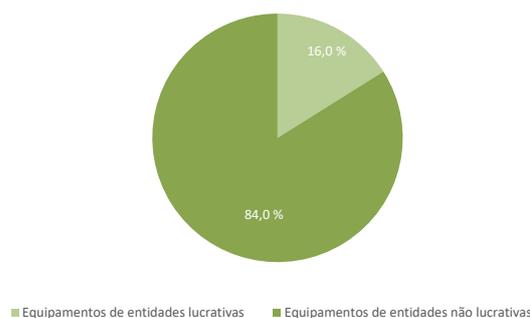
A proporção de equipamentos de entidades não lucrativas *versus* equipamentos de entidades lucrativas era, em 2021, de cinco para um.

Figura 6 – Evolução do número de equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2000-2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 7 – Distribuição percentual dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

² Na presente análise o conceito de equipamento social é alargado a todas as estruturas físicas onde se desenvolve a resposta de Educação Pré-escolar, a todas as estruturas onde funcionam ou servem de suporte a unidades ou equipas de cuidados continuados integrados, assim como no âmbito da resposta de Ajuda Alimentar do POAPMC.

2.2.2. Distribuição territorial

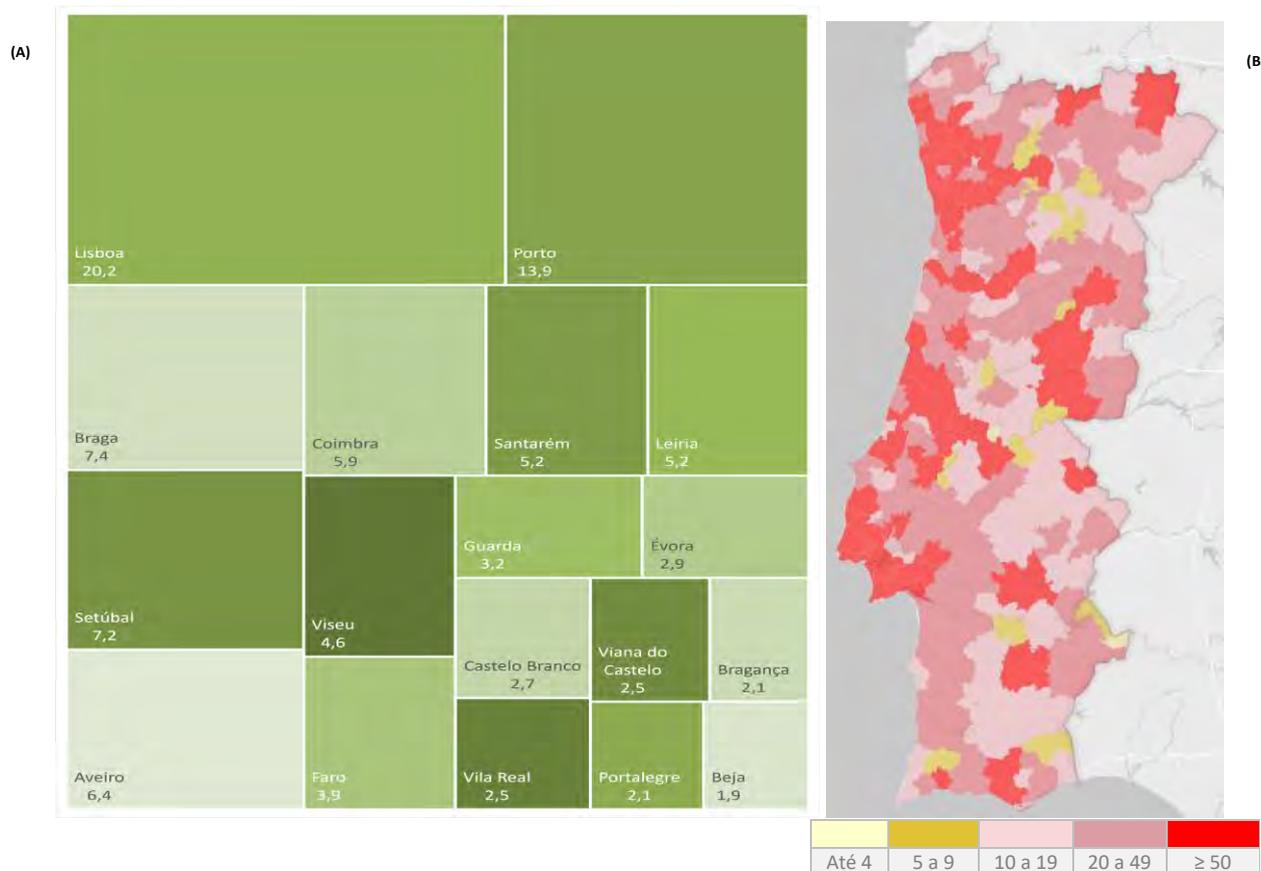
Num cenário semelhante ao das entidades proprietárias, 86 % dos equipamentos concentram-se nas regiões Norte, Centro e AML. A região Norte apresentava, em 2021, a maior proporção do total de equipamentos sociais (33 %), assim como de equipamentos de entidades não lucrativas (34 %). Paralelamente, a AML concentrava um maior peso relativo de equipamentos de entidades lucrativas (46 %).

Figura 8 – Distribuição territorial dos equipamentos sociais por NUTS II, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária – 2021

NUTS II	Total (%)	Equipamentos de entidades lucrativas (%)	Equipamentos de entidades não lucrativas (%)
Norte	32,5	23,5	34,2
Centro	28,7	20,8	30,2
Área Metropolitana de Lisboa	24,5	46,3	20,3
Alentejo	10,4	5,5	11,4
Algarve	3,9	3,9	3,9
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSS, Carta Social

Figura 9 – Distribuição territorial dos equipamentos sociais por distrito (A) e concelho (B) – 2021



Fonte: GEP-MTSS, Carta Social

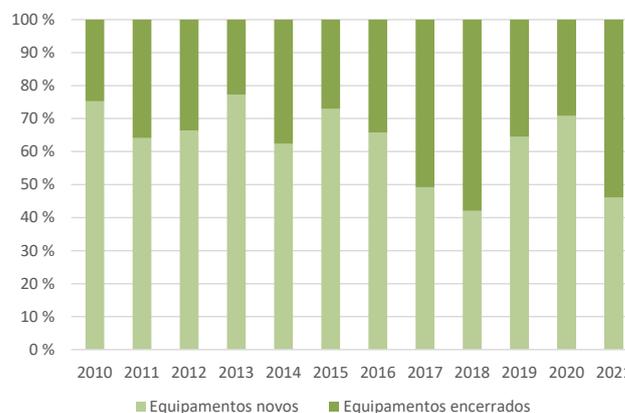
A distribuição territorial dos equipamentos sociais indica uma disseminação destas infra-estruturas por todo o Continente, sendo notória uma maior concentração nos distritos e

concelhos dispostos ao longo da faixa litoral do território. A nível concelhio, 169 (61 %) dos 278 municípios do Continente, dispunha de vinte ou mais equipamentos.

2.2.3. Equipamentos sociais novos e encerrados³

O número de equipamentos sociais que entraram em funcionamento e o número dos que encerraram registaram, no período 2010-2021, variações anuais distintas. Contrariando a tendência registada ao longo de quase toda a série (2010-2021), o ano de 2021 regista um maior número de encerramentos (150) face à abertura de novos equipamentos (128). No universo de equipamentos novos e encerrados, os equipamentos criados representam 46 % face aos 54 % dos encerrados.

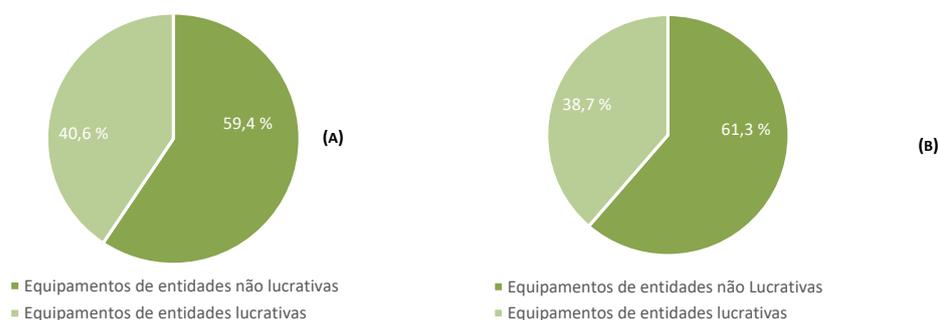
Figura 10 – Evolução da distribuição percentual do número de equipamentos sociais novos e encerrados, Continente – 2010-2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

No universo de equipamentos sociais que iniciaram a sua atividade em 2021, cerca de 59 % foram equipamentos de entidades não lucrativas. Seguindo a tendência do ano anterior, 61 % dos equipamentos encerrados pertenciam também a entidades não lucrativas.

Figura 11 – Distribuição percentual do número de equipamentos sociais novos (A) e de equipamentos sociais encerrados (B), segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2021

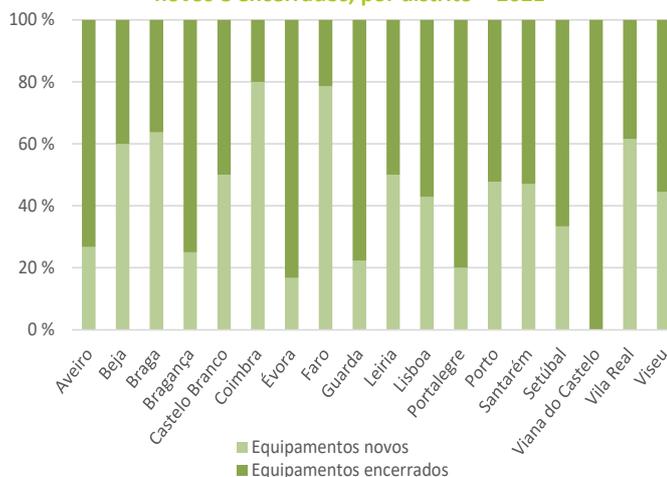


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

³ Consideram-se equipamentos sociais novos e equipamentos sociais encerrados os equipamentos que entraram em funcionamento e cessaram atividade no ano em análise, respetivamente.

A nível distrital, a maioria dos distritos do Continente (11 em 18) apresentavam uma maior proporção de equipamentos encerrados face à criação de novos equipamentos. Os distritos de Castelo Branco e Leiria, apresentavam uma variação nula, com igual número de equipamentos novos e encerrados. Os distritos de Beja, Braga, Coimbra, Faro e Vila Real apresentavam, em 2021, uma variação positiva no número de equipamentos, em que o número de novos equipamentos é superior ao dos encerrados.

Figura 12 – Distribuição percentual do número de equipamentos sociais novos e encerrados, por distrito – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

2.3 Respostas Sociais

No âmbito desta análise consideram-se **respostas sociais**⁴ o conjunto de atividades e/ou serviços desenvolvidas em equipamentos, ou a partir destes, vocacionadas para o apoio a pessoas e/ou famílias. As respostas sociais enquadradas na RSES dirigem-se a toda a população numa perspetiva de adequação às diferentes necessidades sociais. Todavia, existem serviços e equipamentos específicos dirigidos a grupos alvo enquadrados em quatro grandes áreas: (1) **Crianças e Jovens**; (2) **Pessoas com Deficiência ou Incapacidade**; (3) **Pessoas Idosas** e (4) **Pessoas com outras problemáticas**, no âmbito da **Família e Comunidade**.

⁴ Na análise do presente Relatório, o conceito de *resposta social* é alargado à Educação Pré-escolar, às unidades e equipas de cuidados continuados integrados que integram a RNCCI, assim como à resposta de Ajuda Alimentar no âmbito do POAPMC.

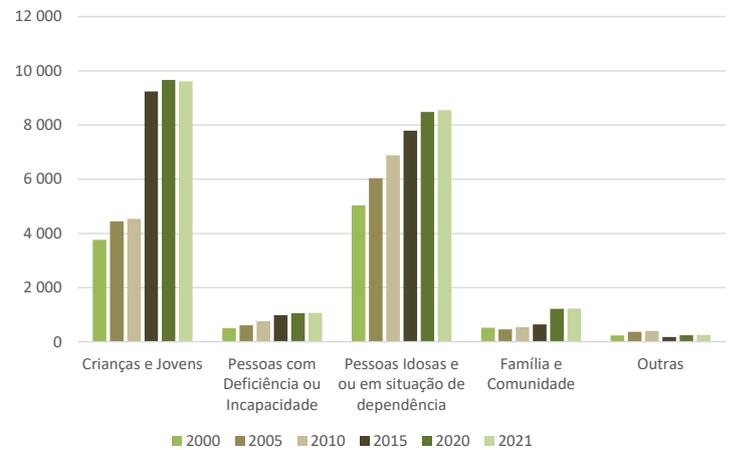
2.3.1. Respostas sociais por população-alvo

O número total de respostas sociais que integram a Carta Social, e que compõem a RSES, apresentou um crescimento expressivo (106 %) entre 2000 e 2021.

No ano de 2021, as respostas sociais dirigidas a Crianças e Jovens (46,41 %) e ao apoio a Pessoas Idosas e/ou Situação de Dependência (41,29 %) perfaziam 87,7 % das respostas existentes.

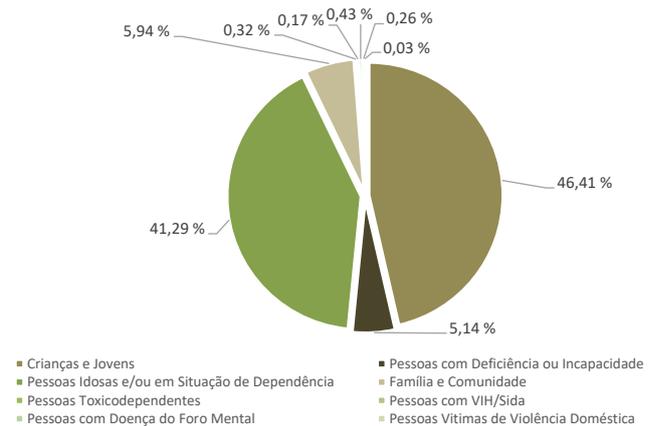
As respostas sociais que visam o apoio à Família e Comunidade, embora representem apenas 5,94 % das respostas existentes, foram as que registaram um maior aumento (1,2 p.p.) no ano de 2021, apresentando-se como a terceira área com maior número de respostas. Em sentido contrário, as respostas sociais dirigidas a Crianças e Jovens registaram um decréscimo de 0,5 p.p., face ao ano anterior.

Figura 13 – Evolução do número de respostas sociais por população-alvo, Continente – 2000-2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

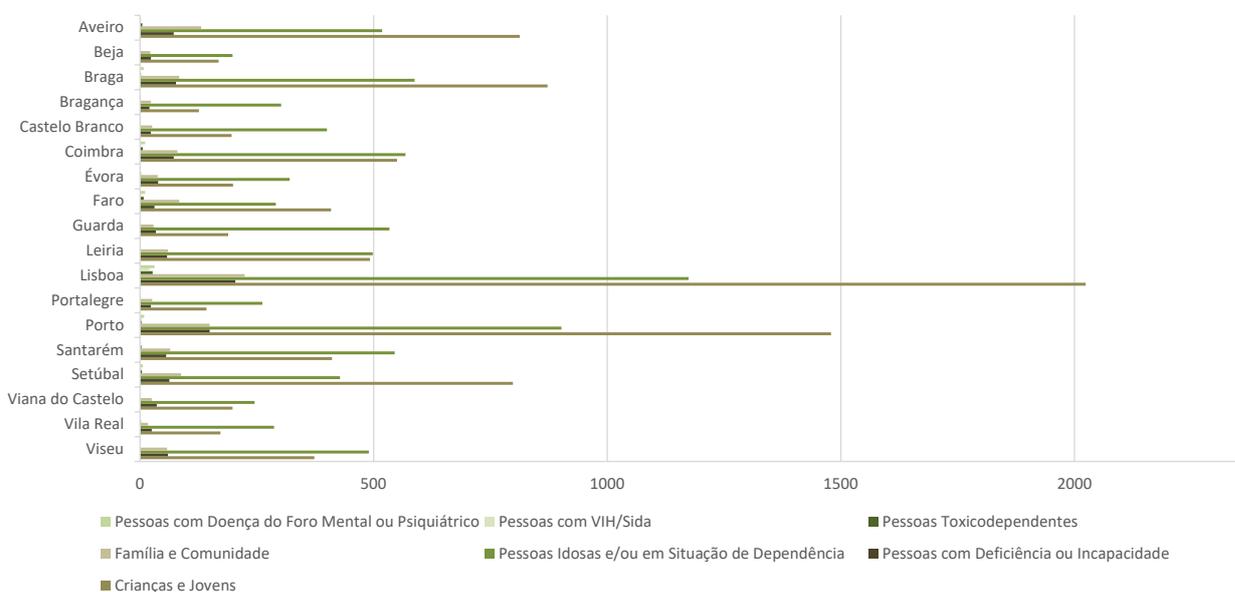
Figura 14 – Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo, Continente – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

2.3.2. Distribuição territorial

Figura 15 – Distribuição territorial das respostas sociais por população-alvo e distrito – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A distribuição territorial das respostas sociais, em 2021, revela a disseminação de respostas dirigidas a diferentes populações-alvo por todo o território continental. No panorama de distribuição territorial das diferentes respostas sociais, verifica-se que os distritos de Lisboa, Porto, Braga, Aveiro, Setúbal e Faro registavam o número mais elevado de respostas destinadas a crianças e jovens, enquanto nos restantes distritos prevalecia um maior número de respostas direcionadas para o apoio à população idosa e/ou em situação de dependência.

Figura 16 – Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo e NUTS II – 2021

NUTS II	Crianças e Jovens (%)	Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (%)	Pessoas Idosas e/ou em Situação de Dependência (%)	Família e Comunidade (%)	Outras (%)
Norte	34,0	33,1	31,4	30,6	21,8
Centro	26,6	29,2	36,7	29,3	19,4
Área Metropolitana de Lisboa	26,8	23,0	15,5	22,2	42,1
Alentejo	8,4	11,8	13,0	11,1	6,8
Algarve	4,2	2,9	3,4	6,8	9,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

No ano de 2021, mais de 80 % das respostas sociais dirigidas a diferentes populações-alvo encontravam-se nas regiões Norte, Centro e AML. A região Norte apresentava um peso relativo superior de respostas dirigidas a crianças e jovens (34,0 %), pessoas com deficiência ou incapacidade (33,1 %) e à família e comunidade (30,6 %). Por outro lado, cerca de 1/3 da oferta de apoio a pessoas idosas e/ou em situação de dependência encontrava-se na região Centro. Seguindo a tendência de anos anteriores, a oferta de respostas

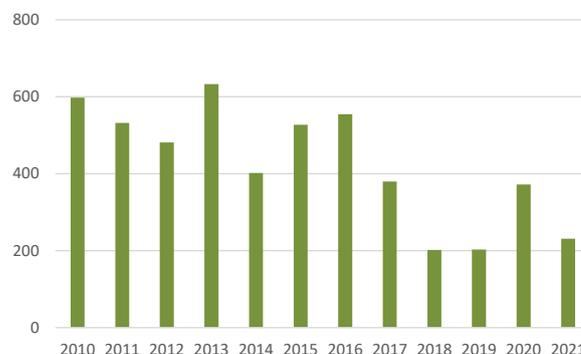
dirigidas a grupos específicos, designadamente pessoas com doença do foro mental, comportamentos aditivos e com VIH/ SIDA, em 2021, continuava a ser superior na AML.

2.3.3. Respostas sociais novas ⁵

O número de respostas sociais que entraram em funcionamento no período 2010-2021 não segue uma tendência, resultado do dinamismo que caracteriza a RSES. O ano 2021, apresenta um decréscimo na criação de novas respostas sociais face a 2020. Das 231 novas respostas sociais que entraram em funcionamento em 2021, cerca de 43 % foram contabilizadas nos distritos de Lisboa e Porto.

No ano de 2021, 72,7 % das novas respostas que entraram em funcionamento, eram geridas por entidades não lucrativas, com maior relevância por entidades da rede solidária, o que revela o dinamismo das entidades que integram a economia social.

Figura 17 – Evolução do número de respostas sociais novas, Continente – 2010-2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 18 – Distribuição percentual do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2021



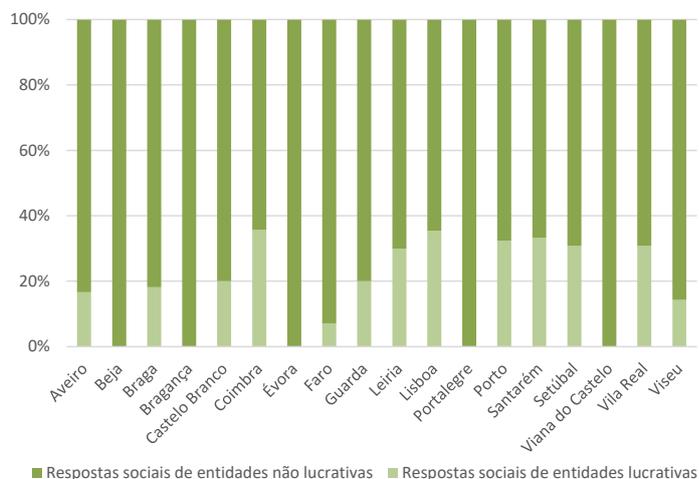
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

⁵ Consideram-se respostas sociais novas as respostas que entraram em funcionamento no ano de 2021.

No ano de 2021, todos os distritos do território Continental, apresentaram uma proporção maioritária de novas respostas propriedade de entidades não lucrativas. Nos distritos de Beja, Bragança, Évora, Portalegre e Viana do Castelo, a criação de novas respostas sociais foi inteiramente da iniciativa da rede não lucrativa. Os distritos de Lisboa e Coimbra foram aqueles em que se contabilizou uma percentagem maior de novas respostas (35 %) geridas por entidades lucrativas.

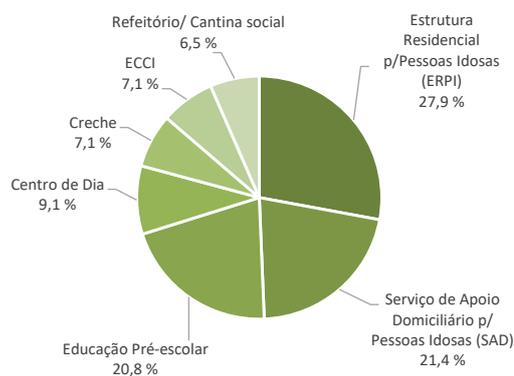
As novas respostas que entraram em funcionamento no ano de 2021, abrangem uma grande variedade de tipologias e população-alvo. De referir que, do total das novas respostas que entraram em funcionamento⁶, no ano em análise, 58,4 % eram dirigidas a Pessoas Idosas (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Dia) e 27,9 % à Infância (Educação Pré-escolar e Creche).

Figura 19 – Distribuição do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por distrito – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 20 – Distribuição percentual das respostas sociais novas, por tipologia, Continente – 2021



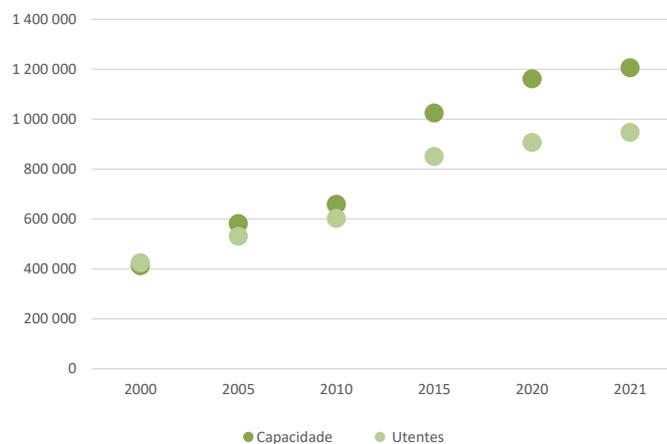
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

⁶ Foram consideradas nesta distribuição as tipologias de resposta que apresentaram 10 ou mais registos novos no ano de 2021.

2.3.4. Evolução da capacidade instalada e do número de utentes

O universo de respostas sociais que integra a Carta Social contabilizava, em 2021, cerca de um milhão, duzentos e seis mil lugares⁷. Comparativamente ao ano de 2000, o universo total de respostas sociais apresentou um crescimento da capacidade instalada (número total de lugares) em torno de 192 %.

Figura 21 – Evolução da capacidade e do número de utentes, Continente – 2000-2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

As respostas destinadas à Família e Comunidade, Crianças e Jovens e a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade foram as que registaram um maior crescimento na capacidade instalada, no período 2000-2021, com uma taxa de crescimento de 315 %, 195 % e 148 %, respetivamente. Em sentido contrário, as respostas destinadas a grupos específicos, nomeadamente das Pessoas com Doença do Foro Mental, apresentavam, para o período de 2000-2021 um decréscimo da sua capacidade na ordem dos 14 %.

De referir, ainda, que o número total de utentes que frequentava o universo de respostas cifrou-se, em 2021, em cerca de novecentos e quarenta e sete mil, traduzindo um aumento de 4,5 p.p., por relação a 2020, superando mesmo, o número de utentes a frequentar respostas sociais em 2019 (período pré-pandemia por COVID-19). Foram as respostas destinadas à Família e Comunidade e às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, que apresentaram um maior aumento no número de utentes, face a 2020, com um crescimento de 7,4 % e 5 %, respetivamente. Já as respostas para Pessoas Idosas ou com Dependência e com Doença do Foro Mental, registaram um ligeiro decréscimo no número de utentes face a 2020 (-0,2 % e -0,1 %).

⁷ Este valor inclui o número de lugares nas respostas de Educação Pré-Escolar, Unidades e Equipas de Cuidados Continuados integradas e Ajuda Alimentar registados na CS, para além das restantes respostas que integram a RSES.

3. Respostas sociais por população-alvo

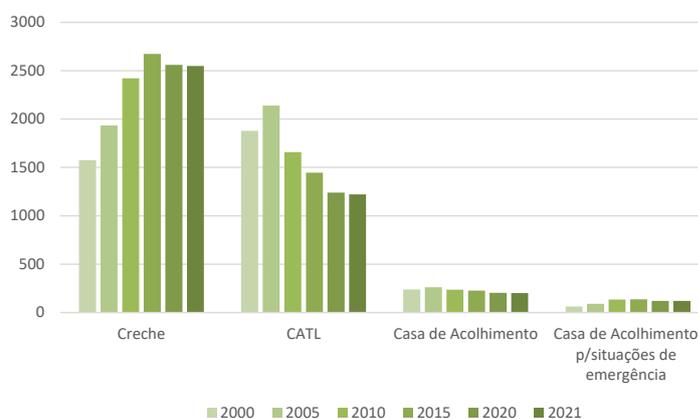
3.1 Crianças e Jovens

As respostas sociais dirigidas a **Crianças e Jovens** englobam a **Creche e a Ama**⁸, que visam o apoio à primeira infância (crianças até aos 3 anos de idade), a **Educação Pré-Escolar**⁹, o **Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL)**, a **Casa de Acolhimento**¹⁰, a **Casa de Acolhimento para resposta a situações de emergência** e o **Centro de Apoio Familiar e Acolhimento Parental (CAFAP)**, entre outras com menor expressão.

3.1.1. Número de respostas sociais

As principais respostas sociais para Crianças e Jovens¹¹, embora com evoluções distintas no período 2000-2021, nomeadamente o crescimento acentuado das respostas de creche por oposição à diminuição das respostas de CATL, registaram um crescimento total de 9 %, com uma diminuição de cerca de 1 p.p., face aos valores apurados em 2020.

Figura 22 – Evolução do número das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente – 2000-2021¹



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Nota: ¹Quebra de série a partir de 2017

⁸ Resposta social que consiste no exercício de atividade de ama, destinada a cuidar na sua residência de crianças até aos três anos de idade, ou até atingir a idade de ingresso no estabelecimento de educação pré-escolar, por tempo correspondente ao período de trabalho ou impedimento dos pais ou de quem exerce as responsabilidades parentais (família).

⁹ Atendendo que a resposta social Educação Pré-Escolar foi integrada na CS pela primeira vez em 2015 será analisada de forma autónoma, não sendo tratada no âmbito das principais respostas sociais para Crianças e Jovens.

¹⁰ O Decreto-Lei n.º 164/2019, de 25 de outubro, que estabelece o regime de execução do acolhimento residencial, substitui o Lar de Infância e Juventude e o Centro de Acolhimento Temporário pela Casa de Acolhimento e Casa de Acolhimento para resposta a situações de emergência, respetivamente.

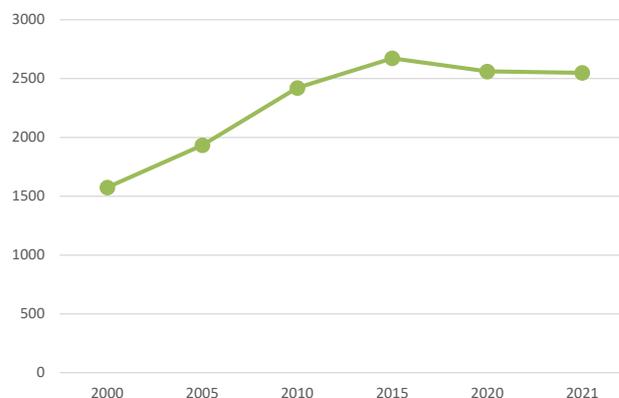
¹¹ Creche, Centro de Atividades de Tempos Livres, Casa de Acolhimento e Casa de Acolhimento para resposta a situações de emergência.

A Creche, resposta com maior peso relativo no âmbito do apoio a esta população-alvo¹², manteve, no ano de 2021, a tendência de ligeira redução no número de respostas. Contudo, registou um crescimento de cerca de 62 %, por relação a 2000.

No ano de 2021, contabilizaram-se no Continente 2549 Creches (menos 12 face a 2020), das quais, cerca de 77 % são propriedade de entidades não lucrativas, colocando em evidência a importância que as entidades da rede solidária desempenham ao nível dos cuidados à 1.ª infância.

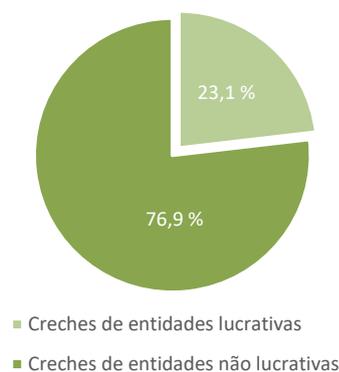
É de referir que, em 2021, beneficiavam da medida *Gratuidade de Creche*¹³ todas as crianças abrangidas pelo 1.º e 2.º escalões de rendimento da comparticipação familiar que frequentavam creches da rede solidária com acordo de cooperação.

Figura 23 – Evolução do número de respostas de Creche, Continente – 2000-2021¹



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social
Nota: ¹Quebra de série a partir de 2017

Figura 24 – Distribuição percentual do número de respostas de Creche segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

¹² Atendendo que a resposta social Educação Pré-Escolar foi integrada na CS, pela primeira vez, em 2015 continuará a ser analisada de forma autónoma, não sendo tratada no âmbito das principais respostas sociais para Crianças e Jovens.

¹³ Conforme Portaria n.º 271/2020, de 24 de novembro e Portaria n.º 199/2021, de 21 de setembro.

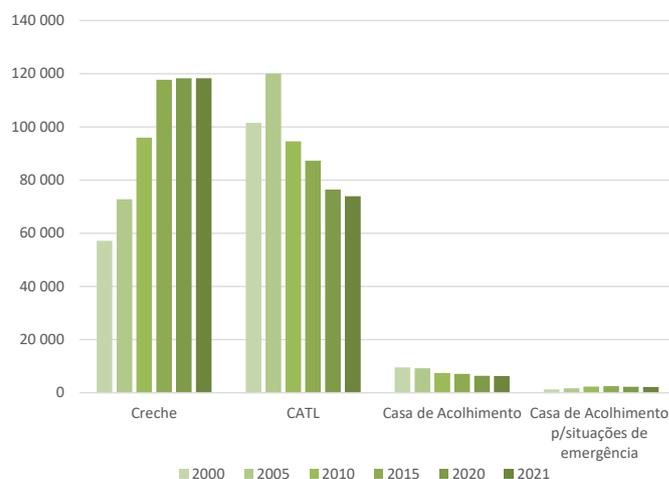
3.1.2. Capacidade

A capacidade/número de lugares das principais respostas sociais dirigidas a Crianças e Jovens¹⁴ registou, entre 2000 e 2021, um crescimento de 18,4 %, seguindo a tendência dos dois últimos anos.

No ano de 2021, o número de lugares em Creche, fixou-se em 118 260, traduzindo um crescimento de 107 % no período 2000-2021, mantendo-se como a resposta com maior desenvolvimento neste grupo. A diminuição da capacidade (-20 lugares que em 2020) não se refletiu no número de lugares comparticipados pelo Estado através de acordos de cooperação com entidades da rede solidária¹⁵, que regista, neste ano, um aumento, representando 64,3 % dos lugares existentes.

O número de crianças que frequentava esta resposta fixou-se, em 2021, em 101 191, consistindo num acréscimo de cerca de 2995 crianças, por relação a 2020, superando o número de crianças a frequentar a creche em 2019. De realçar, ainda, que do universo de crianças que frequentavam creches da rede solidária com

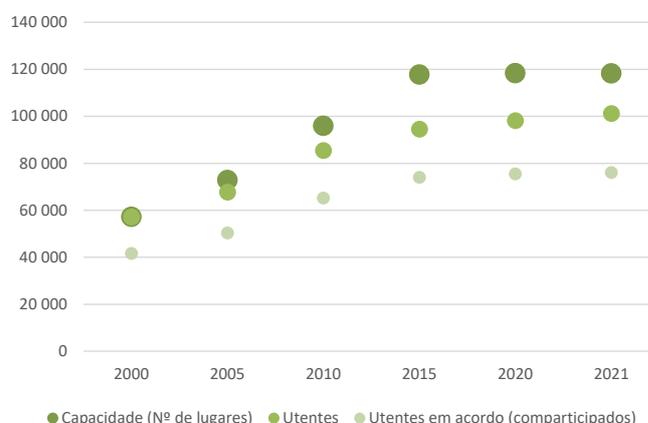
Figura 25 – Evolução da capacidade das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente – 2000-2021¹



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Nota: ¹Quebra de série a partir de 2017

Figura 26 – Evolução da capacidade, número de utentes e utentes comparticipados na resposta social Creche, Continente – 2000-2021¹



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Nota: ¹Quebra de série a partir de 2017

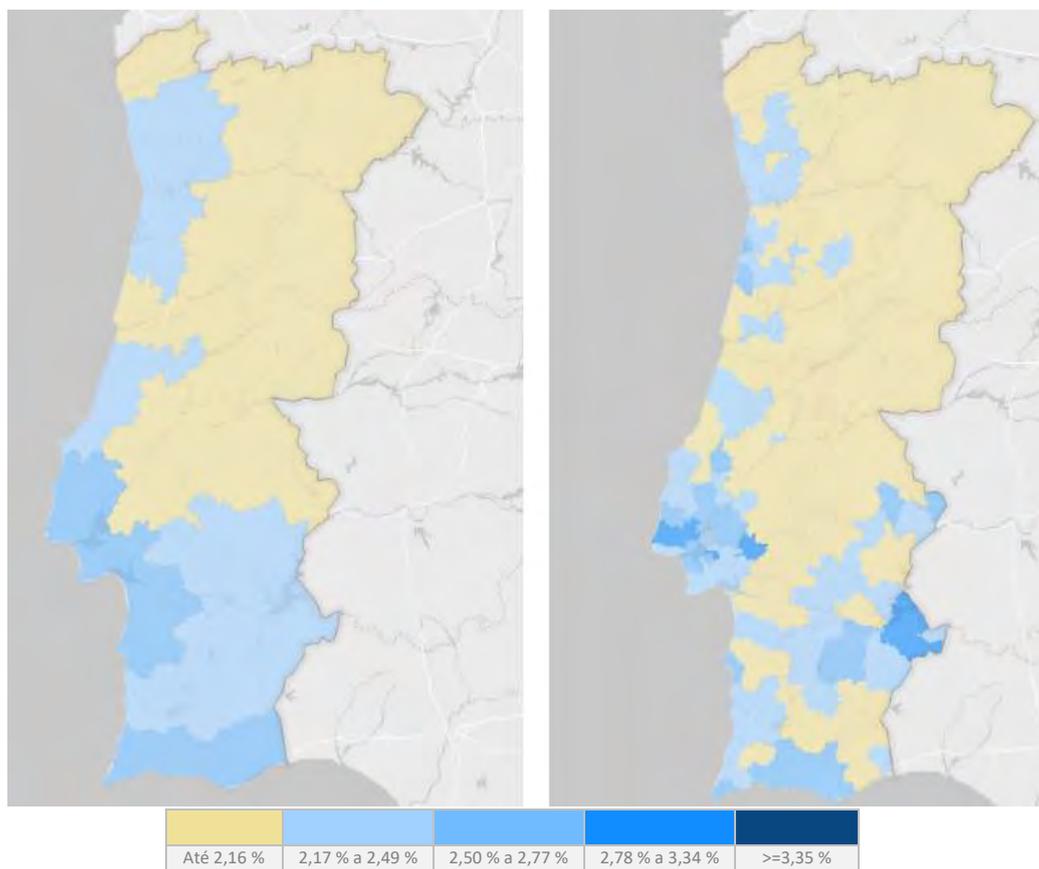
¹⁴ Creche, Centro de Atividades de Tempos Livres, Casa de Acolhimento e Casa de Acolhimento para resposta a situações de emergência.

¹⁵ O Protocolo de Cooperação estabelecido bianualmente entre os Ministérios da Educação (ME), MTSSS e da Saúde (MS) e as entidades que compõem o setor social e solidário, representados pela União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a União das Mutualidades Portuguesas (UM) e a CONFECOOP - Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL, atento ao Decreto-Lei n.º 143/2017, de 29 de novembro, que define o valor de comparticipação financeira pago por utente/mês em cada uma das respostas abrangidas pelo Protocolo.

acordo de cooperação, 18,3 % beneficiaram da medida *Gratuidade de Creche*, designadamente crianças abrangidas pelo 1.º e 2.º escalões de rendimento da comparticipação familiar.

3.1.3. Distribuição territorial

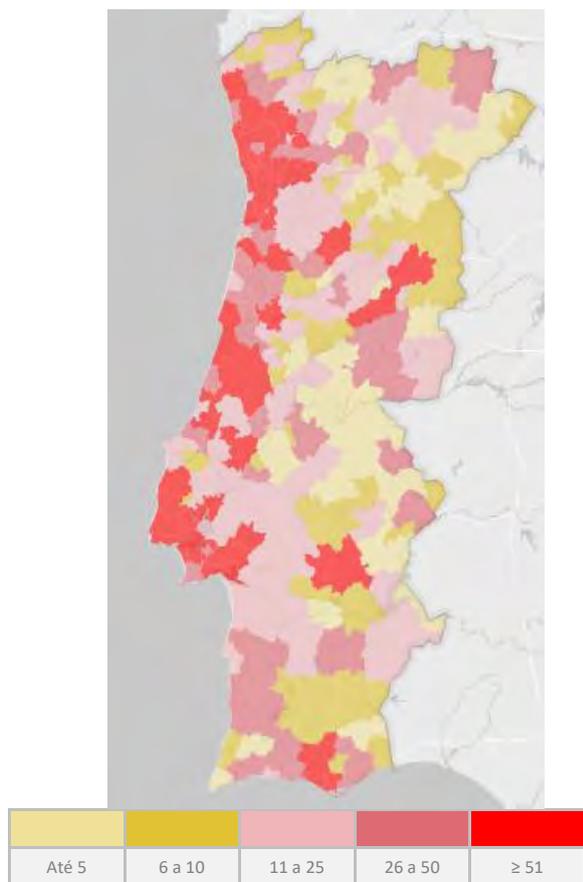
Figura 27 – Relação entre a população dos 0 aos 3 anos e a população total, distrito e concelho – 2021



Fonte: INE, Estimativas Ad Hoc de População Residente 2021

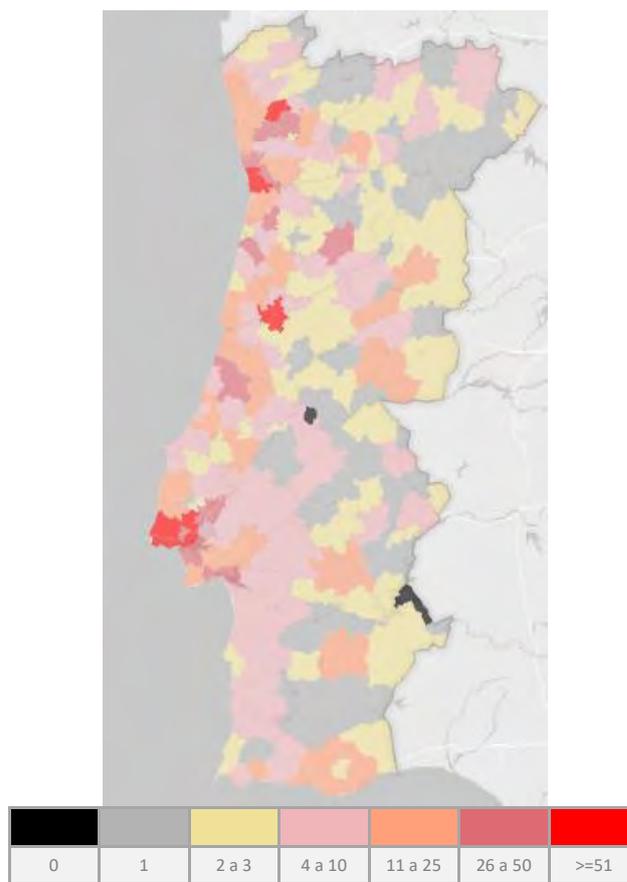
A relação entre população dos 0 aos 3 anos de idade e a população total no Continente reflete as diferenças existentes no país. Os territórios localizados ao longo da faixa litoral norte, mas também no Alentejo e Algarve apresentavam, em 2021, as maiores percentagens de crianças com idade inferior a 3 anos, enquanto os do interior norte e centro do país, registavam maioritariamente as menores. A distribuição territorial das respostas sociais dirigidas a este grupo-alvo tem seguido, de alguma forma, este padrão de distribuição populacional, registando-se uma maior concentração de respostas nos territórios com maior proporção de crianças. Em 2021, dos 278 concelhos existentes no território continental, 133 (48 %) dispunha de quatro ou mais Creches. De referir, ainda que apenas nos concelhos de Sardoal e Mourão não existia qualquer oferta de Creche.

Figura 28 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Crianças e Jovens, por concelho – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

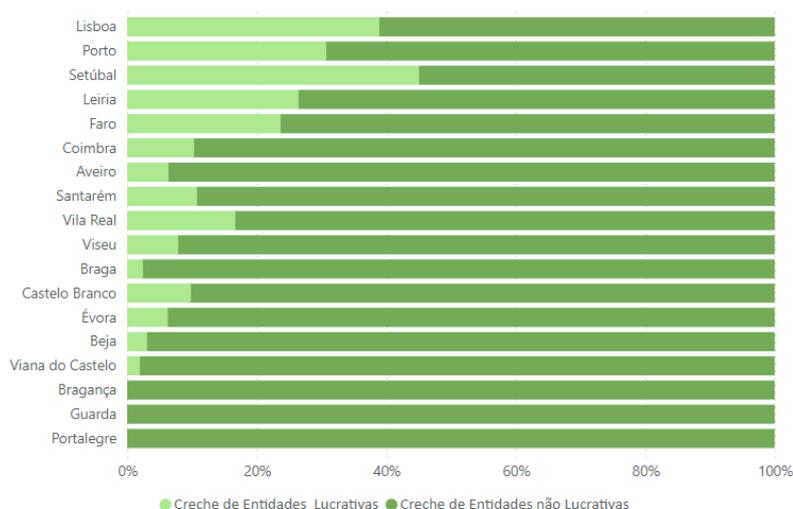
Figura 29 – Distribuição territorial da resposta social Creche, por concelho – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

No ano de 2021, a oferta de Creches propriedade de entidades não lucrativas, no território continental, correspondia a 88 % da totalidade de Creches existentes. A expressão das Creches pertencentes a entidades privadas-lucrativas decresceu face a 2020, com os distritos de Setúbal (27 %) e Lisboa (23 %) a registarem um peso relativo de Creches de entidades privadas-lucrativas superior a 20 %.

Figura 30 – Distribuição percentual da resposta social Creche, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.1.4. A resposta social Ama

A **Ama** consiste num serviço prestado por pessoa idónea, devidamente licenciada para o efeito pelo ISS, IP, que apoia as famílias através do acolhimento de crianças (no máximo 4) até aos 3 anos de idade ou até atingirem a idade de ingresso nos estabelecimentos de educação pré-escolar. Este serviço é prestado na residência da Ama, durante um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais (família). Se o serviço for desenvolvido no âmbito de uma instituição de enquadramento, designando-se, nesse caso, por Creche Familiar.

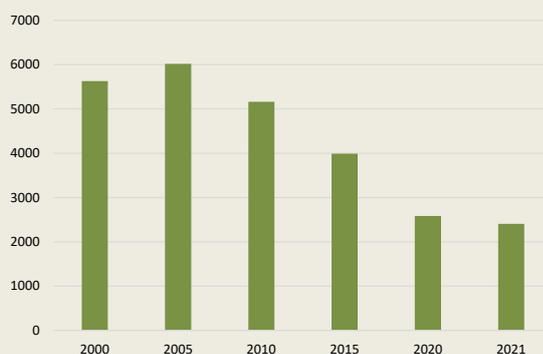
A Carta Social, no âmbito do processo de atualização da informação, recolhe, por via administrativa¹, os dados relativos à atividade de Ama, motivo pelo qual a análise desta resposta é feita em separado, tendo por base os elementos disponíveis. Em 2021, contabilizaram-se 601 Amas, mantendo-se a tendência decrescente desta resposta social, que registou uma redução de 7,0 p.p. por relação a 2020, e de cerca de 57 % face à situação existente em 2000. O enquadramento legal² para exercício da atividade de Ama sofreu alterações ao longo deste período, que poderão ter efeitos na evolução. O decréscimo de número de Amas refletiu-se, incontornavelmente, na capacidade desta resposta, valor que tem em conta o número máximo de crianças que cada Ama pode acolher. No ano em análise, o número de lugares cifrou-se em 2155 lugares, o que representa menos 111 lugares do que em 2020.

Evolução do número das respostas sociais Ama, Continente – 2000-2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Evolução da capacidade da resposta social Ama, Continente – 2000-2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

¹ A informação relativa à resposta social Ama é recolhida e atualizada por via administrativa, não sendo alvo de atualização pelas entidades.

² O Decreto-Lei n.º 115/2015, de 22 de junho, estabelece os termos e as condições para o acesso à profissão de ama e o exercício da respetiva atividade, bem como o regime sancionatório aplicável àquela atividade.

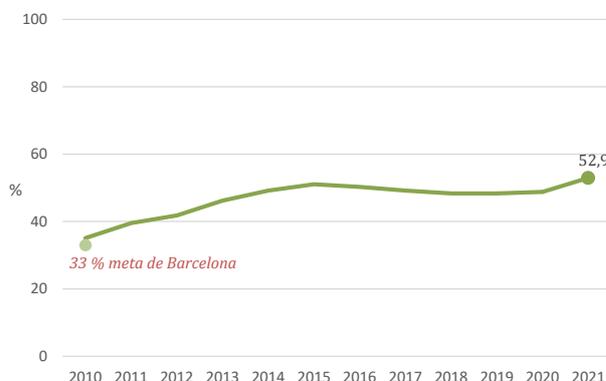
3.1.5 Taxa de cobertura

A taxa de cobertura¹⁶ das respostas sociais para a 1.ª infância¹⁷ registou, entre 2010 e 2021, um crescimento de 50,1 %. Em 2021, a taxa de cobertura média no Continente situou-se em 52,9 %, apresentando uma subida de cerca de 4 p.p., em relação a 2020, explicada, em grande medida, pela diminuição da população no escalão etário dos 0 aos 3 anos¹⁸.

Em termos territoriais, 91 % dos concelhos do Continente (253 em 278) apresentavam, em 2021, uma taxa de cobertura acima de 33 %¹⁹. De referir, ainda, que dos 278 concelhos existentes, 167 (60,1 %) registavam uma taxa de cobertura acima da média do Continente (52,9 %).

Os distritos de Lisboa (50,7 %) Setúbal (48,2 %), e Porto (37,1 %) mantinham-se, em 2021, os territórios com menor cobertura face à população residente, pese embora, o distrito de Lisboa tenha atingido uma cobertura de 50 %, ligeiramente abaixo da média nacional. Da mesma forma e em situação oposta, os distritos da Guarda (86,9 %), Portalegre (83,1 %) e Castelo Branco (74,4 %) registaram, à semelhança dos anos anteriores, as taxas de cobertura de repostas para a 1.ª infância mais elevadas.

Figura 31 – Evolução da taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, Continente – 2010-2021¹



Fonte: INE, Estimativas Ad Hoc de População Residente 2021
GEP-MTSSS, Carta Social

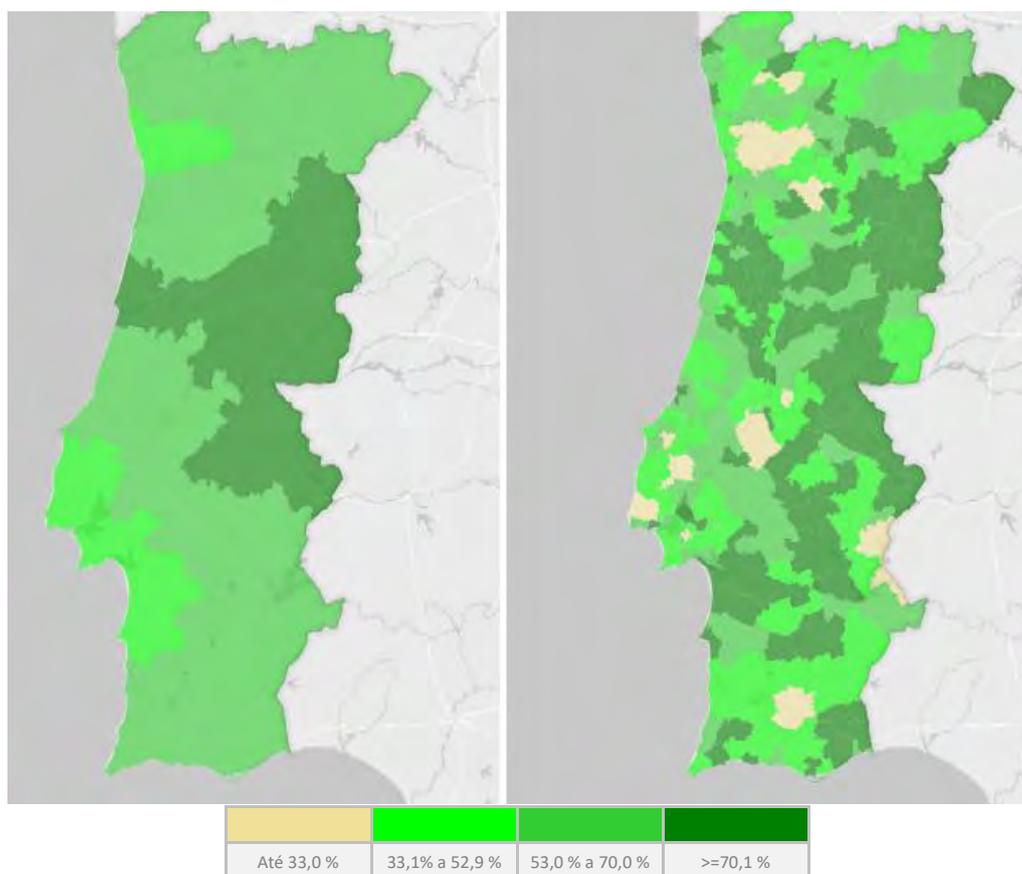
Nota: ¹Quebra de série a partir de 2017

¹⁶ Para o cálculo da taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância são considerados o número total de lugares existentes e a população de referência das respostas em análise: (capacidade total das respostas Creche + Ama / população 0 aos < 3 anos) × 100.

¹⁷ Creche e Ama.

¹⁸ Fonte: INE, Estimativas Ad Hoc de População Residente 2021

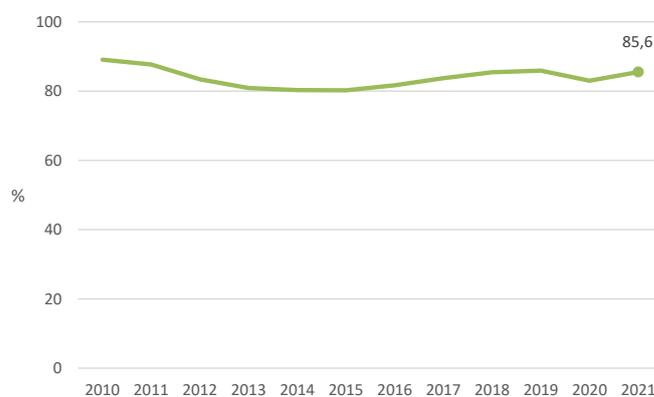
¹⁹ Em 2002, foi definida no Conselho Europeu de Barcelona uma meta em matéria de infraestruturas de acolhimento de crianças com o objetivo de, até 2010, ser assegurado o acolhimento de 33 % das crianças com menos de 3 anos.

Figura 32 – Taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito e concelho – 2021


Fonte: INE, Estimativas Ad Hoc de População Residente 2021
GEP-MTSSS, Carta Social

3.1.6. Taxa de utilização

A taxa de utilização²⁰ média das respostas para a 1.ª infância²¹ no Continente registou, em 2021, um crescimento de 2,5 p.p. face a 2020, retomando a tendência crescente dos anos pré-pandemia, tendo-se fixado em 85,6 %, o que reflete o aumento do número de utentes que frequentava a resposta de Creche, em 2021.

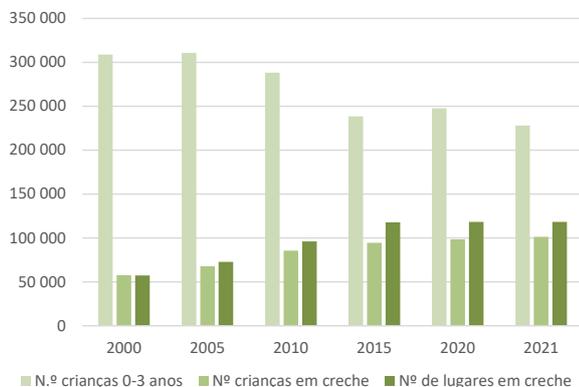
Figura 33 – Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, Continente – 2010-2021¹


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social
Nota: ¹Quebra de série a partir de 2017

²⁰ Para o cálculo da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância são considerados o número total de utentes e o número total de lugares existentes das respostas em análise: (número total de utentes das respostas Creche + Ama / capacidade total das respostas Creche + Ama) × 100.

²¹ Creche e Ama.

Figura 34 – Evolução do número de crianças dos 0-3 anos, do número de utentes e da capacidade em Creche, Continente – 2000-2021¹



Fonte: INE, Estimativas Ad Hoc de População Residente 2021
GEP-MTSSS, Carta Social

Nota: ¹Quebra de série a partir de 2017.

Figura 35 – Evolução da taxa de cobertura e da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2000-2021¹

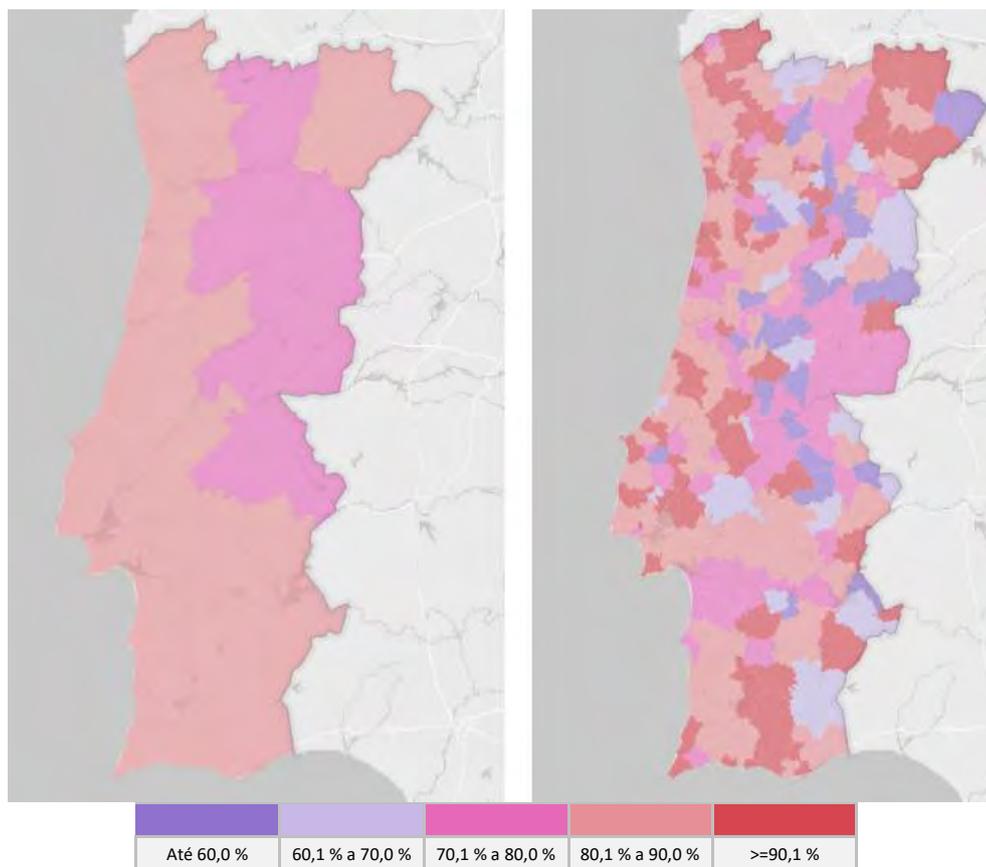


Fonte: INE, Estimativas Ad Hoc de População Residente 2021
GEP-MTSSS, Carta Social

Nota: ¹Quebra de série a partir de 2017.

A taxa utilização das respostas para a 1.ª infância (Creche e Ama) revela, ao longo da série, uma tendência muito semelhante, independentemente da natureza jurídica da entidade proprietária. Em 2021, a taxa de utilização média em Creches pertencentes a entidades não lucrativas foi de 87,3 % e de 78,3 % em Creches pertencentes a entidades lucrativas, verificando-se um aumento da utilização em ambas as redes.

Figura 36 – Taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito e concelho – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

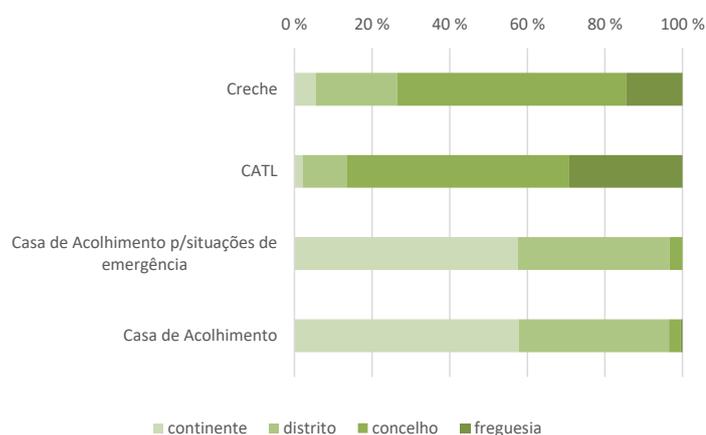
Em termos territoriais, embora não sendo possível identificar um padrão de distribuição, são observáveis taxas de utilização mais elevadas nos distritos localizados junto à faixa litoral e no Algarve. Dos 9 distritos com taxas de utilização superior à média nacional, apenas dois (Braga e Bragança) não se situam na faixa costeira. É de destacar que os distritos que registaram, em 2021, as taxas de cobertura mais elevadas (Guarda, Portalegre e Castelo Branco) são também os que apresentaram as taxas de utilização mais baixas (ligeiramente a cima dos 70 %).

3.1.7. Funcionamento

As respostas Creche e CATL, enquanto respostas de proximidade vocacionadas para o apoio à criança e à família durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais e/ou outros familiares, acolhiam durante os dias úteis da semana, em 2021, maioritariamente crianças provenientes da própria freguesia ou concelho onde o equipamento estava instalado (Creche 73,6 % e CATL 86,5 %).

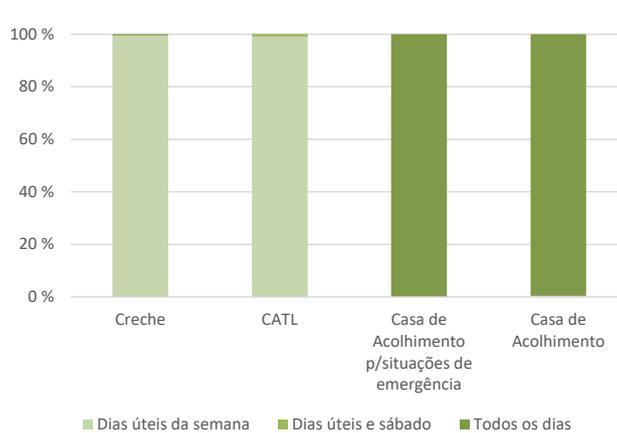
No caso das Casas de Acolhimento, destinadas ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo durante as 24 horas diárias com base na aplicação de uma medida de promoção e proteção, o raio de abrangência é maioritariamente distrital ou até supradistrital.

Figura 37 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 38 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por período de funcionamento, Continente – 2021

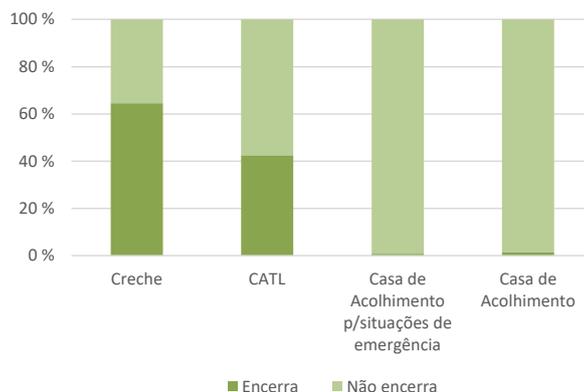


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

No ano de 2021 a grande maioria de Creches (99,3 %) e CATL (99 %) tinham o seu período de funcionamento concentrado nos dias úteis da semana, havendo aproximadamente 1 % destas respostas sociais que estendiam o respetivo período de funcionamento ao sábado.

O encerramento dos equipamentos por motivo de férias tem vindo a decrescer, sendo que 35 % das Creches e 57 % dos CATL, em funcionamento em 2021, já não encerravam para férias.

Figura 39 – Distribuição percentual das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens com encerramento para férias, Continente – 2021

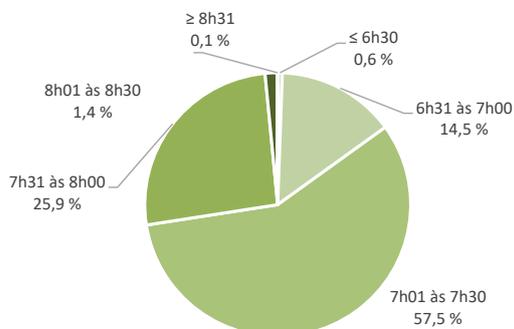


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Os horários de abertura e encerramento têm conhecido, ao longo dos anos, um alargamento, permitindo às famílias uma melhor gestão dos compromissos profissionais, pessoais e familiares, numa lógica de promoção da conciliação entre a vida pessoal e familiar e a atividade profissional. Em 2021, a maioria das Creches (84 %) abria entre as 7h01 e as 8h00 e encerrava entre as 18h01 e as 19h00 (57 %) ou entre as 19h01 e as 20h00 (39 %).

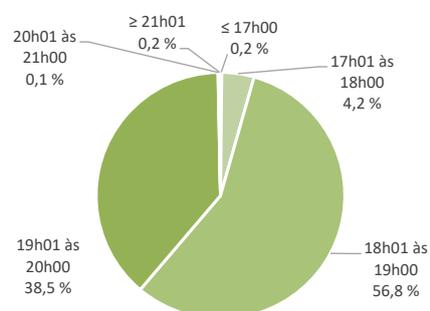
O CATL, resposta que funciona, sobretudo, nos prolongamentos e/ou em complemento do horário escolar, iniciava, em 2021, as atividades maioritariamente entre as 7h01 e as 8h00 (69 %) e encerrava entre as 18h01 e as 19h00 (57 %) ou entre as 19h01 e as 20h00 (38 %).

Figura 40 – Distribuição percentual das Creches por horário de abertura, Continente – 2021



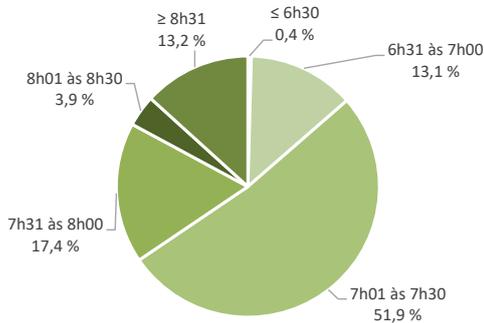
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 41 – Distribuição percentual das Creches por horário de encerramento, Continente – 2021



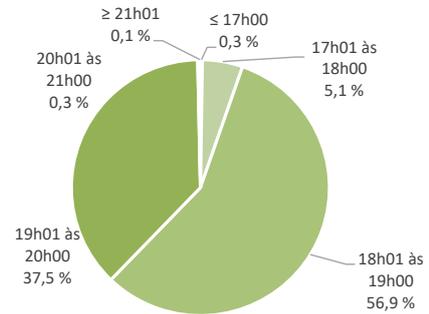
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 42 – Distribuição percentual dos CATL por horário de abertura, Continente – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 43 – Distribuição percentual dos CATL por horário de encerramento, Continente – 2021

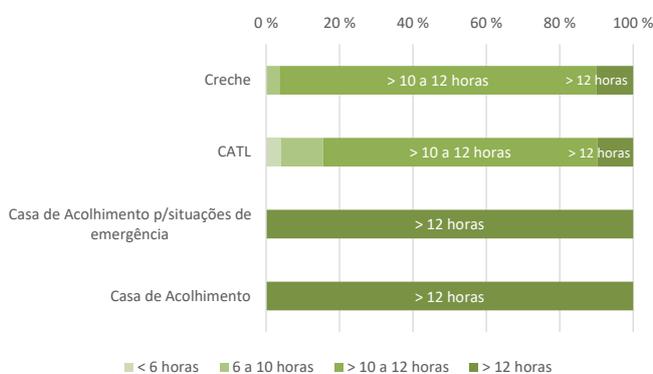


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Em 2021, cerca de 87 % das Creches e 75 % dos CATL encontrava-se em funcionamento entre 10 e 12 horas por dia, sendo que 88,2 % das crianças frequentavam as Creches permaneciam entre 6 a 10 horas diárias, nomeadamente 42,4 % entre 6 e 8 horas e 45,8 % entre 8 e 10 horas diárias.

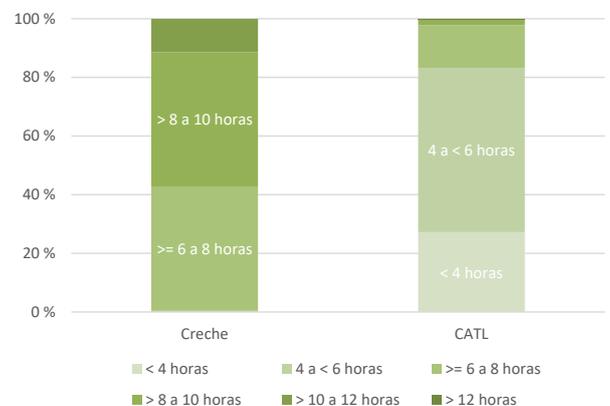
Quanto ao CATL, 83,2 % das crianças permanece menos de 6 horas. Para 27,2 % das crianças a frequência diária não atinge as 4 horas, enquanto que para 56 % fixa-se entre 4 e 6 horas, uma vez que esta resposta funciona em complementaridade com a escola e a sua frequência restringe-se aos períodos anteriores ou posteriores às responsabilidades escolares.

Figura 44 – Distribuição percentual das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens por número de horas em funcionamento, Continente – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 45 – Distribuição percentual das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens por tempo médio de frequência diária das crianças, Continente – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

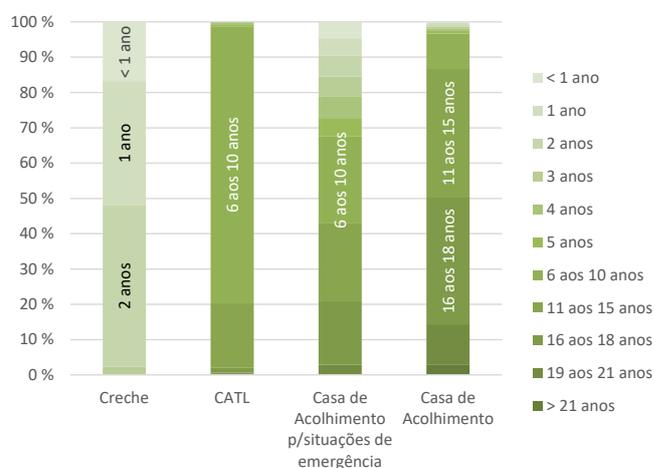
3.1.8. Caraterização dos utentes

Em 2021, do universo de crianças que frequentava a resposta Creche, 17 % tinha menos de um ano (berçário) e 81 % tinha um ou dois anos.

97 % das crianças que frequentavam a resposta CATL, tinha entre seis e quinze anos de idade, sendo o escalão mais representativo o das crianças entre os 6 a 10 anos, que engloba cerca de 79 % dos utentes desta resposta.

Já no que diz respeito às Casas de Acolhimento, o universo etário das crianças e jovens acolhidos é mais alargado. No caso das Casas de Acolhimento para resposta a situações de emergência, em 2021, 57 % das crianças integradas nesta resposta tinha até dez anos de idade. Relativamente às Casas de Acolhimento, 87 % das crianças e jovens tinha mais de dez anos de idade.

Figura 46 – Distribuição percentual dos utentes das principais respostas para Crianças e Jovens por escalão etário, Continente – 2021



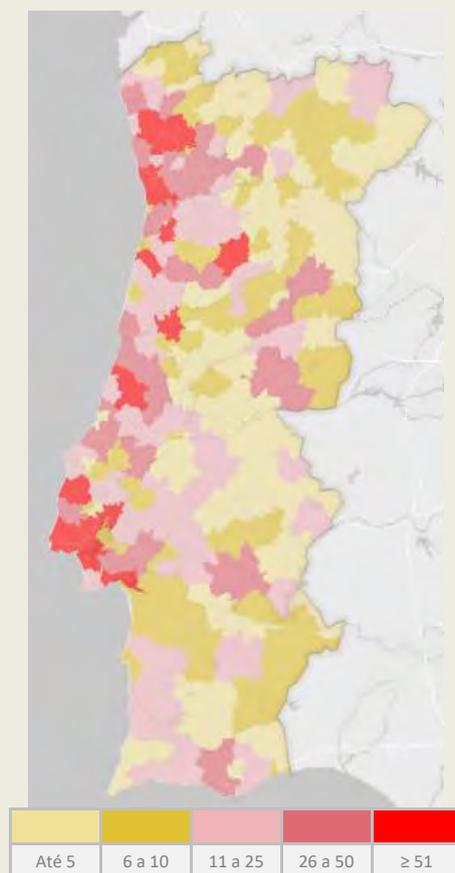
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.1.9. A resposta social Educação Pré-Escolar

A **Educação Pré-Escolar** consiste numa resposta social com intervenção integrada da Segurança Social e da Educação, destinada a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e de apoio à família. A Carta Social, no âmbito do processo de atualização da informação, recolhe desde 2015 informação relativa a esta resposta social, pelo que os dados compilados poderão não abranger, ainda, o universo, situação que deverá ser tida em conta na análise da informação. Por este motivo, à semelhança dos anos anteriores, a análise desta resposta é feita em separado, tendo por base os elementos disponíveis.

Em 2021, encontravam-se registadas na Carta Social 5356 respostas de Educação Pré-Escolar no território continental, 90 % das quais desenvolvidas por entidades não lucrativas, i.e., da rede pública e da rede solidária. O número total de lugares é de 300 523, mais de 1/3 dos quais distribuídos pela região Norte.

Distribuição territorial da resposta social Educação Pré-Escolar, por concelho - 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Distribuição percentual das respostas de Educação Pré-Escolar, por natureza jurídica da entidade proprietária - 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Distribuição territorial da percentagem de respostas de Educação Pré-Escolar, por NUTS II e natureza jurídica da entidade proprietária - 2021

NUTS II	Total (%)	Respostas de entidades lucrativas (%)	Respostas de entidades não lucrativas (%)
Norte	36,2	22,3	37,7
Centro	26,4	11,4	28,1
Área Metropolitana de Lisboa	24,3	59,0	20,5
Alentejo	8,9	1,9	9,6
Algarve	4,2	5,4	4,1
Continente	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Distribuição territorial da percentagem de lugares em Educação Pré-Escolar, por NUTS II e natureza jurídica da entidade proprietária - 2021

NUTS II	Total (%)	Respostas de entidades lucrativas (%)	Respostas de entidades não lucrativas (%)
Norte	35,4	20,9	37,4
Centro	22,0	8,8	26,3
Área Metropolitana de Lisboa	30,3	63,0	20,9
Alentejo	7,6	1,8	11,2
Algarve	4,7	5,5	4,2
Continente	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

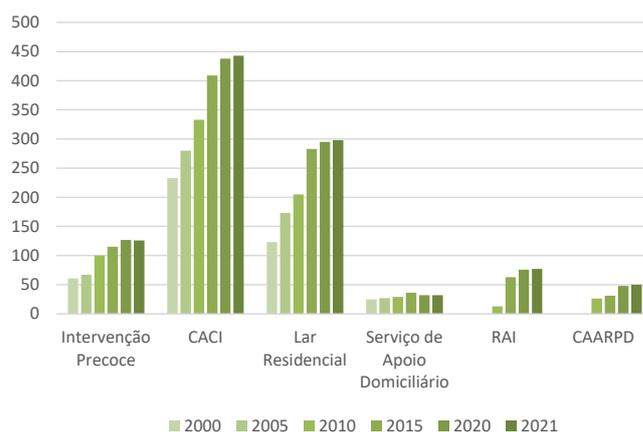
3.2 Pessoas com Deficiência ou Incapacidade

As respostas sociais direcionadas às **Pessoas com Deficiência ou Incapacidade** têm por objetivo a promoção da autonomia, a participação e a inclusão social destas pessoas. O **Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)**²², o **Lar Residencial**, a **Residência de Autonomização e Inclusão (RAI)**²³ e o **Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência** constituem as respostas sociais dirigidas a este grupo-alvo com maior representatividade. Do universo de respostas que visam o apoio a Pessoas com Deficiência e Incapacidade são de destacar ainda, o **Apoio em Regime Ambulatório**, a **Intervenção Precoce**, o **Lar de Apoio** e o **Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD)**.

3.2.1. Número de respostas sociais

O número de respostas sociais dirigidas a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade evidenciou, entre 2000 e 2021, um crescimento de 99 %, mantendo a tendência de crescimento ao longo de toda a série. As respostas Lar Residencial e CACI, em 2021, foram as que apresentaram um maior peso relativo, representando, à semelhança de 2020, 70 % do total de respostas para este grupo-alvo.

Figura 47 – Evolução do número de respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2000-2021



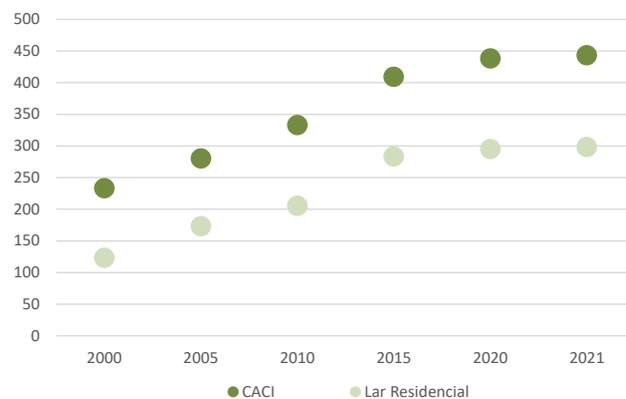
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

²² Em 2021, ao abrigo da Portaria n.º 70/2021, de 26 de março, o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) sucede e substitui o Centro de Atividades Ocupacionais (CAO).

²³ Em 2022, ao abrigo da Portaria n.º 77/2022, de 3 de fevereiro, a Residência de Autonomização e Inclusão (RAI) sucede e substitui a anterior Residência Autónoma.

Em 2021, por comparação a 2000, o Lar Residencial registou uma taxa de crescimento de 142 % e a resposta CACI de 90 %.

Figura 48 – Evolução do número de respostas sociais CACI e Lar Residencial, Continente – 2000-2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

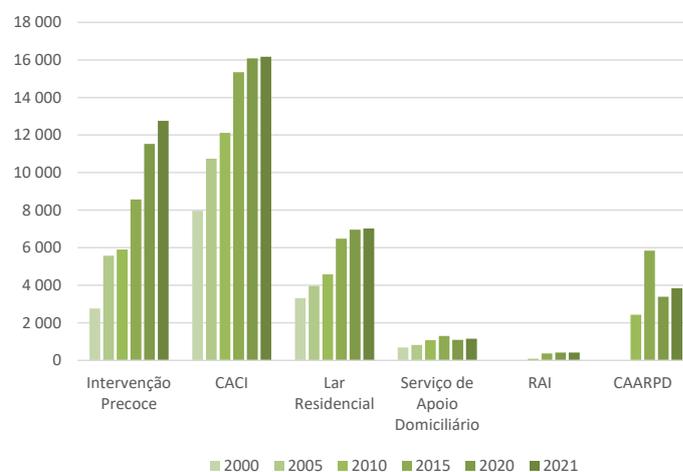
3.2.2. Capacidade

A evolução do número de lugares em respostas dirigidas a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade tem acompanhado o crescimento do número de respostas. A oferta total de lugares em respostas dirigidas a este grupo-alvo registou, entre 2000 e 2021, um crescimento de 147 %, traduzindo-se em 46 203 lugares em 2021, num crescimento total de e cerca de 4 %, face ao ano anterior.

O número de lugares nas principais respostas (CACI, Lar Residencial, RAI e Serviço de Apoio Domiciliário) registou, em 2021, um crescimento de 155 %, face a 2000, mais 22 791 novos lugares, totalizando 37 516 lugares.

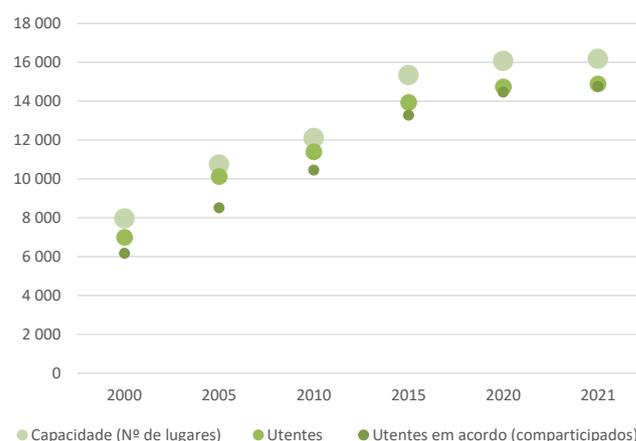
Das diferentes respostas para pessoas com deficiência ou incapacidade, a resposta CACI²⁴ era, em 2021, a resposta que maior capacidade apresentava, contabilizando-se 16 171 lugares. Esta respostas, de elevada importância para a capacitação e inclusão da pessoa com deficiência, mantém a tendência de aumento da sua capacidade que se vem registando ao longo da série.

Figura 49 – Evolução da capacidade das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2000-2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 50 – Evolução da capacidade, número de utentes e utentes comparticipados na resposta social CACI, Continente – 2000-2021



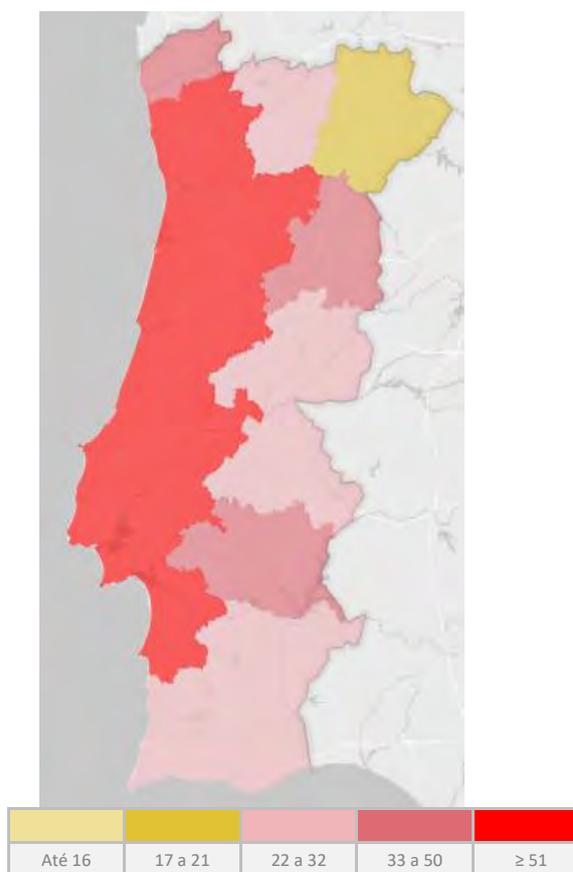
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

²⁴ Em 2021, ao abrigo da Portaria n.º 70/2021, de 26 de março, o CACI sucede e substitui o CAO.

3.2.3. Distribuição territorial

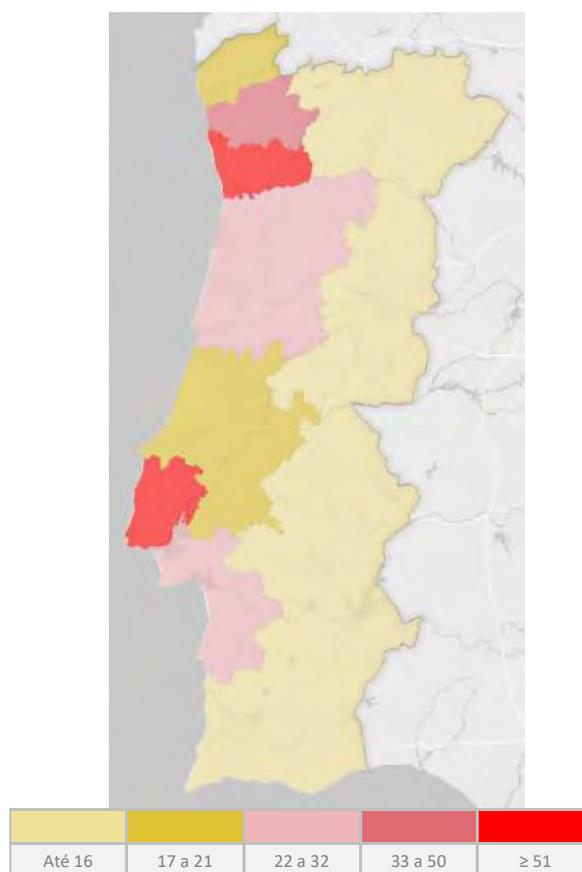
A distribuição territorial de respostas dirigidas a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade evidenciava, em 2021, uma elevada concentração nos distritos dispostos ao longo da faixa litoral. Os distritos de Lisboa, Porto, Braga, Aveiro, Coimbra, Setúbal, Viseu, Leiria e Santarém reuniam em conjunto, em 2021, 75 % da oferta total de respostas para esta população e 79 % da oferta de respostas CACI.

Figura 51 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, por distrito – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 52 – Distribuição territorial da resposta social CACI, por distrito – 2021

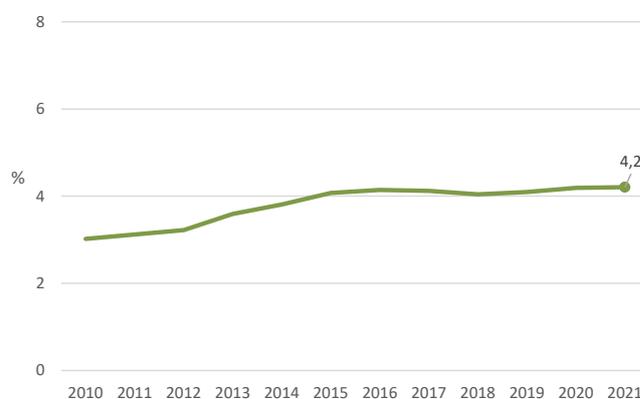


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.2.4. Taxa de cobertura

A evolução da cobertura das principais respostas para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade²⁵ registou um acréscimo positivo (39 %), no período 2010-2021, com a existência de mais 6990 lugares. Este acréscimo teve pouca expressão no aumento da taxa de cobertura, que se mantém ténue.

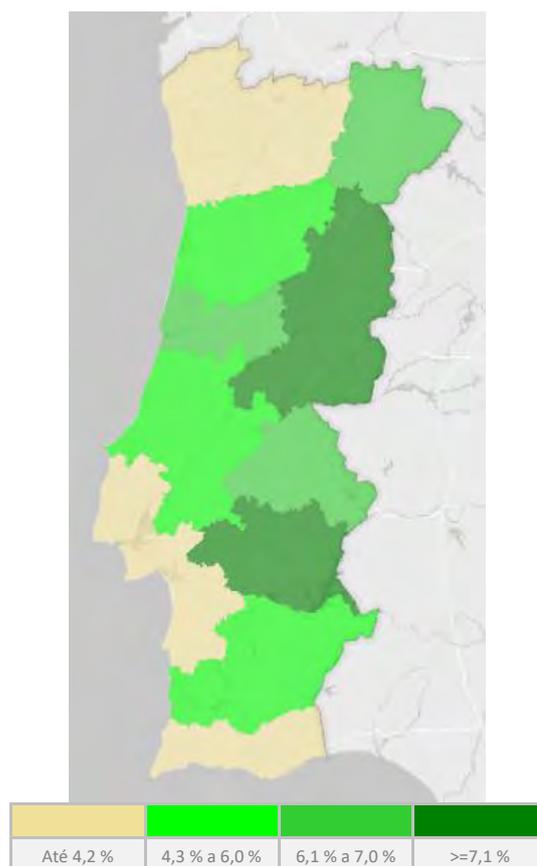
Figura 53 – Evolução da Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2010-2021



Fonte: INE, Estimativas Ad Hoc de População Residente 2021
GEP-MTSSS, Carta Social

A taxa de cobertura²⁶ média no Continente fixou-se, em 2021, em 4,2 %. Dos dezoito distritos existentes em território continental, onze apresentavam taxas de cobertura acima da média nacional, com os distritos da Guarda (8,9 %), Castelo Branco (7,4 %) e Évora (7,3 %) apresentarem os valores mais elevados. Contrariamente Viana do Castelo, Vila Real, Braga, Porto, Lisboa, Setúbal e Faro, são os distritos que apresentam as taxas de cobertura mais baixas e inferiores à média nacional.

Figura 54 – Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, distrito – 2021



Fonte: INE, Estimativas Ad Hoc de População Residente 2021
GEP-MTSSS, Carta Social

As áreas metropolitanas do Porto e Lisboa, assim como a região Algarvia eram as mais deficitárias deste tipo de respostas.

²⁵ CACI, Lar Residencial, RAI e Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência.

²⁶ Para o cálculo da taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade são considerados o número total de lugares existentes e a população de referência das respostas em análise: (capacidade total das respostas CACI + Lar Residencial + RAI + Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência/população com deficiência) × 100.

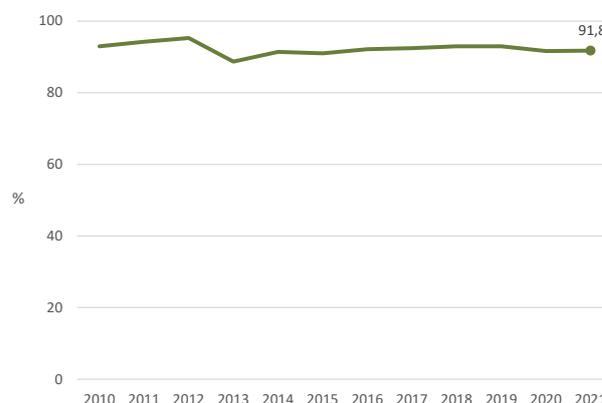
3.2.5. Taxa de utilização

As principais respostas que visam o apoio a Pessoas com Deficiência e Incapacidade²⁷ mantiveram, no período 2010-2021, uma taxa de utilização²⁸ acima dos 90 %, tendo-se fixado em 2021 em 91,8 %, refletindo o impacto da Pandemia de COVID-19 face aos valores registados no ano pré-pandémico (93 % em 2019).

O ano de 2021, apresentou um acréscimo do número de infetados por

COVID-19 nas quatro principais respostas, por relação a 2020, com 9,5 % dos utentes de CACI, 19,5 % de Lar Residencial, 14,7 % de RAI e 4,7 % dos utentes de SAD, diagnosticados com COVID-19²⁹.

Figura 55 – Evolução da taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2010-2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

²⁷ CACI, Lar Residencial, RAI e Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência.

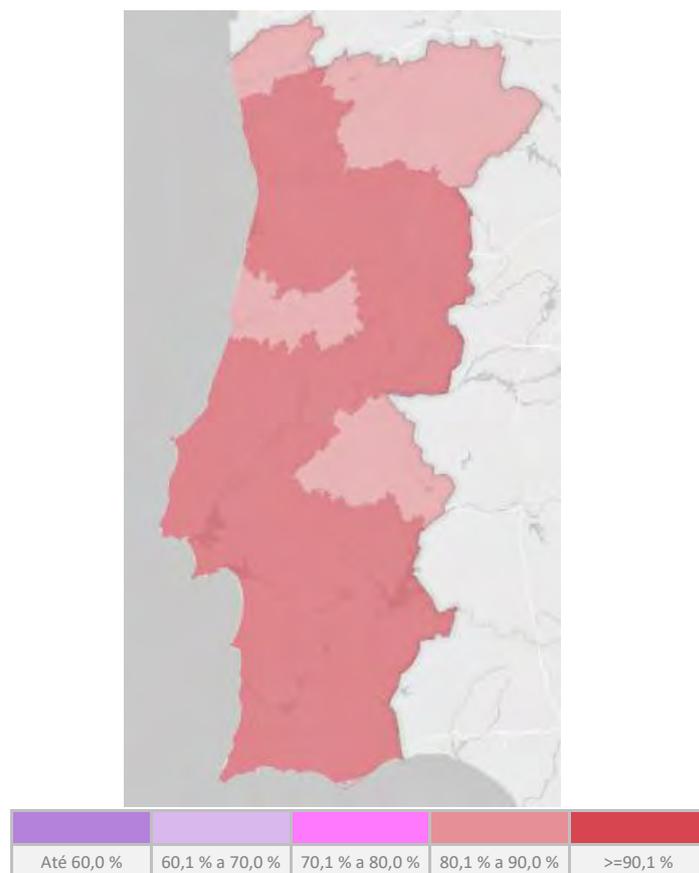
²⁸ Para o cálculo da taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade são considerados o número total de utentes e o número total de lugares existentes das respostas em análise: (número total de utentes das respostas CACI + Lar Residencial + RAI + Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência / capacidade total das respostas CACI + Lar Residencial + RAI + Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência) × 100.

²⁹ Dados recolhidos no âmbito da atualização anual da informação da CS realizada pelas entidades que desenvolvem respostas sociais enquadradas na RSES.

A análise à distribuição territorial da taxa de utilização destas respostas confirmava a existência de elevados níveis de ocupação em todo o território continental.

No ano de 2021, dos dezoito distritos existentes no território continental, onze apresentam taxas de utilização acima da média nacional, salientando-se o caso de Évora onde a taxa de utilização destas respostas se aproximava dos 100 %

Figura 56 – Taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, por distrito – 2021

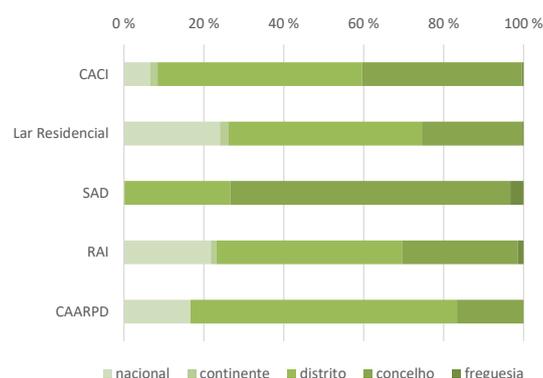


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.2.6. Funcionamento

As respostas sociais dirigidas a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade tinham, em 2021, uma abrangência essencialmente supraconcelhia, à exceção da resposta SAD, que apoiava maioritariamente (73,3 %) utentes da própria freguesia ou concelho onde o equipamento está instalado.

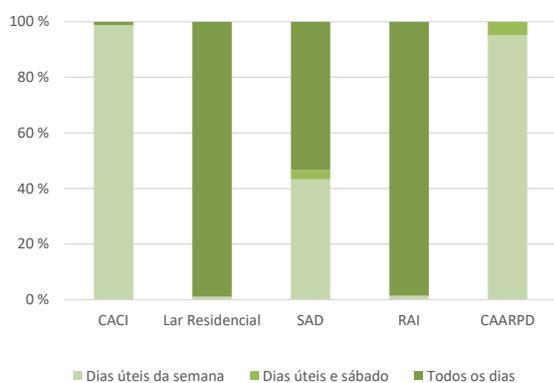
Figura 57 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

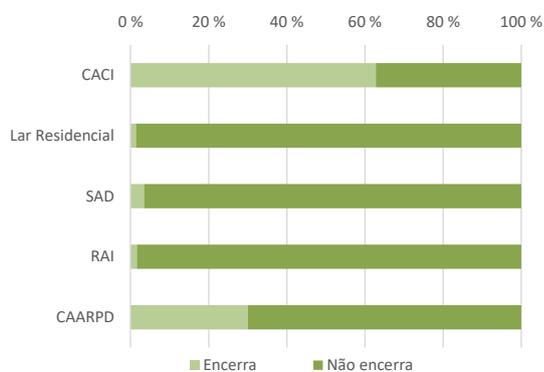
Em 2021, as respostas CACI e CAARPD funcionavam, essencialmente, entre segunda e sexta-feira. Em situação inversa, o Lar Residencial e a RAI, destinadas ao alojamento de pessoas com deficiência ou incapacidade que não podem residir no meio familiar, estavam em funcionamento sete dias por semana, para além de não encerrarem para férias. Quanto ao SAD, 53,3 % das respostas funcionava todos os dias e 96,6 % não encerrava para férias. Por outro lado, 62,8 % dos CACI e 30 % dos CAARPD encerravam para férias.

Figura 58 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade por período de funcionamento, Continente – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

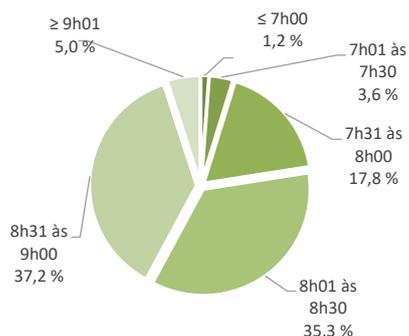
Figura 59 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade com encerramento para férias, Continente – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

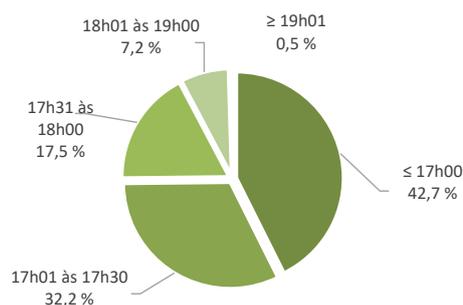
No ano de 2021, à semelhança do ocorrido no ano anterior, a resposta social de CACI apresentava, na sua grande maioria, uma oferta reduzida em termos de horários. No que diz respeito ao horário de abertura, o período entre as 8h01 e as 9h00 da manhã era o mais frequente em cerca de 73 % das respostas. O término das atividades ocorria, em cerca de 75 % das respostas, até às 17h30.

Figura 60 – Distribuição percentual dos CACI por horário de abertura, Continente – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

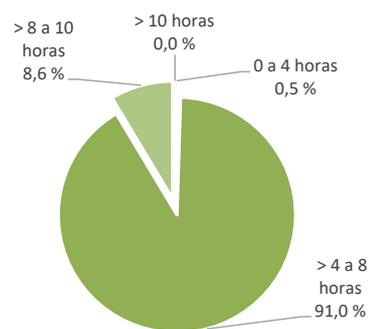
Figura 61 – Distribuição percentual dos CACI por horário de encerramento, Continente – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Em 2021, em 91 % das respostas de CACI a frequência média diária dos utentes variava entre 4 a 8 horas.

Figura 62 – Distribuição percentual dos CACI por tempo médio de frequência diária dos utentes, Continente – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

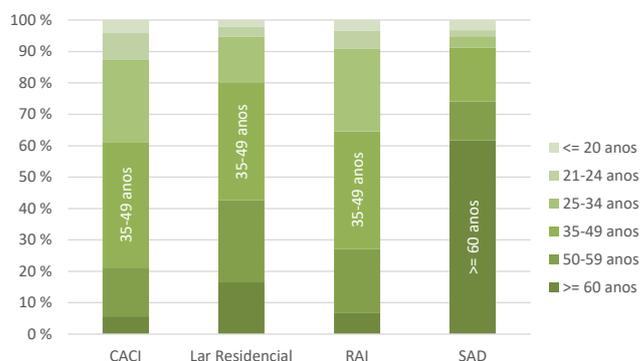
3.2.7. Caracterização dos utentes

A distribuição percentual dos utentes nas principais respostas dirigidas à população com deficiência ou incapacidade³⁰ por escalão etário evidenciava, em 2021, as diferenças na população-alvo de cada resposta social.

À exceção do SAD, onde os utentes maiores de 60 anos constituíam a maioria (62 %), o escalão etário mais representativo no universo de utentes que frequentava as respostas CACI, Lar Residencial e RAI era o dos 35 aos 49 anos. De referir que, em todas as respostas, a percentagem de utentes com idades inferior a 25 anos não atingia os 40 %.

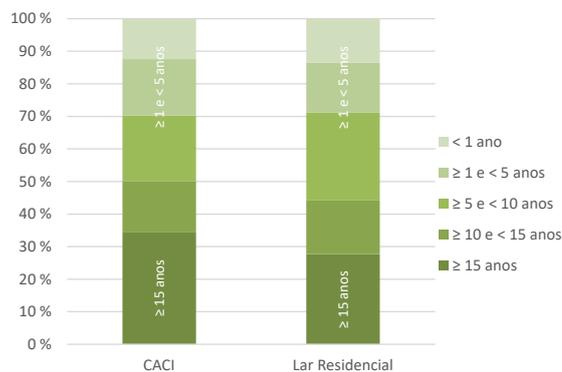
O tempo de permanência dos utentes nas respostas CACI e Lar Residencial, desde que integraram as mesmas, concentrava-se entre 5 e 10 anos (20 % e 27 %, respetivamente), e também, uma percentagem não menos significativa de utentes apresentava uma permanência nestas respostas superior a 15 anos (35 % e 28 %, respetivamente).

Figura 63 – Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade por escalão etário, Continente – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

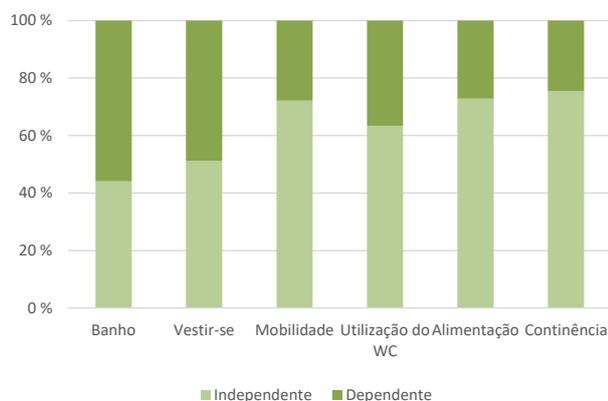
Figura 64 – Distribuição percentual dos utentes em respostas para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade por tempo de permanência, Continente – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

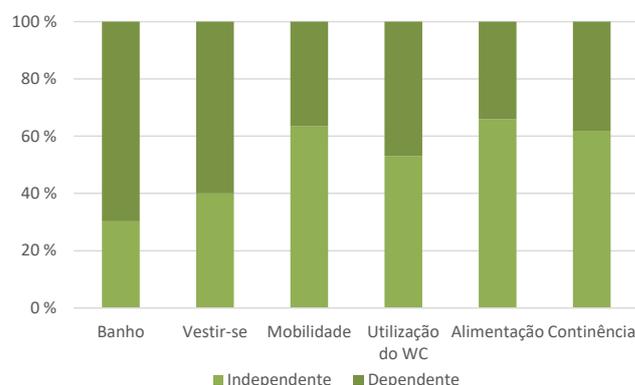
³⁰ CACI, Lar Residencial, RAI e Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência.

Figura 65 – Distribuição percentual dos utentes em CACI por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 66 – Distribuição percentual dos utentes em Lar Residencial por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2021

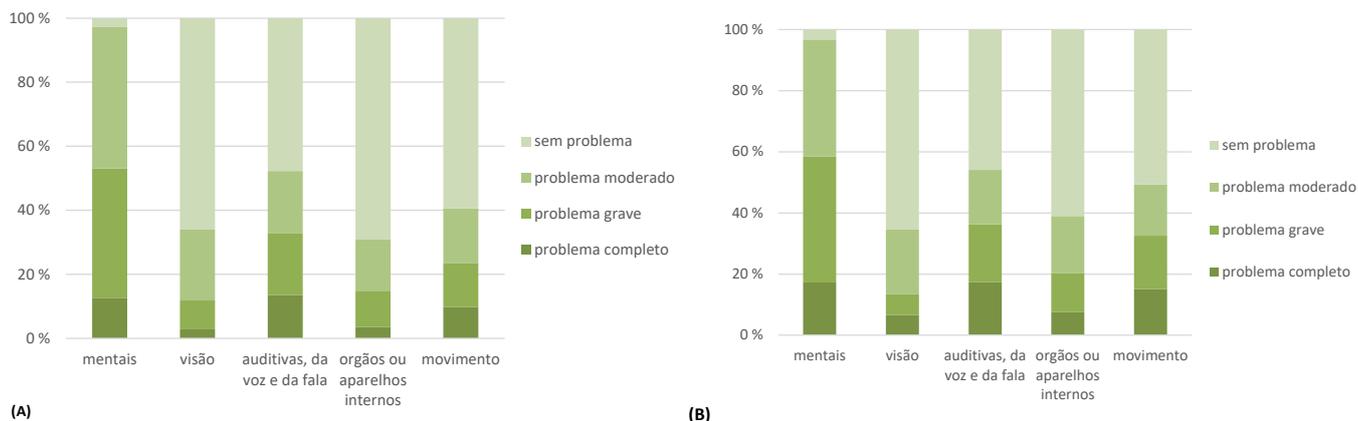


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A avaliação da capacidade de realização de atividades básicas da vida diária (ABVD)³¹ dos utentes que frequentavam respostas sociais destinadas a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, em 2021, indicava que a maioria (63 %) dos utentes de CACI caracterizados eram independentes no desenvolvimento das atividades avaliadas, apenas a atividade ‘banho’ registava um peso relativo superior a 50 % de utentes dependentes. Embora os níveis de dependência sejam superiores, 52 % dos utentes de Lar Residencial desempenhavam de forma autónoma as atividades indicadas, à exceção do ‘banho’ e ‘vestir-se’ em que a maioria dos utentes (70 % e 60 %, respetivamente) necessitava de apoio.

³¹ A questão sobre as Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD) - Banho, Vestir-se, Utilização do WC, Mobilidade, Alimentação e Continência - procura aferir em que medida a incapacidade apresentada pelos utentes limita o desempenho de atividades (relacionadas com o autocuidado) de forma autónoma. A resposta à questão baseia-se na avaliação subjetiva realizada pelos técnicos.

Figura 67 – Distribuição percentual dos utentes em CACI (A) e em Lar Residencial (B) por existência de problemas nas funções do corpo, Continente – 2021

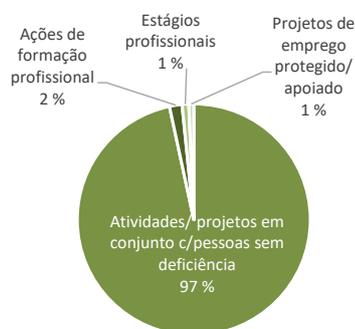


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Em 2021, mantém-se a prevalência dos problemas nas funções mentais nos utentes que frequentavam as respostas CACI e Lar Residencial, associando-se, por vezes, a problemas nas funções auditivas, da voz e da fala, e do movimento, nomeadamente em situações de paralisia cerebral, trissomias e perturbações do desenvolvimento, entre outras.

Do universo de utentes que frequentavam a resposta CACI, em 2021, a maioria (51 %) participou em atividades/projetos de inclusão na sociedade. Do conjunto de utentes envolvidos nestas atividades, 96,6 % participou em ações com pessoas sem deficiência.

Figura 68 – Distribuição percentual dos utentes em CACI com participação em atividades/projetos de inclusão na sociedade, Continente – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.3 Pessoas Idosas ³²

A **Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)**, o **Centro de Dia** e o **Serviço de Apoio Domiciliário para Idosos (SAD)** consistem nas **respostas sociais** com maior representatividade no âmbito da RSES **dirigidas às Pessoas Idosas**. Para além da satisfação das Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD) e das Atividades Instrumentais da Vida Diária (AIVD) dos utentes, as respostas destinadas a esta população-alvo visam a promoção, a inclusão e a participação na comunidade, independentemente do maior ou menor grau de autonomia/dependência da pessoa idosa e de esta se encontrar a residir na sua habitação ou numa instituição. Do universo de respostas que visam o apoio a Pessoas Idosas são de destacar, ainda, o **Centro de Convívio**, o **Centro de Noite** e o **Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas**.

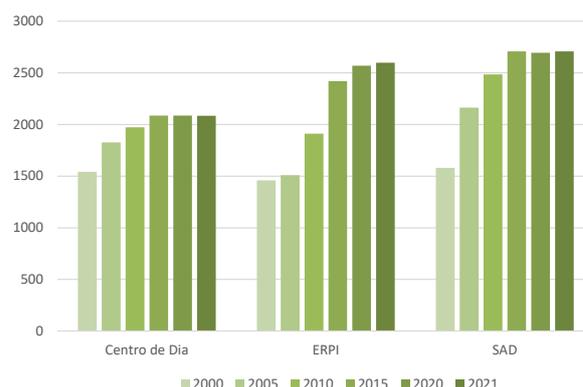
3.3.1. Número de respostas sociais

As respostas dirigidas a Pessoas Idosas registaram um crescimento de 53 %, entre 2000 e 2021, que ascende a 161 % se consideradas apenas as principais respostas³³, traduzindo um aumento de 2737 novas respostas.

As respostas ERPI e SAD foram as que, neste domínio, mais cresceram no período 2000-2021 (178 % e 171 %, respetivamente) e as que apresentavam maior oferta.

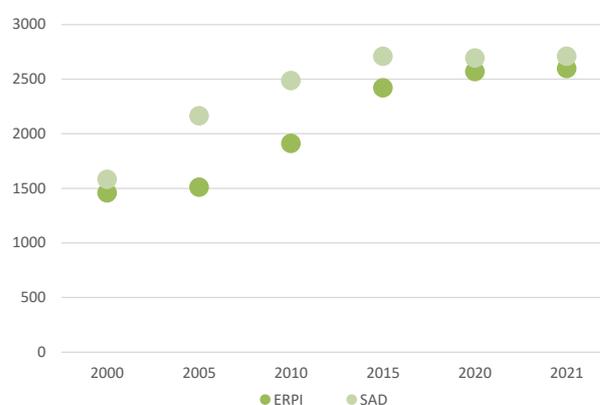
No ano de 2021, no território continental, contabilizaram-se cerca de 7390 respostas de ERPI, SAD e Centro de Dia. A resposta de SAD era a que apresentava um maior peso relativo, correspondendo a 37 % das principais respostas para idosos.

Figura 69 – Evolução do número das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2000-2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 70 – Evolução do número de respostas sociais ERPI e SAD, Continente – 2000-2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

³² A análise do grupo-alvo Pessoas Idosas integra as respostas para Pessoas em Situação de Dependência.

³³ ERPI, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário para Idosos (SAD).

3.3.2. Capacidade

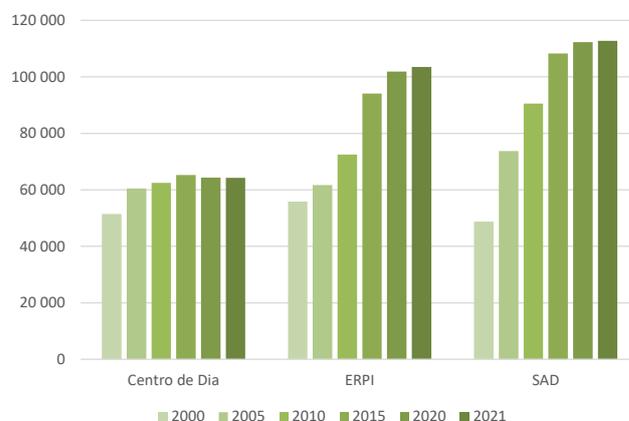
A capacidade (número de lugares) das respostas para as Pessoas Idosas revelou um aumento de 65 %, entre 2000 e 2021, no território continental. Este crescimento é, ainda, mais acentuado (80 %), se consideradas apenas as três principais respostas.

No ano de 2021, o número de lugares na totalidade de respostas para esta população-alvo era de 301 822 lugares. Destes, 280 488 lugares (93 %) encontravam-se nas respostas de Centro de Dia, ERPI e SAD.

O SAD constitui a resposta, no conjunto das principais respostas que visam o apoio a Pessoas Idosas, com maior oferta de lugares (40 % do total) totalizando 112 724 lugares em 2021.

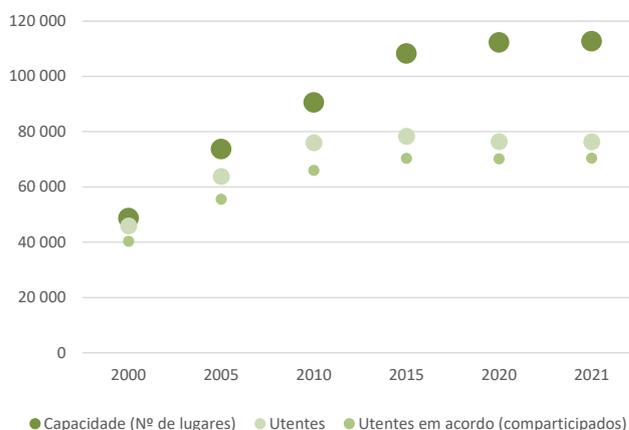
Em 2021, do total de lugares existentes em SAD, cerca de 63 % estavam abrangidos por acordos de cooperação³⁴.

Figura 71 – Evolução da capacidade das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2000-2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 72 – Evolução da capacidade, do número de utentes e utentes compartilhados na resposta social SAD, Continente – 2000-2021

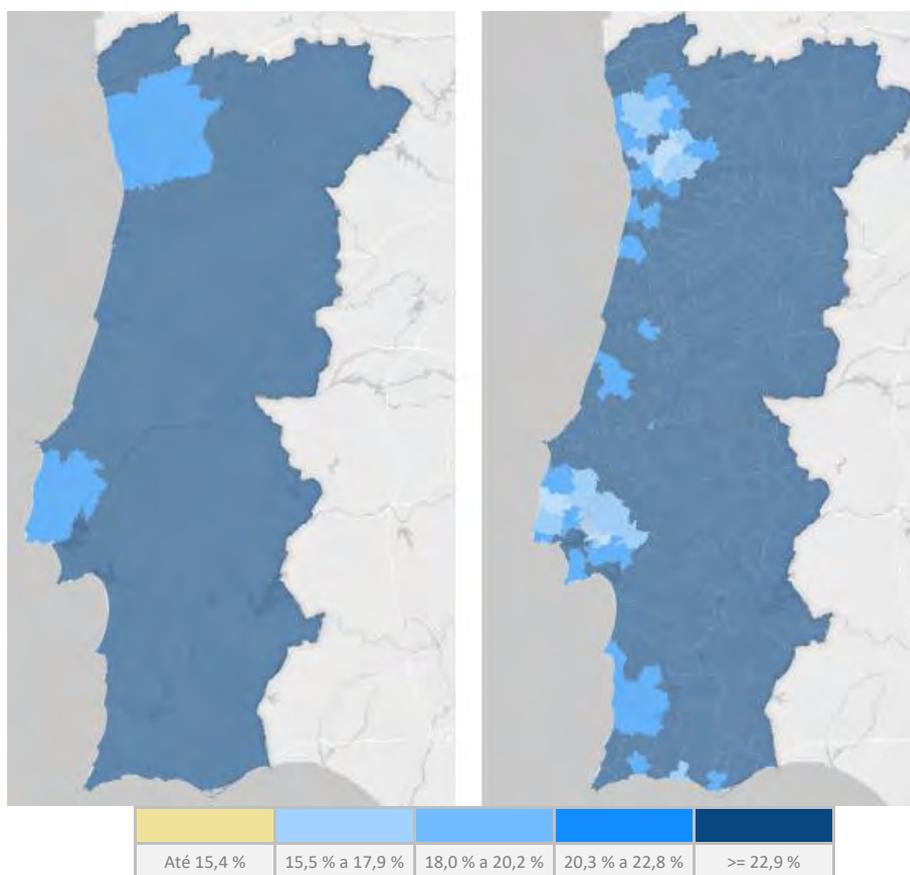


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

³⁴ O Protocolo de Cooperação estabelecido bienalmente entre os ME, MTSSS e do MS e as entidades que compõem o setor social e solidário, representados pela UMP, a CNIS, a UM e a CONFECOOP - Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL, atento ao Decreto-Lei n.º 143/2017, de 29 de novembro, que define o valor de comparticipação financeira pago por utente/mês em cada uma das respostas abrangidas pelo Protocolo.

3.3.3. Distribuição territorial

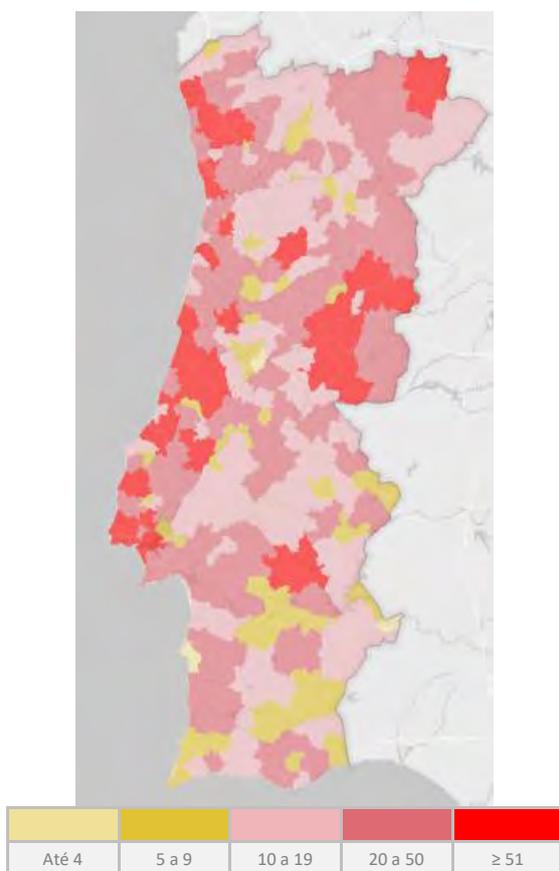
Figura 73 – Relação entre a População Idosa (≥ 65 anos) e a População Total, por distrito e por concelho – 2021



Fonte: INE, Estimativas Ad Hoc de População Residente 2021.

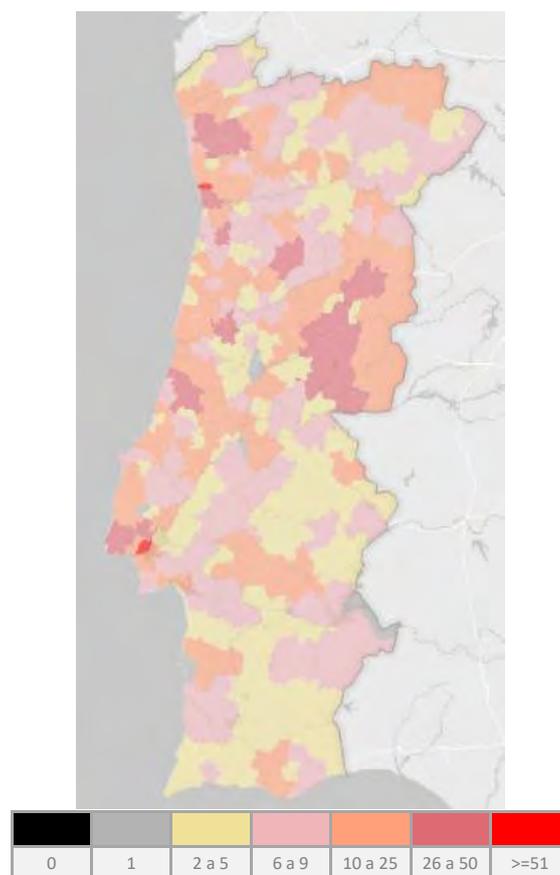
Ao longo dos anos, tem-se verificado o aumento do peso relativo da população residente com 65 ou mais anos na população total, representando, em 2021, 23,9 % da população total do Continente (um acréscimo de 1,2 p.p. face a 2020). Em 2021, dos dezoito distritos do território continental, apenas cinco, localizados na faixa litoral, registaram um peso relativo de população com 65 ou mais anos inferior à média do Continente, designadamente Lisboa, Setúbal, Aveiro, Porto e Braga.

Figura 74 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 75 – Distribuição territorial da resposta social SAD, por concelho – 2021

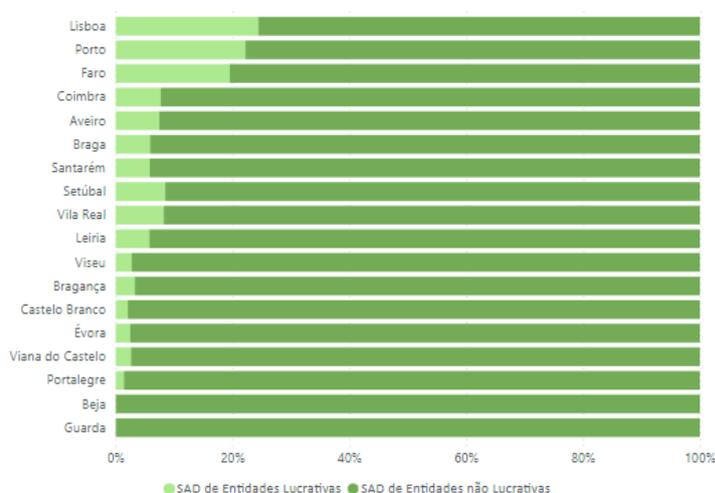


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Em 2021, todos os concelhos do território continental dispunham de respostas sociais dirigidas a esta população-alvo, com maior concentração de oferta nas regiões Norte e Centro. Dos 278 concelhos do Continente, 254 dispunha de dez ou mais respostas sociais para os mais idosos.

A prestação de serviços no domicílio era desenvolvida, em 2021, maioritariamente por parte de entidades não lucrativas, designadamente da rede solidária. Contudo, as entidades da rede privada-lucrativa apresentavam uma proporção considerável (acima de 20 %) na oferta destas respostas nos distritos de Lisboa e Porto.

Figura 76 – Distribuição percentual da resposta social SAD, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito – 2021



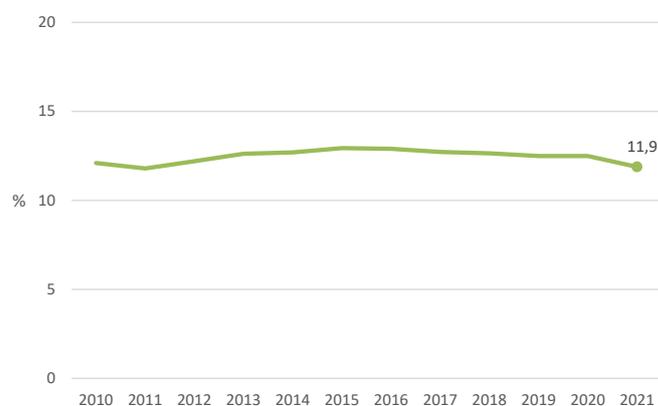
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.3.4. Taxa de cobertura

A taxa de cobertura de respostas para as Pessoas Idosas tem evoluído de forma positiva nos últimos dez anos. Todavia, o aumento acelerado da população com 65 ou mais anos tem sido um dos fatores de abrandamento no crescimento da taxa de cobertura³⁵ destas respostas.

Em 2021, a taxa de cobertura média das principais respostas³⁶ que visam o apoio a Pessoas Idosas, no Continente, cifrou-se em 11,9 %, traduzindo uma diminuição de 0,2 p.p. no período 2010-2021, refletindo o crescimento da população-alvo.

Figura 77 – Evolução da taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2010-2021



Fonte: INE, Estimativas Ad Hoc de População Residente 2021
GEP-MTSSS, Carta Social

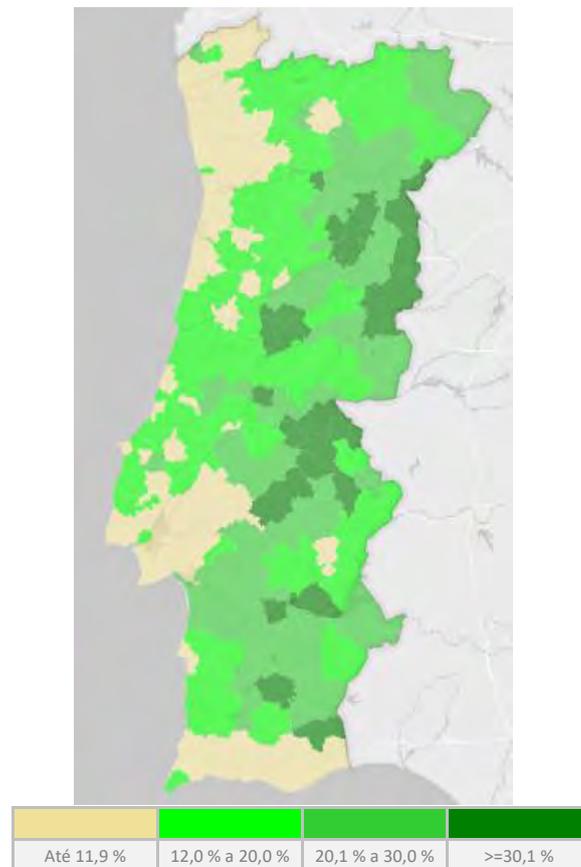
³⁵ Para o cálculo da taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas são considerados o número total de lugares existentes e a população de referência das respostas em análise: (capacidade total das respostas ERPI + Centro de Dia + SAD/ população \geq 65 anos) \times 100.

³⁶ ERPI, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário para Idosos (SAD).

Em termos territoriais, 67,6 % dos concelhos do território continental (188 em 278) apresentava uma taxa de cobertura das principais respostas sociais para as pessoas idosas acima da média (11,9 %) em 2021.

As áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, bem como a região Algarvia, apresentavam, em 2021, na maioria dos seus concelhos (44 em 51), taxas de cobertura abaixo da média.

Figura 78 – Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2021



Fonte: INE, Estimativas Ad Hoc de População Residente 2021
GEP-MTSSS, Carta Social

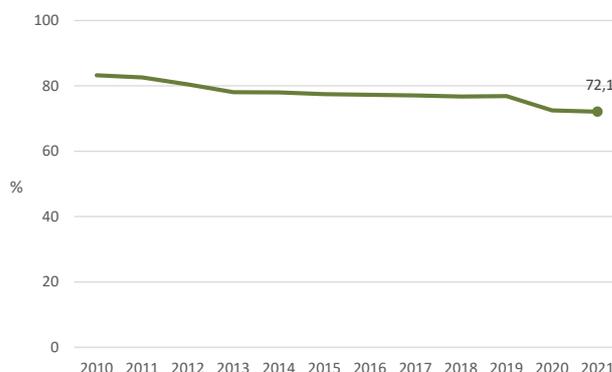
3.3.5. Taxa de utilização

A taxa de utilização³⁷ média das principais respostas sociais³⁸ dirigidas à população idosa mantém a tendência decrescente que se tem registado nos últimos anos. Em 2021, registou uma redução de 13,4 % por relação a 2010, e de 0,6 % por comparação a 2020, fixando-se em 72,1 % em 2021.

A descida da taxa de utilização média das principais respostas para esta população-alvo poderá, ainda, refletir os efeitos da pandemia por COVID-19 no ano em análise. O ano de 2021 apresenta um acréscimo do número de infetados por COVID-19 nas três principais respostas de apoio a idosos, por relação a 2020, com 2,8 % dos utentes de Centro de Dia, 17,3 % de ERPI e 9,5 % dos utentes de SAD, diagnosticados com COVID-19³⁹.

Em 2021, das três principais respostas dirigidas à população idosa, o ERPI apresentava a taxa de utilização média mais elevada, com 90,4 % dos lugares existentes nesta resposta, a nível do território do continente, ocupados.

Figura 79 – Evolução da taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2010-2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

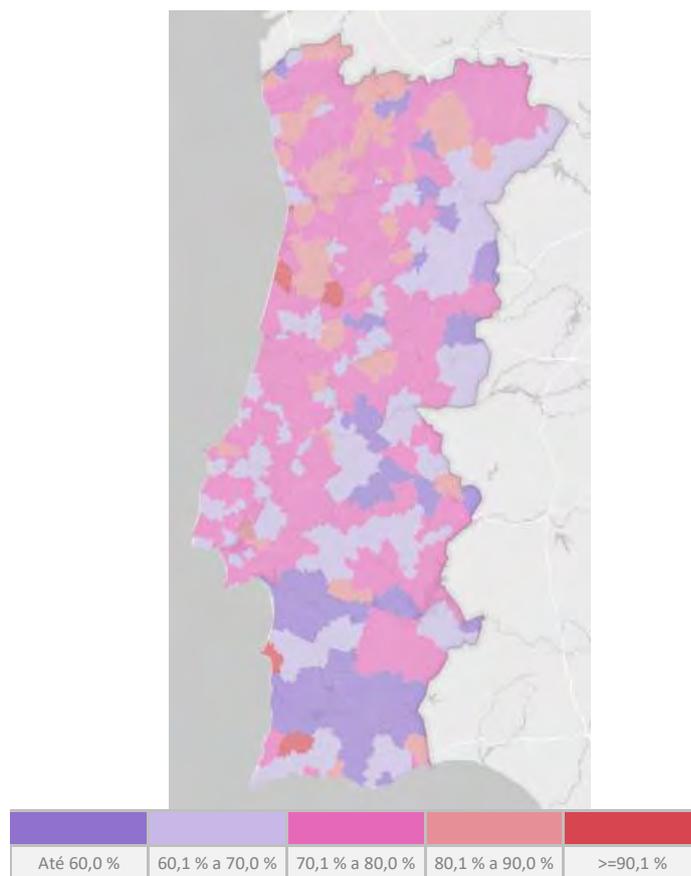
³⁷ Para o cálculo da taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas são considerados o número total de utentes e o número total de lugares existentes das respostas em análise: (número total de utentes das respostas ERPI + Centro de Dia + SAD / capacidade total das respostas ERPI + Centro de Dia + SAD) × 100.

³⁸ ERPI, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário para Idosos (SAD).

³⁹ Dados recolhidos no âmbito da atualização anual da informação da CS realizada pelas entidades que desenvolvem respostas sociais enquadradas na RSES.

A nível territorial, embora não seja possível identificar um padrão de distribuição, são observáveis taxas de utilização mais elevadas nos concelhos localizados junto à faixa litoral norte e centro. A nível do território continental, dos 278 de concelhos existentes, 50 apresentavam taxas de utilização das principais respostas para a população idosa acima de 80 %, em 2021.

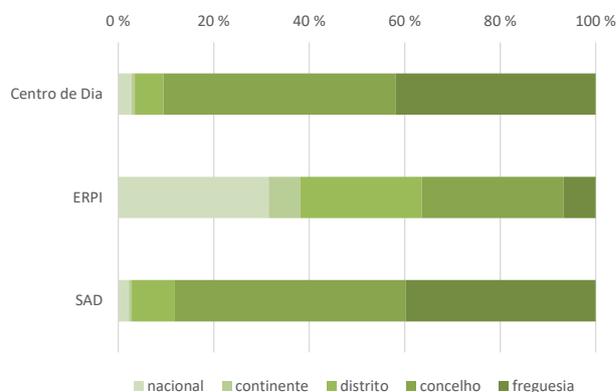
Figura 80 – Taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

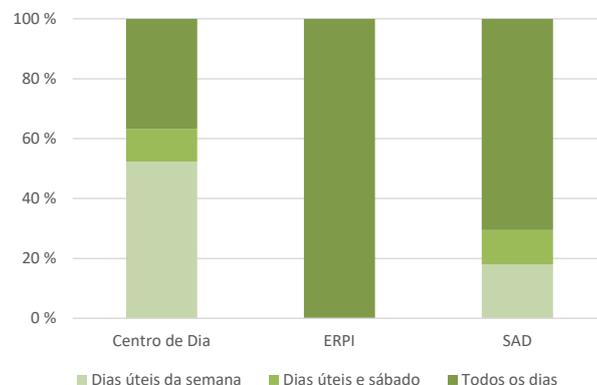
3.3.6. Funcionamento

Figura 81 – Distribuição percentual das principais respostas para as Pessoas Idosas por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 82 – Distribuição percentual das principais respostas para as Pessoas Idosas por período de funcionamento, Continente – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

As respostas de Centro de Dia e de SAD, enquanto respostas de proximidade vocacionadas para o apoio aos idosos e à família durante o período diurno, acolhiam, em 2021, maioritariamente utentes provenientes da própria freguesia ou concelho de implantação do equipamento. No caso da ERPI, sendo uma resposta residencial com um período de funcionamento 24 horas por dia, apresentava em 2021, para o território continental, um raio de abrangência mais alargado, com 63,6 % dos utentes oriundos de outros concelhos ou distritos.

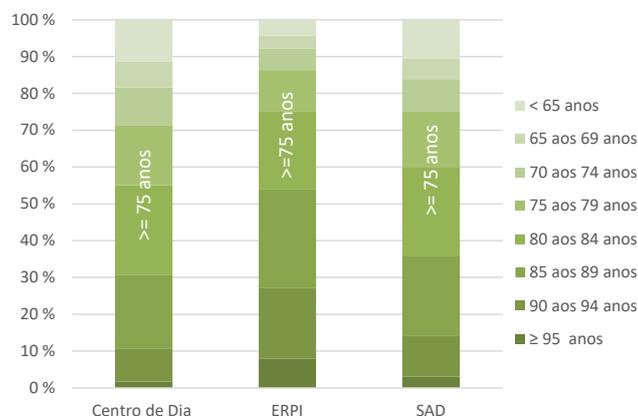
Quanto ao período de funcionamento, enquanto cerca de metade (52,3 %) das respostas de Centro de Dia funcionava apenas nos dias úteis, 70,5 % dos SAD prestava serviço todos os dias da semana. A resposta ERPI, atendendo ao objetivo a que se destina, funcionava durante todos os dias da semana.

3.3.7. Caracterização dos utentes

A distribuição etária dos utentes das respostas dirigidas à população idosa, no ano de 2021, revelava uma predominância dos utentes com 75 ou mais anos em todas as respostas (71,4 % em Centro de Dia, 75 %, em SAD e 86,3 % em ERPI), evidenciando uma utilização destes serviços em fases cada vez mais tardias. No entanto, enquanto que em Centro de Dia e SAD cerca de 40 % dos utentes tinha entre 75 e 84 anos, sendo o escalão etário com maior número de utentes o que se situava entre os 80 e 84 anos, em ERPI 46 % dos utentes tinham entre 85 e 94 anos, sendo o escalão etário com maior peso o dos 85 aos 89 anos.

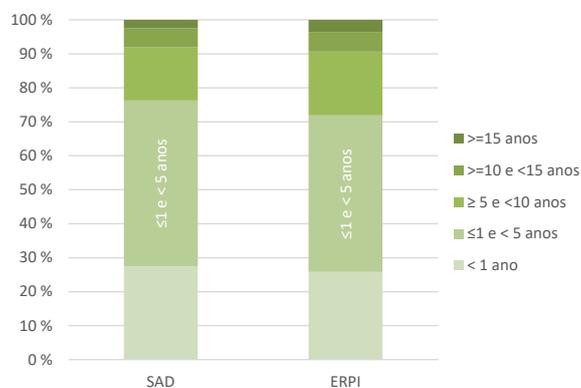
O tempo de permanência nas respostas de SAD e de ERPI de mais de 70 % dos utentes (76 % e 71 %, respetivamente) era no máximo de 5 anos, em 2021. De referir, porém, que cerca de 9 % dos utentes de ERPI já estava na resposta há 10 ou mais anos.

Figura 83 – Distribuição percentual dos utentes das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas por escalão etário, Continente – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

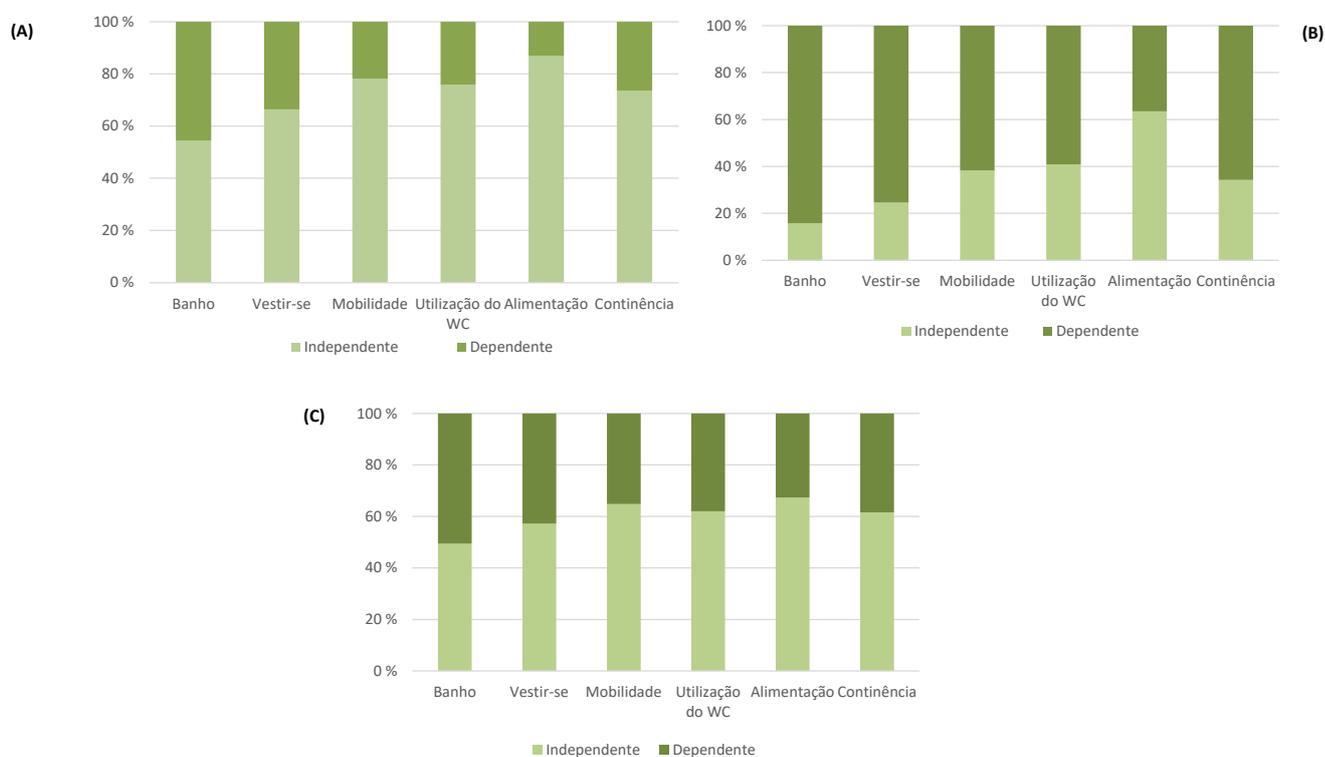
Figura 84 – Distribuição percentual dos utentes das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas por tempo de permanência na resposta, Continente – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

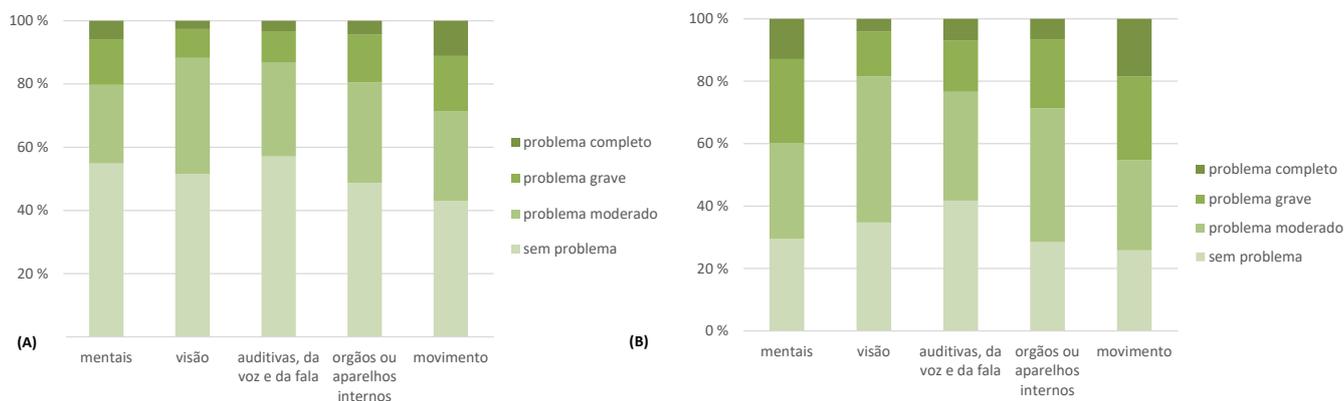
Quanto ao nível de incapacidade, eram visíveis as diferenças que distinguiam os utentes de Centro de Dia, ERPI e SAD. A análise da capacidade para a realização de atividades básicas de vida diária⁴⁰ sugeria níveis de dependência elevados na resposta ERPI em todas as atividades avaliadas, por oposição às restantes respostas, nas quais a maioria dos utentes era autónomo na generalidade das atividades avaliadas. De salientar que a atividade de banho era a que revelava uma maior necessidade de apoio, com cerca de 46 % dos utentes de Centro de Dia, 51 % dos utentes de SAD e 84 % dos utentes de ERPI dependentes de terceiros para a realização desta atividade.

Figura 85 – Distribuição percentual dos utentes em Centro de Dia (A), ERPI (B) e SAD (C) por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

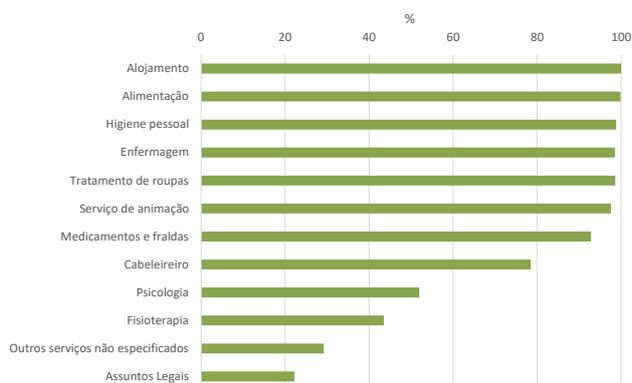
⁴⁰ A questão sobre as ABVD - Banho, Vestir-se, Utilização do WC, Mobilidade, Alimentação e Continência - procura aferir em que medida a incapacidade apresentada pelos utentes limita o desempenho de atividades (relacionadas com o autocuidado) de forma autónoma. A resposta à questão baseia-se na avaliação subjetiva realizada pelos técnicos.

Figura 86 – Distribuição percentual dos utentes em SAD (A) e em ERPI (B) por existência de problemas nas funções do corpo, Continente – 2021


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

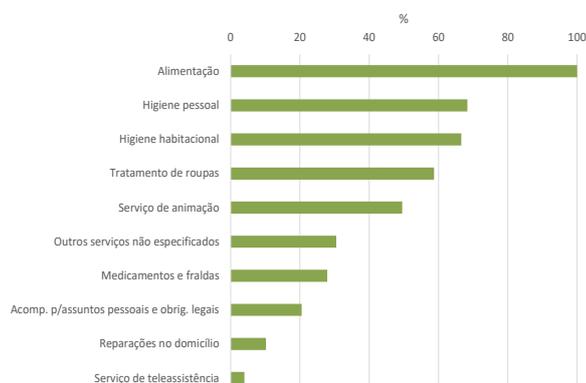
Em 2021, 57 % dos utentes de SAD apresentavam algum tipo de problema ao nível do movimento e 51,3 % no funcionamento dos órgãos ou aparelhos internos, podendo este comprometimento ser moderado ou total. A maioria dos utentes não apresentava qualquer problema a nível mental, visual, auditivo ou da voz. No caso dos utentes de ERPI, a realidade era diferente com a maioria dos utentes a apresentar problemas nas funções do corpo. Em 2021, no território continental, 74,2 % dos utentes desta resposta apresentava comprometimento no movimento e 71,5 % problemas nos órgãos e aparelhos internos. Os problemas mentais atingiam 70,5 % dos utentes de ERPI, variando entre moderados e completos, apresentando-se como o terceiro tipo de problema mais frequente entre os utentes.

Figura 87 – Distribuição percentual dos utentes em ERPI por serviços prestados, Continente – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 88 – Distribuição percentual dos utentes em SAD por serviços prestados, Continente – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A oferta de serviços de apoio dirigidos a Pessoas Idosas tem crescido nos últimos anos, designadamente no âmbito das respostas ERPI e SAD. Nas respostas ERPI têm ganho expressão os serviços de fisioterapia, psicologia e de cabeleireiro, enquanto nos SAD, para além dos serviços de base, também já são disponibilizados em algumas respostas serviços de animação, acompanhamento dos utentes para resolução de assuntos pessoais e obrigações legais, reparações no domicílio e teleassistência.

3.4 Família e Comunidade

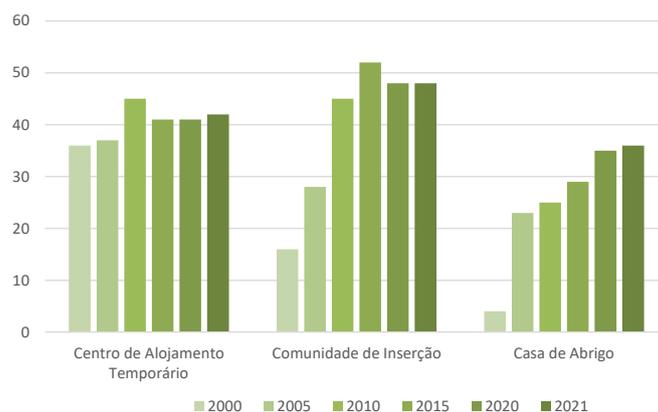
As **respostas sociais dirigidas à Família e Comunidade** têm como objetivo o apoio a pessoas e famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade, exclusão ou de marginalização social, quer através do apoio e acompanhamento social, quer através da minimização de situações de carência, podendo compreender um conjunto de ações integradas com vista à inserção social. O **Centro de Alojamento Temporário (CAT)**, a **Comunidade de Inserção** e a **Casa de Abrigo** constituem algumas das respostas dirigidas a este grupo-alvo, de que ainda fazem parte o **Refeitório/Cantina Social**⁴¹ e o **Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)**⁴², entre outras. É de referir, ainda, que a resposta de **Ajuda Alimentar** desenvolvida no âmbito do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) foi integrada na Carta Social em 2020.

3.4.1. Número de respostas sociais

A evolução das respostas de apoio à Família e Comunidade, para o território continental, revelaram, entre 2000 e 2021, um crescimento, que, no conjunto das três principais respostas em análise⁴³, se cifrou em 125 %, o que reflete o apoio desenvolvido essencialmente por entidades não lucrativas com participação pública.

A Comunidade de Inserção e a Casa de Abrigo, constituem as respostas que maior desenvolvimento apresentaram. Para o período 2000-2021 registaram um aumento superior a 32 novas respostas.

Figura 89 – Evolução de algumas das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2000-2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

⁴¹ Atendendo ao facto da informação obtida não ser precisa quanto à natureza da resposta, ou seja, se se trata de respostas instituídas, nos últimos anos, no âmbito da RSES e/ou de cantinas no quadro do Programa de Emergência Social (PES), optou-se por não se apresentar a informação relativa à resposta Refeitório/Cantina Social.

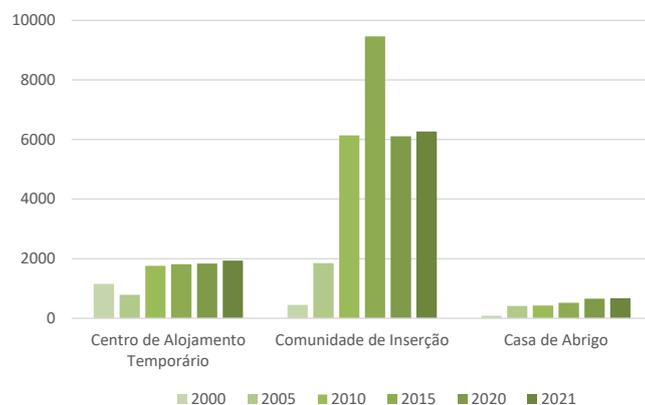
⁴² No âmbito do processo de transferência de competências para as Autarquias locais, em curso, esta resposta social deixará de ser tutelada pela Segurança Social.

⁴³ CAT, Comunidade de Inserção e Casa de Abrigo.

3.4.2. Capacidade

A capacidade das respostas dirigidas a este grupo-alvo tem acompanhado o aumento do número de respostas. À semelhança dos anos anteriores, a Comunidade de Inserção, embora com algumas oscilações no período em análise, consistia na resposta que dispunha de maior capacidade e também aquela cuja capacidade mais cresceu, seguida da Casa de Abrigo.

Figura 90 – Evolução da capacidade de algumas das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2000-2021

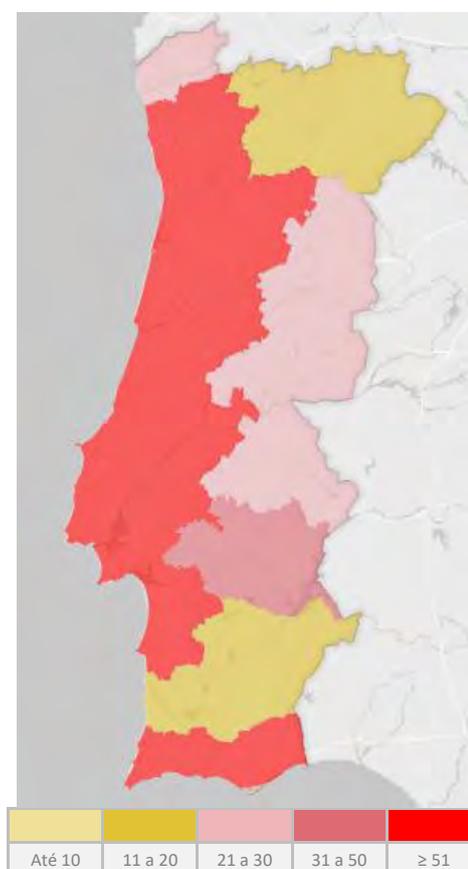


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.4.3. Distribuição territorial

A distribuição territorial das respostas sociais dirigidas ao apoio à Família e Comunidade evidenciava uma concentração acentuada de respostas nos distritos dispostos ao longo da faixa litoral. Os distritos de Lisboa, Porto, Aveiro e Setúbal reuniam, em conjunto, em 2021, 49 % da oferta no Continente.

Figura 91 – Distribuição territorial das respostas sociais para a Família e Comunidade, distrito – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.4.4. Taxa de utilização

A taxa de utilização média das principais respostas sociais dirigidas à Família e Comunidade em análise⁴⁴, registou no período 2010-2021 algumas oscilações. Contudo, destaca-se uma estabilização da utilização em torno dos 80 %, desde 2016. Em 2021, a taxa de utilização média situou-se em 83,5 %.

Das três principais respostas, o Centro de Alojamento Temporário foi a que apresentou uma maior taxa de utilização, atingindo os 85 %, em 2021.

Figura 92 – Evolução da taxa de utilização de algumas das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2010-2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

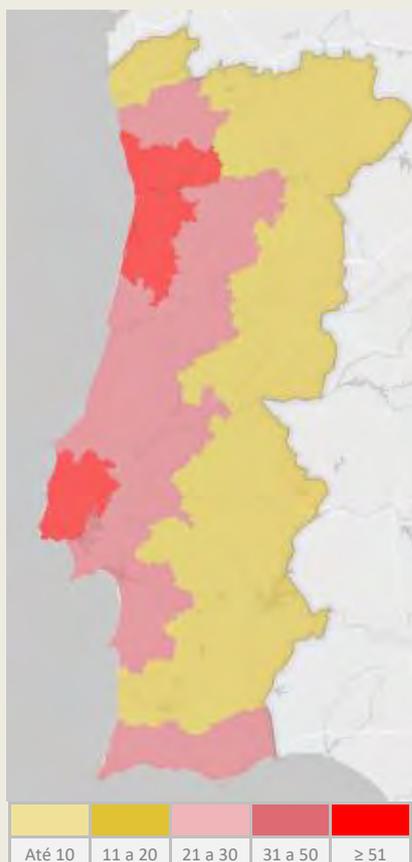
⁴⁴ CAT, Comunidade de Inserção e Casa de Abrigo.

3.4.5. A resposta/atividade de distribuição de Ajuda Alimentar

O **Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC)**, aprovado pela Comissão Europeia (CE), através da Decisão de Execução C (2014) 9621, de 17 de dezembro de 2014, coordenado sob a responsabilidade conjunta dos Ministros do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e do Planeamento, mobiliza em Portugal o Fundo Europeu de Apoios às Pessoas Mais Carenciadas (FEAC), tem como objetivos específicos contribuir para atenuar as formas mais graves de pobreza mediante a prestação de assistência às pessoas mais carenciadas, nomeadamente através da concessão de alimentos e ou bens de primeira necessidade e a realização de atividades de inclusão social vocacionadas para a integração social de pessoas nessas condições. Em resultado da celebração de um memorando de cooperação entre o GEP e a Autoridade de Gestão do POAPMC, a Carta Social, no âmbito do processo de atualização da informação de 2020, integrou, pela primeira vez, os elementos relativos à atividade de distribuição de Ajuda Alimentar desenvolvida no âmbito do POAPMC no território continental. Por este motivo, a análise desta resposta é feita em separado tendo por base os elementos disponíveis, situação que deverá ser tida em conta na análise da informação.

No âmbito da distribuição de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade às pessoas mais carenciadas, o POAPMC apoia-se num conjunto de entidades parceiras, distinguindo-se as que assumem funções de polo de receção (entidades coordenadoras) que recebem e armazenam os géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade e coordenam a operação, e as que distribuem diretamente os bens aos destinatários finais (entidades mediadoras). Em 2021, encontravam-se registadas na Carta Social 624 respostas/ **atividades de distribuição de Ajuda Alimentar**, 95 % das quais desenvolvidas no âmbito do POAPMC por entidades mediadoras ou que assumiam simultaneamente funções de coordenação e mediação. A atividade de Ajuda Alimentar encontrava-se disseminada pelo Continente, todavia era notória uma maior presença deste apoio nos distritos mais populosos do litoral. Os distritos de Lisboa, Porto e Aveiro reuniam em conjunto, em 2021, 34 % deste apoio.

Distribuição territorial da resposta/atividade de distribuição de Ajuda Alimentar, por distrito – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.4.6. A resposta social **Acolhimento Familiar**

Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens

A resposta **Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens**⁴⁵ destina-se a crianças e jovens até aos 18 anos em situação de perigo a quem as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) ou o Tribunal tenha aplicado uma medida de promoção e proteção. Esta resposta consiste numa medida de carácter temporário, concretizada através da atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, visando a integração em meio familiar, bem como a prestação de cuidados adequados às necessidades, bem-estar e educação necessária ao desenvolvimento integral das crianças e dos jovens. O objetivo desta resposta, prosseguida através das famílias de acolhimento, é assegurar à criança ou ao jovem um meio sociofamiliar adequado ao desenvolvimento da sua personalidade, em substituição da família natural, enquanto esta não disponha de condições. Para além disso, constituem, também, objetivos da resposta afastar o perigo em que a criança ou jovem se encontra, proporcionar as condições que permitam proteger e promover a segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral da criança ou jovem e garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso.

Acolhimento Familiar de Idosos e Adultos com Deficiência

O **Acolhimento Familiar de Idosos e Adultos com Deficiência ou Incapacidade**⁴⁶, resposta desenvolvida por famílias consideradas idóneas, consiste no acolhimento familiar de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos ou de pessoas adultas com deficiência ou incapacidade (com idade igual ou superior a 18 anos), de forma temporária ou permanente e a tempo completo ou a tempo parcial. O objetivo desta resposta é assegurar à pessoa um meio sociofamiliar e afetivo adequado à satisfação das suas necessidades básicas e ao respeito pela sua identidade, personalidade e privacidade.

Pese embora disponha de enquadramento e objetivos distintos conforme o grupo-alvo a que se destina, a resposta de Acolhimento Familiar⁴⁷, no âmbito deste relatório, continua a ser analisada de forma agregada.

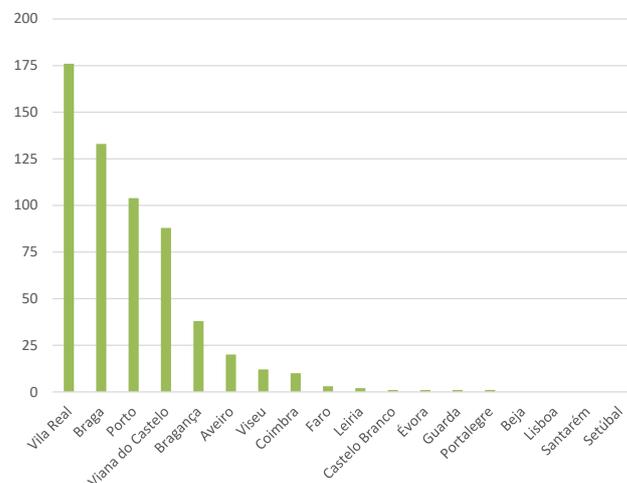
⁴⁵ O Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro, veio regular o regime de aplicação do acolhimento familiar de crianças e jovens, previsto na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro - que aprovou a proteção de crianças e jovens em perigo.

⁴⁶ O regime de acolhimento familiar de idosos e adultos com deficiência é regulado pelo Decreto-Lei n.º 391/91, de 10 de outubro.

⁴⁷ A informação relativa à resposta de Acolhimento Familiar é recolhida e atualizada por via administrativa, não sendo alvo de atualização pelas entidades.

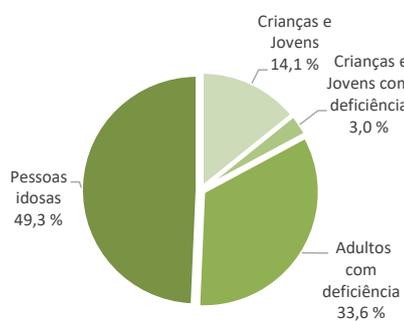
No ano de 2021, contabilizaram-se 590 famílias de acolhimento no território continental, valor que reflete um decréscimo de 9 p.p. por relação a 2020, mantendo-se a trajetória descendente que se verifica desde 2019. É de destacar que, em 2021, 97 % das famílias de acolhimento estavam concentradas em sete distritos da região Norte (Vila Real, Braga, Porto, Viana do Castelo, Bragança, Aveiro e Viseu), o que revela a fraca disseminação desta resposta no restante território do Continente. Os distritos de Santarém, Lisboa, Setúbal e Beja não dispunham de qualquer família de acolhimento.

Figura 93 – Distribuição da reposta social Família de Acolhimento por distrito – 2021



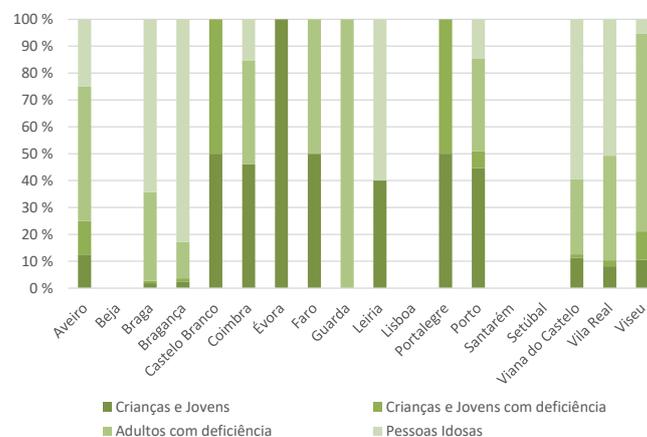
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 94 – Distribuição percentual das pessoas acolhidas por grupo-alvo, Continente – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 95 – Distribuição percentual das pessoas acolhidas por grupo-alvo, por distrito – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Do universo de pessoas acolhidas em famílias de acolhimento, as Pessoas Idosas representavam 49 % do total, em 2021. As famílias de acolhimento de pessoas mais idosas concentravam-se em nove distritos, maioritariamente da região Norte.

As Crianças e Jovens, embora constituíssem o terceiro grupo-alvo em termos de peso relativo (14 %), estavam representadas num maior número de distritos do território continental (13 distritos).

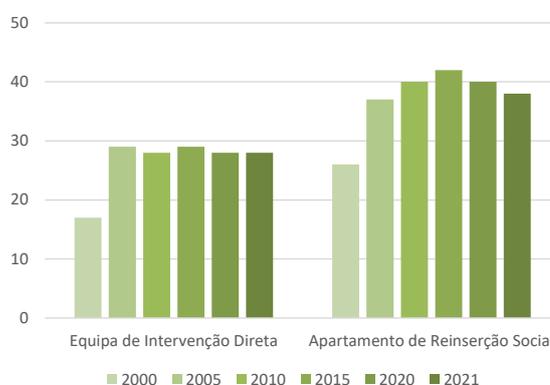
3.5 Pessoas com Comportamentos Aditivos

As respostas sociais dirigidas a **Pessoas com Comportamentos Aditivos** visam o apoio a pessoas com comportamentos aditivos e às respetivas famílias, quer através de **unidades de intervenção**, quer em equipamento, por via do **acolhimento temporário destas pessoas** que após a sua saída de unidades de tratamento, de estabelecimentos prisionais, de centros tutelares ou de outros estabelecimentos da área da justiça, se confrontem com problemas de reinserção social, familiar, escolar ou profissional.

3.5.1. Número de respostas sociais

As respostas sociais destinadas a pessoas com comportamentos aditivos evidenciaram, entre 2000 e 2021, no território continental, um crescimento de cerca de 54 %, que se traduziu em mais vinte e três novas respostas.

Figura 96 – Evolução das respostas sociais para as Pessoas com Comportamentos Aditivos, Continente –2000-2021



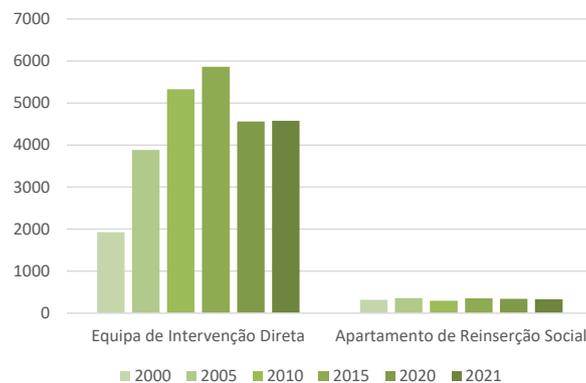
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.5.2. Capacidade

No que diz respeito à capacidade, no período em análise (2000-2021), embora a partir de 2015 se tenha verificado uma descida da oferta, visível sobretudo ao nível das equipas de intervenção, o crescimento no total da capacidade de apoio nas respostas dirigidas a este grupo-alvo foi de 119 %.

De referir, ainda, que as Equipas de Intervenção Direta representavam, em 2021, 93 % da capacidade de resposta para Pessoas com Comportamentos Aditivos.

Figura 97 – Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas com Comportamentos Aditivos, Continente – 2000-2021



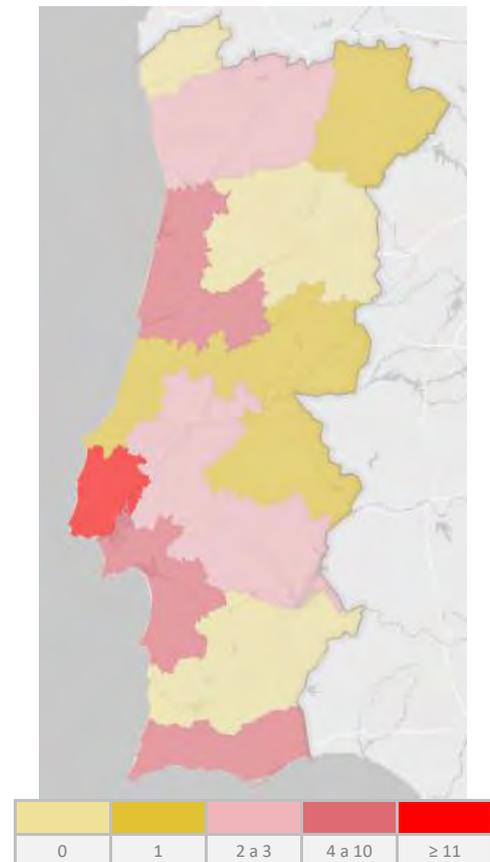
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.5.3. Distribuição territorial

A distribuição territorial das respostas sociais dirigidas a este grupo-alvo evidenciavam, em 2021, grandes assimetrias no território continental. Os distritos situados ao longo da faixa litoral continuavam a registar um número mais elevado de respostas dirigidas às Pessoas com Comportamentos Aditivos.

Lisboa era, em 2021, o distrito com maior número de respostas, concentrando 40,9 % do número total das respostas existentes dirigidas às Pessoas com Comportamentos Aditivos. Os distritos de Beja, Guarda e Viana do Castelo não dispunham, em 2021, qualquer resposta dirigida a este público alvo.

Figura 98 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com Comportamentos Aditivos, distrito – 2021

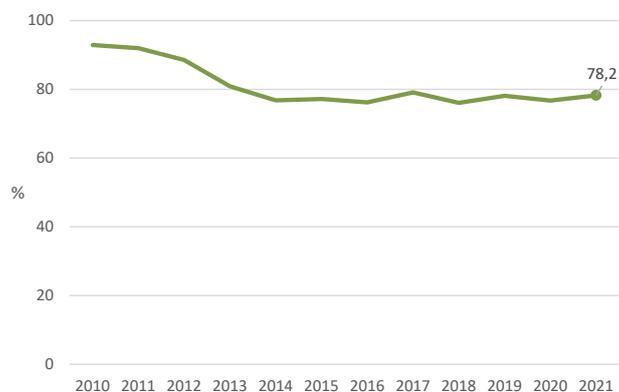


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.5.4. Taxa de utilização

A taxa de utilização da resposta Apartamento de Reinserção Social situou-se, em 2021, em 78,2 %, apresentando uma subida de 1,4 p.p. face a 2020, mantendo-se abaixo de 80 % desde 2014.

Figura 99– Evolução da taxa de utilização da resposta Apartamento de Reinserção Social, Continente – 2010-2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

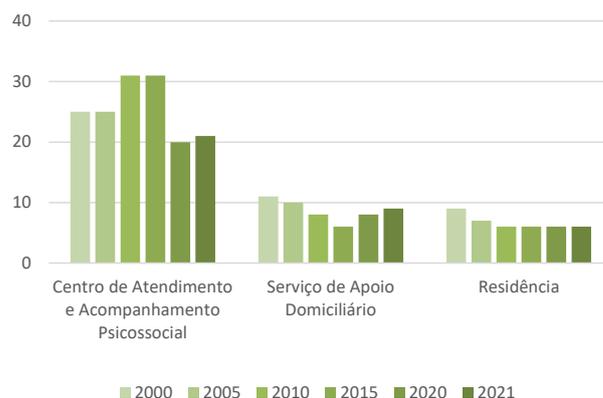
3.6 Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias

As respostas sociais que visam o **apoio a pessoas com VIH/SIDA e às suas famílias** têm por objetivo a promoção da autonomia, integração social e a saúde, dividem-se em três tipos: **Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial**, **Serviço de Apoio Domiciliário** e **Residência para Pessoas com VIH/SIDA**.

3.6.1. Número de respostas sociais

O número de respostas sociais do âmbito da RSES dirigidas a pessoas com VIH/SIDA apresenta uma tendência de decréscimo (- 20 %), entre 2000 e 2021. As tipologias de Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial e de SAD, registaram, no ano de 2021 uma quase estagnação face a 2020.

Figura 100 – Evolução das respostas sociais para as Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2000-2021

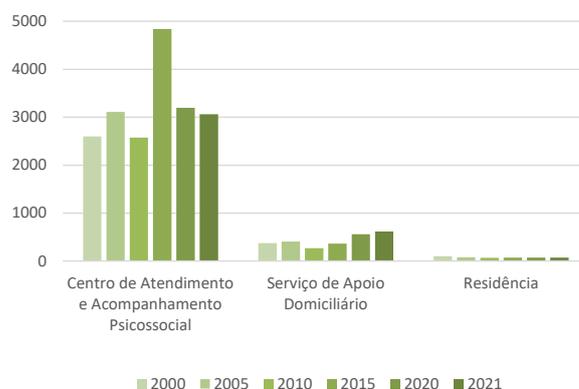


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.6.2. Capacidade

Quanto à capacidade instalada do conjunto das respostas dirigidas a este grupo-alvo é de salientar um crescimento de 22 %, no período 2000-2021, não obstante as oscilações registadas nos Centros de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial ao longo do período.

Figura 101 – Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2000-2021



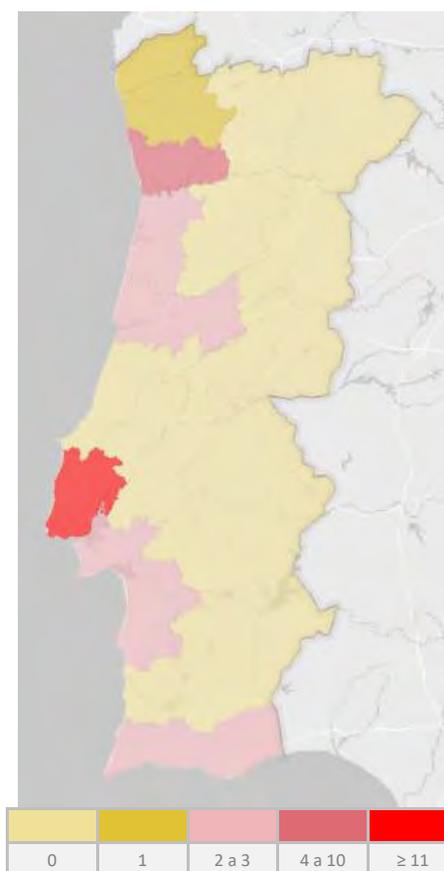
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.6.3. Distribuição territorial

A distribuição territorial das respostas sociais que visam o apoio a Pessoas com VIH/ SIDA revela a presença destas tipologias, apenas, em oito distritos do litoral do território continental.

Em 2021, na continuidade de anos anteriores, o distrito de Lisboa reunia a maioria das respostas para esta população alvo (55,5 %), seguido pelo distrito do Porto, com 11,1 %.

Figura 102 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias, distrito – 2021

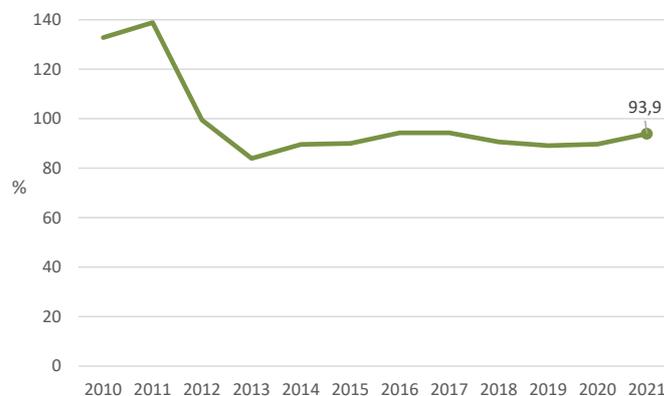


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.6.4. Taxa de utilização

A taxa de utilização das respostas dirigidas a este grupo-alvo, ainda que tenha registado valores acima da lotação máxima até 2011, apresentou, nos últimos anos, uma redução da utilização média, com o ano de 2020 a mostrar uma inversão. A tendência ascendente da taxa de utilização mantém-se no ano de 2021, quando a taxa de utilização média do conjunto das respostas sociais dirigidas a esta população se situou em 93,9 %, o que corresponde a um aumento de 4,2 p.p. face ao valor registado em 2020.

Figura 103 – Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2010-2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.7 Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

As respostas do âmbito da RSES dirigidas a **Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico** abrangem o conjunto de respostas integradas de cuidados de saúde e de apoio social dirigidas a pessoas com doença mental grave de que resulte incapacidade psicossocial, e que se encontrem em situação de dependência física, psíquica ou social, transitória ou permanente. Estas respostas têm como objetivo promover a reabilitação, a autonomia e a integração sociofamiliar e profissional, dividindo-se em quatro tipos de respostas em função da gravidade da doença e do grau de autonomia da pessoa: **Fórum Socio-ocupacional, Unidade de Vida Autónoma, Unidade de Vida Apoiada e Unidade de Vida Protegida.**

3.7.1. Respostas sociais

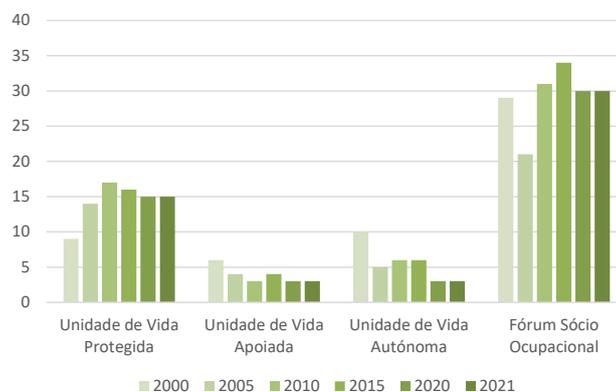
O conjunto das respostas sociais que visa o apoio a Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, do âmbito da RSES, registou, no período de análise, alguma oscilação marcada por uma tendência de decréscimo. No ano de 2021, não se verificou qualquer alteração no número de respostas, face ao ano anterior, mantendo-se as 51 já existentes no computo total das quatro respostas em análise⁴⁸.

Saliente-se que, de acordo com o artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 8/2010⁴⁹, de 28 de janeiro, se iniciou a reconversão progressiva destas tipologias de resposta, criadas no âmbito do Despacho Conjunto n.º 407/1998, de 18 de junho, ou respostas idênticas já existentes, em unidades e equipas de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental (CCISM).

3.7.2. Capacidade

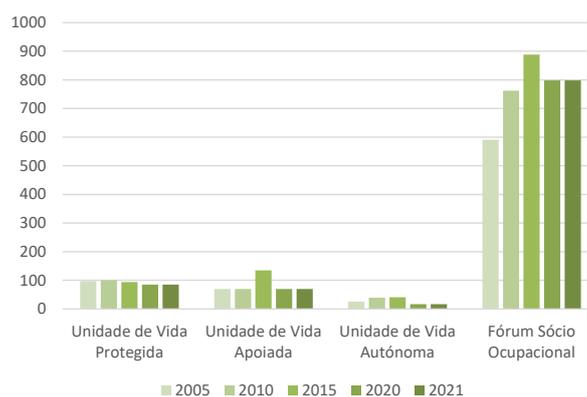
Ao nível da capacidade instalada destas tipologias de resposta, é de evidenciar, igualmente, algumas oscilações, no período 2000-2021, em consonância com o número de respostas. No ano de 2021, registou-se a manutenção da capacidade instalada (970 lugares) nas quatro respostas referidas, face a 2020, o que responde a um decréscimo de 14 % no período em análise (2000-2021).

Figura 104 – Evolução das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 105 – Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

⁴⁸ Fórum Socio-ocupacional, Unidade de Vida Autônoma, Unidade de Vida Apoiada e Unidade de Vida Protegida.

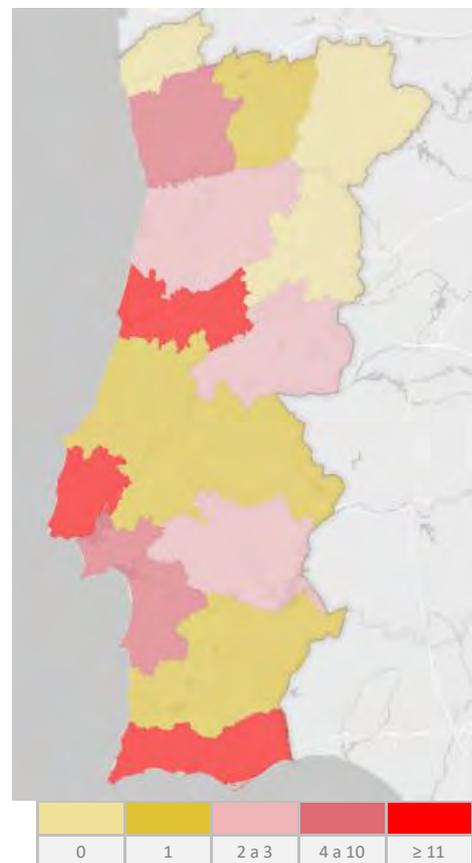
⁴⁹ O Decreto-Lei n.º 8/2010, de 28 de janeiro, cria um conjunto de unidades e equipas de cuidados continuados integrados de saúde mental (CCISM).

3.7.3. Distribuição territorial

A distribuição de respostas sociais para pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico apresentava, em 2021, grandes assimetrias no território continental, concentrando-se 58 % destas respostas em apenas três distritos (Lisboa, Coimbra e Faro).

Lisboa continuou a ser o distrito com maior número de respostas, alcançando cerca de 35 % do total.

Figura 106– Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, distrito – 2021

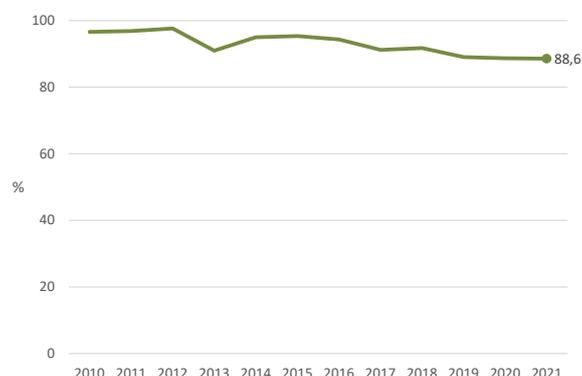


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.7.4. Taxa de utilização

A taxa de utilização média das respostas sociais direcionadas para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico tem evidenciado uma tendência decrescente, desde 2015, fixando-se, em 2021, em 88,6 %.

Figura 107– Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.8 Unidades e Equipas de Cuidados Continuados Integrados

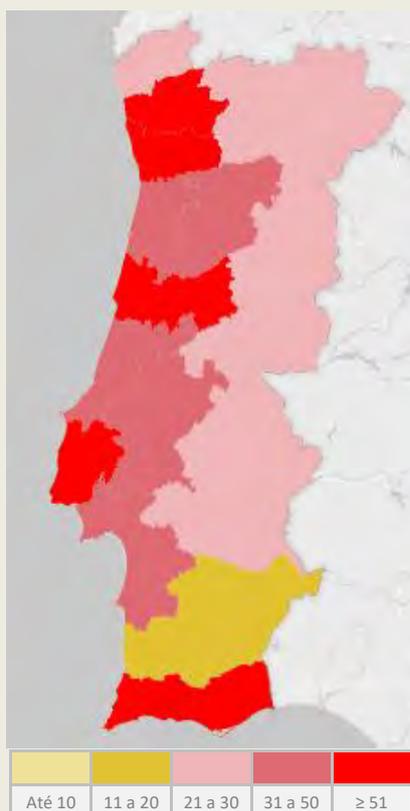
Em 2006, o Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de junho veio estabelecer a operacionalização da estratégia nacional conjunta entre os setores da saúde e da segurança social para a prestação de cuidados de saúde integrados, através de uma rede nacional e intersectorial, a **Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)**. Este novo paradigma veio assim agilizar e ajustar as respostas aos grupos de pessoas em situação de dependência e aos diferentes momentos e circunstâncias da própria evolução das patologias e situações sociais, sendo simultaneamente, promotoras de autonomia e participação dos destinatários, reforçando as capacidades e competências das famílias para lidar com essas situações, nomeadamente no que respeita ao acompanhamento familiar e à harmonização entre a vida familiar e vida profissional. A RNCCI é tutelada pelos Ministérios do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde, sendo formada por um conjunto de instituições públicas e privadas que prestam cuidados continuados de saúde e de apoio social.

A RNCCI é constituída por unidades de internamento, designadamente **Unidades de Cuidados Continuados de Convalescença (UC)**, **Unidades de Cuidados Continuados de Média Duração e Reabilitação (UMDR)**, **Unidades de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção (ULDM)** e **Equipas Domiciliárias de Cuidados Continuados Integrados (ECCI)** de saúde e de apoio social, entre outras unidades de cuidados com menor expressão e dirigidas a grupos específicos, de que são exemplo os **Cuidados Pediátricos** e a **Saúde Mental**.

A Carta Social, no âmbito do processo de atualização da informação, recolhe, desde 2019, informação relativa às unidades e equipas que compõem a RNCCI. Por este motivo, a análise destas unidades é feita em separado, tendo por base os elementos disponíveis, para o período 2019-2021. Em 2021, por referência a 31 de dezembro, encontravam-se registadas na Carta Social 731 unidades e equipas de cuidados continuados integrados no território continental (mais 5,8 % face a 2020), 88 % das quais desenvolvidas por entidades não lucrativas, i.e., da rede pública e da rede solidária.

Os distritos de Lisboa, Porto, Coimbra, Faro e Braga concentravam o maior número de unidades/ equipas. O número total de lugares fixou-se em 16 157, dos quais cerca de 31 % encontravam-se distribuídos pela região Norte.

Distribuição territorial das Unidades e Equipas de Cuidados Continuados Integrados, por distrito – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Distribuição percentual das unidades/equipas de cuidados continuados integrados, por natureza jurídica da entidade proprietária – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Distribuição territorial da percentagem de unidades/equipas de cuidados continuados integrados, por NUTS II e natureza jurídica da entidade proprietária – 2021

NUTS II	Total (%)	Unidades/ Equipas de entidades lucrativas (%)	Unidades/ Equipas de entidades não lucrativas (%)
Norte	32,6	28,1	33,2
Centro	30,9	33,7	30,5
Área Metropolitana de Lisboa	15,0	31,4	12,8
Alentejo	14,0	3,4	15,4
Algarve	7,5	3,4	8,1
Continente	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

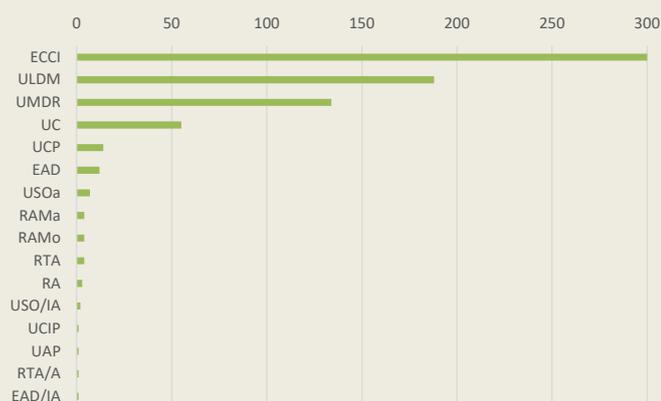
Distribuição territorial da percentagem de lugares em unidades/equipas de cuidados continuados integrados, por NUTS II e natureza jurídica da entidade proprietária – 2021

NUTS II	Total (%)	Unidades/ Equipas de entidades lucrativas (%)	Unidades/ Equipas de entidades não lucrativas (%)
Norte	30,5	27,9	31,0
Centro	27,2	34,3	25,9
Área Metropolitana de Lisboa	21,7	29,6	20,2
Alentejo	11,7	3,3	13,3
Algarve	8,9	4,9	9,6
Continente	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Quanto à tipologia de resposta, as ECCI na vertente domiciliária e as ULDM na vertente de internamento, eram as unidades com maior número de lugares, em 2021, seguidas das UMDR.

Distribuição do número de lugares em unidades/equipas de cuidados continuados integrados, por tipologia – 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

4. Despesas de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: o esforço público

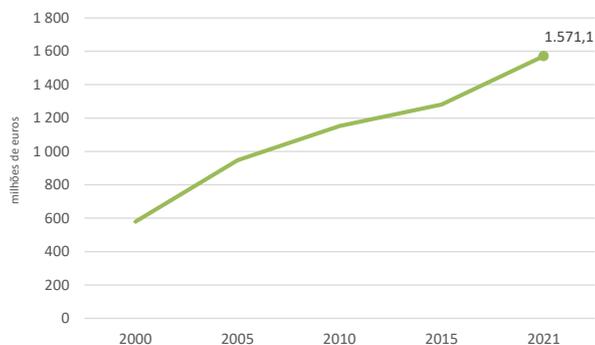
4.1. Despesa de funcionamento

O funcionamento das respostas sociais que compõem a RSES é suportado pelos acordos de cooperação⁵⁰, celebrados entre o Estado e as entidades que integram a rede solidária (IPSS e entidades equiparadas), a comparticipação do utente e/ou dos familiares e as receitas próprias das instituições.

Entre 2000 e 2021, a despesa pública com acordos de cooperação apresentou um crescimento de 171 %, traduzindo a atualização anual dos valores da comparticipação pública por utente e o aumento do número de utentes abrangidos pelos acordos de cooperação.

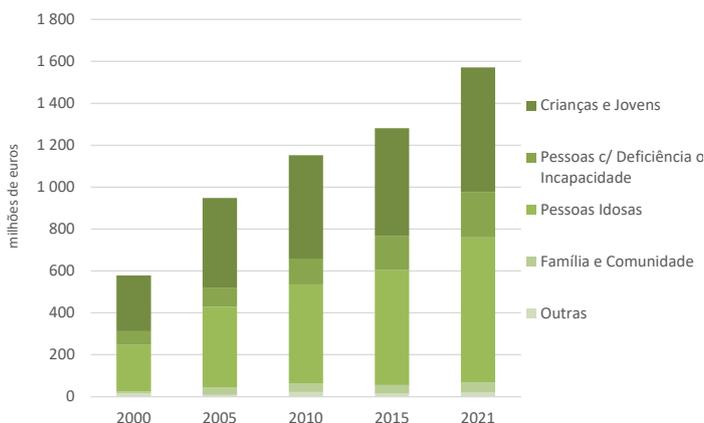
Em 2021, a despesa pública referente a acordos de cooperação para funcionamento das respostas sociais cifrou-se em 1571 milhões de euros, 44,1 % da qual dirigia-se a respostas de apoio a Pessoas Idosas e 37,8 % a Crianças e Jovens. É de salientar, a este nível, que a despesa com respostas para a população idosa, ultrapassa desde 2012 a despesa com

Figura 108– Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação, Continente – 2000-2021



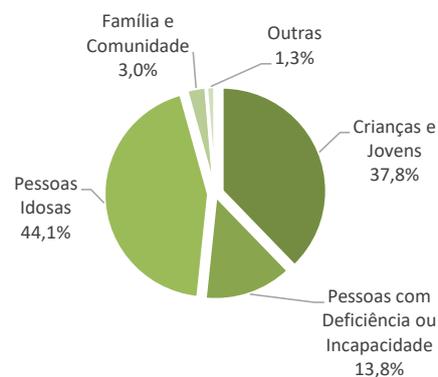
Fonte: IGFSS-MTSSS, Conta da Segurança Social

Figura 109– Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população-alvo, Continente – 2000-2021



Fonte: IGFSS-MTSSS, Conta da Segurança Social

Figura 110– Distribuição percentual da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população alvo, Continente – 2021



Fonte: IGFSS-MTSSS, Conta da Segurança Social

⁵⁰ O Protocolo de Cooperação estabelecido bienalmente entre os ME, MTSSS e o MS e as entidades que compõem o setor social e solidário, representados pela UMP, a CNIS, a UM e a CONFECOOP - Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL, atento ao Decreto-Lei n.º 143/2017, de 29 de novembro, define o valor de comparticipação financeira pago por utente/mês em cada uma das respostas abrangidas pelo Protocolo.

respostas para as Crianças e Jovens, sendo que em 2021 esta diferença situava-se em 97,8 milhões de euros.

A despesa com as respostas sociais dirigidas a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, embora registasse, em 2021, um peso relativo de 13,8 %, apresentou, juntamente com a despesa em respostas dirigidas à Família e Comunidade, o crescimento mais acentuado (232,5 % e 341,6 %, respetivamente), entre 2000 e 2021.

É de referir, ainda, que durante o ano de 2021, à semelhança de 2020, em acréscimo às despesas com acordos de cooperação, o Estado apoiou as entidades da rede solidária com um conjunto de medidas de apoio extraordinário e excecional, no âmbito do controlo da situação pandémica, designadamente para despesas com a adaptação de espaços, aquisição de equipamentos de proteção individual, entre outras, de que são exemplo o Programa Adaptar Social +, a Linha de Financiamento para o Setor Social e a Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde.

4.2. Comparticipação da Segurança Social através dos acordos de cooperação

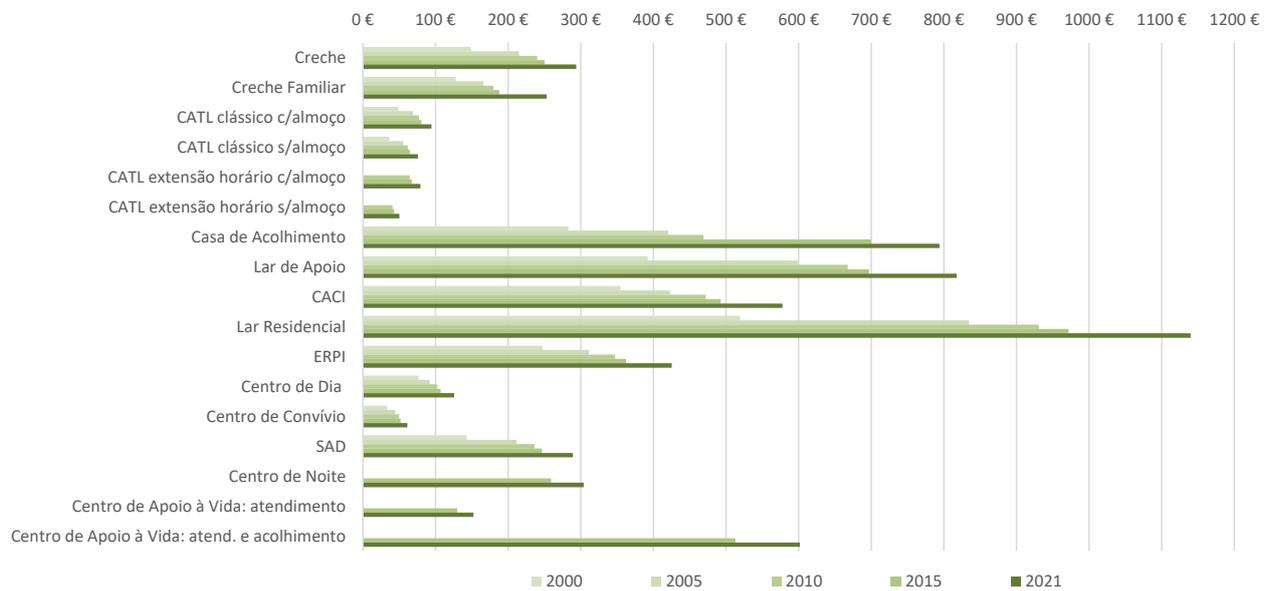
O valor da comparticipação financeira da Segurança Social, por força dos acordos de cooperação celebrados para as respostas sociais abrangidas pelo Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário para o biénio 2021-2022⁵¹, foi aumentado em 3,6 % em 2021, face a 2020. Considerando a manutenção do estado pandémico em 2021, com implicações ao nível da atividade das instituições, ao agravamento das situações de dependência dos utentes, foi mantido o reforço de 2 % da comparticipação financeira da segurança social às respostas ERPI, SAD, Lar Residencial e RAI.

As respostas sociais para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade continuavam a constituir as respostas com os valores mais elevados de comparticipação por utente, designadamente o Lar Residencial, o Lar de Apoio e o CACI.

No âmbito das respostas direcionadas para Crianças e Jovens em situação de perigo, a resposta Casa de Acolhimento, por efeito da reestruturação de que foi alvo, beneficiou de um incremento no valor da comparticipação financeira a partir de 2013, constituindo a terceira resposta social com maior comparticipação financeira por utente.

⁵¹ Disponível em https://www.seg-social.pt/documents/10152/453857/Protocolo_cooperacao_2021_2022.pdf/94bc9e17-d0e4-4861-aa3f-f2fe8f470172

Figura 111– Evolução da comparticipação da Segurança Social, por resposta social e utente, com base nos acordos de cooperação, Continente – 2000-2021



Fonte: Protocolos de Cooperação e Compromissos de Cooperação para o Sector Social e Solidário

ANEXOS

Nomenclaturas e Conceitos

Aprovadas em 19 de janeiro de 2006, por despacho do Secretário de Estado da Segurança Social, revistas em novembro de 2022, pela DGSS-MTSSS, tendo presente os novos enquadramentos normativos das respostas sociais.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Crianças e Jovens

AMA

Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que, por conta própria e mediante retribuição, cuida de crianças que não sejam suas parentes ou afins na linha reta ou no 2.º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

CRECHE FAMILIAR

Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por um conjunto de amas (não inferior a 12 nem superior a 20), que residam na mesma zona geográfica e que estejam enquadradas, técnica e financeiramente, pelos Centros Distritais de Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou Instituições Particulares de Solidariedade Social com atividades no âmbito das 1.ª e 2.ª infâncias.

CRECHE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionada para o apoio à criança e à família.

ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Resposta, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família.

CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES – CATL

Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiatividades, podendo desenvolver, complementarmente, atividades de apoio à família.

Crianças e Jovens com Deficiência

INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA

Resposta desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família mediante ações de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da ação social.

LAR DE APOIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a acolher crianças e jovens com necessidades educativas especiais que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual ou que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.

TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social desenvolvida através de um serviço de natureza coletiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.

Crianças e Jovens em Situação de Perigo

CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, vocacionada para o estudo e prevenção de situações de risco social e para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado na sua comunidade, através de equipas multidisciplinares.

EQUIPA DE RUA DE APOIO A CRIANÇAS E JOVENS

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, destinada ao apoio a crianças e jovens em situação de perigo, desinseridas a nível sociofamiliar e que subsistem pela via de comportamentos desviantes.

ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA CRIANÇAS E JOVENS

Resposta social, no âmbito da execução de medida de promoção e proteção, desenvolvida através de um serviço e que consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma família ou a uma pessoa singular, habilitadas para o efeito, visando proporcionar-lhe a integração em meio familiar estável que lhe garanta os cuidados adequados às suas necessidades e ao seu bem-estar, bem como a educação e o afeto necessários ao seu desenvolvimento integral.

CENTRO DE ACOLHIMENTO PARA RESPOSTA A SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

Resposta social, no âmbito da execução de medida de promoção e proteção, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente determinado pela necessidade de proteção imediata em situação de perigo atual ou eminente para a vida ou de grave comprometimento da integridade física ou psíquica da criança ou do jovem, que exija procedimentos adequados, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

CASA DE ACOLHIMENTO

Resposta social, no âmbito da execução de medida de promoção e proteção, desenvolvida em equipamento de apoio social, que visa o afastamento ou retirada da criança ou do jovem da situação de perigo, podendo incluir unidades residenciais e/ou unidades residenciais especializadas, tendo em conta as situações, problemáticas e características específicas das crianças e dos jovens a acolher.

CASA DE ACOLHIMENTO COM UNIDADE DE APOIO E PROMOÇÃO DA AUTONOMIA DOS JOVENS

Resposta social, no âmbito da execução de medida de promoção e proteção, desenvolvida em espaços habitacionais (apartamento de autonomização) destinados a preparar os jovens para a vida ativa, desde que para tal demonstrem responsabilidade, competências e potencialidades, devendo ser salvaguardada a sua individualidade e privacidade por forma a que possam adquirir, progressivamente, autonomia de vida.

POPULAÇÃO ADULTA

Pessoas Idosas

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

CENTRO DE CONVÍVIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades socio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade.

CENTRO DE DIA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar.

CENTRO DE NOITE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que tem por finalidade o acolhimento noturno, prioritariamente para pessoas idosas com autonomia que, por vivenciarem situações de solidão, isolamento ou insegurança necessitam de suporte de acompanhamento durante a noite.

ACOLHIMENTO FAMILIAR DE PESSOAS IDOSAS

Resposta social que consiste em integrar no domicílio de famílias consideradas idóneas, pessoas idosas, de forma temporária ou permanente, quando por ausência ou falta de condições de familiares e/ou inexistência ou insuficiência de respostas sociais, não possam permanecer no seu domicílio.

ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS (ERPI)

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem. A estrutura residencial pode assumir uma das seguintes modalidades de alojamento: *a)* Tipologias habitacionais, designadamente apartamentos e ou moradias; *b)* Quartos e *c)* Tipologias habitacionais em conjunto com o alojamento em quartos.

Pessoas Adultas com Deficiência

CENTRO DE ATENDIMENTO, ACOMPANHAMENTO E REABILITAÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE (CAARPD)

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada à prestação de um serviço especializado, que assegura o atendimento, acompanhamento e o processo de reabilitação social das pessoas com deficiência e incapacidade e disponibiliza serviços de capacitação e suporte às suas famílias ou cuidadores informais.

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

CENTRO DE ATIVIDADES E CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO (CACI)

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver atividades ocupacionais para pessoas com deficiência, visando a promoção da sua qualidade de vida, possibilitando um maior acesso à comunidade, aos seus recursos e atividades e que se constituam como um meio de

capacitação para a inclusão, em função das respetivas necessidades, capacidades e nível de funcionalidade.

ACOLHIMENTO FAMILIAR DE PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social que consiste em integrar no domicílio de famílias consideradas idóneas, pessoas adultas com deficiência, de forma temporária ou permanente, quando por ausência ou falta de condições de familiares e/ou inexistência ou insuficiência de respostas sociais, não possam permanecer no seu domicílio.

LAR RESIDENCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, de pessoas com deficiência ou incapacidade, que se encontrem impedidas de residir no seu meio familiar.

RESIDÊNCIA DE AUTONOMIZAÇÃO E INCLUSÃO (RAI)

A Residência de Autonomização e Inclusão é uma resposta de alojamento residencial, temporário ou permanente, desenvolvida em apartamento, moradia ou outra tipologia de habitação similar, inserida em áreas residenciais na comunidade, destinada a pessoas com deficiência ou incapacidade, com capacidade de viver de forma autónoma, e tem por objetivo, mediante apoio individualizado, proporcionar condições pra a concretização de um projeto de vida autónomo e inclusivo.

TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, de natureza coletiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.

Pessoas em Situação de Dependência

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO (SAD)

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

APOIO DOMICILIÁRIO INTEGRADO (ADI)

Resposta que se concretiza através de um conjunto de ações e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio, durante vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana.

UNIDADE DE APOIO INTEGRADO (UAI)

Resposta, desenvolvida em equipamento, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados, a pessoas que, por motivo de dependência, não podem manter-se apoiadas no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

FORUM SÓCIO-OCUPACIONAL

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas com desvantagem, transitória ou permanente, de origem psíquica, visando a sua reinserção sociofamiliar e ou profissional ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido.

UNIDADE DE VIDA PROTEGIDA

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave e de evolução crónica clinicamente estável e que necessitam de treino de autonomia.

UNIDADE DE VIDA AUTÓNOMA

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave estabilizada e de evolução crónica, mas com capacidade autonómica, permitindo a sua integração em programas de formação profissional ou em emprego normal ou protegido e sem alternativa residencial satisfatória.

UNIDADE DE VIDA APOIADA

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas que, por limitação mental crónica e fatores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem que não lhes permite organizar, sem apoio, as atividades de vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente.

Pessoas em situação de Sem-Abrigo

EQUIPA DE RUA PARA PESSOAS SEM-ABRIGO

Resposta social, desenvolvida através de um serviço prestado por equipa multidisciplinar, que estabelece uma abordagem com os sem-abrigo, visando melhorar as suas condições de vida.

ATELIER OCUPACIONAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao apoio à população adulta, sem abrigo, com vista à reabilitação das suas capacidades e competências sociais, através do desenvolvimento de atividades integradas em programas “estruturados” que implicam uma participação assídua do indivíduo, ou “flexíveis” onde a assiduidade depende da sua disponibilidade e motivação.

FAMÍLIA E COMUNIDADE

Família e Comunidade em Geral

SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) é um serviço que assegura o atendimento e o acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social.

GRUPO DE AUTO-AJUDA

Resposta social, desenvolvida através de pequenos grupos para interajuda, organizados e integrados por pessoas que passam ou passaram pela mesma situação/problema, visando encontrar soluções pela partilha de experiências e troca de informação.

CENTRO COMUNITÁRIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, onde se prestam serviços e desenvolvem atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um polo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido.

CENTRO DE FÉRIAS E DE LAZER

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada à satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores.

REFEITÓRIO/CANTINA SOCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras atividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas.

CENTRO DE APOIO À VIDA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o apoio e acompanhamento a mulheres grávidas ou puérperas com filhos recém-nascidos, que se encontram em risco emocional ou social.

COMUNIDADE DE INSERÇÃO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, com ou sem alojamento, dirigida a grupos de indivíduos e/ou famílias que se encontram em situação de exclusão, marginalização ou vulnerabilidade social, onde se desenvolve um conjunto de ações integradas, mediante apoio técnico adequado, possibilitando um maior acesso à comunidade, aos seus recursos e atividades, com vista à sua autonomização e inclusão social.

CENTRO DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO (CAT)

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.

AJUDA ALIMENTAR

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que proporciona a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias.

Pessoas com VIH/Sida e suas Famílias

CENTRO DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL (CAAP)

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, dirigida a pessoas com VIH, vocacionada para o atendimento, acompanhamento e ocupação em regime diurno.

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO (SAD)

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

RESIDÊNCIA PARA PESSOAS COM VIH/SIDA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para alojar pessoas com VIH, em rutura familiar e desfavorecimento socioeconómico.

Pessoas com comportamentos aditivos

EQUIPA DE INTERVENÇÃO DIRETA

Resposta social desenvolvida através de um serviço constituído por unidades de intervenção junto de pessoas com comportamentos aditivos, suas famílias e comunidades afetadas pela toxicod dependência.

APARTAMENTO DE REINserÇÃO SOCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa proporcionar alojamento temporário a pessoas com comportamentos aditivos, que após a saída de unidades de tratamento, de estabelecimentos prisionais, de centros tutelares ou de outros estabelecimentos da área da justiça, se confrontem com problemas de reinserção social, familiar, escolar ou profissional.

Pessoas Vítimas de Violência Doméstica

ESTRUTURA DE ATENDIMENTO

Resposta, desenvolvida através de um serviço constituído por equipas técnicas de natureza multidisciplinar, constituída, preferencialmente, por técnicos de apoio à vítima que asseguram, de forma integrada, com carácter de continuidade, o atendimento, o apoio e o reencaminhamento personalizado de vítimas de violência, tendo em vista a sua proteção.

CASA DE ABRIGO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste no acolhimento temporário de vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais.

GRUPO FECHADO DE RESPOSTAS PONTUAIS

APOIO DOMICILIÁRIO PARA GUARDA DE CRIANÇAS

Serviço prestado por pessoas enquadradas por uma instituição que, por conta própria, mediante pagamento pecuniário, se deslocam ao domicílio para prestação de cuidados individuais a crianças, durante um determinado período de tempo, fora dos horários dos equipamentos tradicionais e de acordo com as necessidades da família.

APOIO EM REGIME AMBULATORIO

Resposta social, desenvolvida através de um serviço/equipamento, destinada ao apoio de pessoas com deficiência, a partir dos 7 anos, suas famílias e técnicos da comunidade, que desenvolve atividades de avaliação orientação e intervenção terapêutica e socioeducativa promovidas por equipas transdisciplinares.

IMPrensa BRAILLE

Serviço de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência visual, que se destina a produzir, adaptar e editar a produzir, adaptar e editar livros em Braille, de suporte ao processo de ensino/aprendizagem, assim como às atividades de natureza cultural e recreativa.

ESCOLA DE CÃES-GUIA

Equipamento onde se desenvolvem atividades de formação, educação e treino de cães-guia para apoio à pessoa cega.



Carta Social



REPÚBLICA
PORTUGUESA

TRABALHO, SOLIDARIEDADE
E SEGURANÇA SOCIAL



Gabinete de Estratégia
e Planeamento

MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL